



RELATÓRIO E CONTAS 2016

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

CONTAS INDIVIDUAIS



SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

Av. da Liberdade, nº 242

1250 - 149 Lisboa/ Portugal

Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa

NIPC: 500 940 231 • Autorização ASF nº 1197 • LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS

04

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

21

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

23

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

25

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

27

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

90

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

98

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

107



01

ÓRGÃOS SOCIAIS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS



ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL⁽¹⁾

Sofia Leite Borges (Presidente)
Diogo Mafra Martins (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO⁽¹⁾

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães (Presidente)
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco Carvalho

CONSELHO FISCAL⁽¹⁾

Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)
Manuel Maria de Paula Reis Boto
Pedro Manuel Aleixo Dias
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS⁽²⁾

KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC Efetivo)
Fernando Gustavo Duarte Antunes (Suplente)

(1) Eleitos em Assembleia-Geral realizada em 20 de julho de 2016, para o triénio 2016-2018 (ata n.º 54)

(2) Eleitos em Assembleia-Geral realizada em 9 de dezembro de 2016, para o ano em curso – 2016 (ata n.º 57)



02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Seguradoras Unidas, S.A. (adiante designada por “Seguradoras Unidas” ou “Companhia”) respeitantes ao exercício de 2016.

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2016 a atividade económica global foi marcada pela aceleração da produção industrial mundial para 2,6% em termos homólogos, consequência da melhoria registada nas economias mais avançadas.

O crescimento mais forte dos EUA e do Japão, foi compensado por um crescimento moderado da União Europeia, tendo a inflação homóloga aumentado para 1,8% no conjunto da OCDE e diminuído para a generalidade das economias emergentes.

Ao longo do ano de 2016, as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o seu movimento descendente na zona euro, renovando níveis historicamente baixos. Os índices acionistas internacionais evoluíram favoravelmente, com destaque para o mercado dos EUA (*Dow Jones* +13,4%).

2.1.1 Situação Económica Internacional

No 4.º trimestre de 2016, a produção industrial mundial acelerou 2,6% em termos homólogos (1,6% no 3.º trimestre) devido sobretudo à melhoria verificada nas economias mais avançadas. O comércio mundial de mercadorias também esteve mais dinâmico neste período sobretudo em resultado do reforço do crescimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente os países asiáticos.

O PIB da zona da OCDE aumentou 1,7% em termos homólogos no 4.º trimestre de 2016 influenciado por um crescimento mais forte dos EUA e do Japão tendo sido contrabalançado por um crescimento mais moderado da União Europeia. No 4.º trimestre de 2016, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 1,8% e 1,7% em termos homólogos.

O mercado de trabalho da UE registou uma melhoria gradual ao longo de 2016, salientando-se uma descida da taxa de desemprego que se situou em 8,2% em dezembro de 2016 (9,0% em dezembro de 2015).

Em dezembro de 2016, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,1% devido sobretudo à recuperação dos preços de energia verificada ao longo do ano de 2016.

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu prolongar a compra de ativos até final do ano de 2017 mas simultaneamente diminuir o montante de compras mensais a partir de abril (de 80 para 60 mil milhões de euros). O BCE decidiu também deixar cair o limite para as *yields* inferiores à sua taxa de depósito (-0,40%) e reduzir a maturidade residual mínima dos títulos elegíveis de 2 para 1 ano, contribuindo para alargar os ativos elegíveis.

Nos EUA, acentuou-se o movimento de subida das taxas de juro de curto prazo coincidindo com a decisão da Reserva Federal de aumentar as

taxas de juro federais para o intervalo entre 0,50% e 0,75% (entre 0,25% e 0,50%, decidido em dezembro de 2015).

Neste contexto de políticas monetárias divergentes entre o BCE e a Reserva Federal dos EUA, o euro depreciou-se face ao dólar tendo a respetiva taxa de câmbio atingido 1,05 no dia 30 de dezembro de 2016 (aproximando-se dos valores mais baixos dos últimos 14 anos) e representando uma depreciação de 3,6% face ao final do ano de 2015 (1,09).

A taxa de juro a 10 anos na Alemanha terminou 2016 no nível de 0,21% face a 0,63% em dezembro 2015 e a taxa de Portugal a 10 anos subiu de 2,52% em 2015 para 3,76% no final de 2016.

(%)

Mercado Dívida	2 Y		
	2016	2015	VAR 16/15 (p.p.)
Div. Alemanha	-0,77	-0,35	-0,42
Div. França	-0,66	-0,31	-0,35
Div. Inglaterra	0,08	0,65	-0,57
Div. Itália	-0,18	-0,03	-0,15
Div. Espanha	-0,28	0,01	-0,29
Div. Portugal	0,04	0,11	-0,07

(%)

Mercado Dívida	10 Y		
	2016	2015	VAR 16/15 (p.p.)
Div. Alemanha	0,21	0,63	-0,42
Div. França	0,69	0,99	-0,30
Div. Inglaterra	1,24	1,96	-0,72
Div. Itália	1,82	1,60	0,22
Div. Espanha	1,38	1,77	-0,39
Div. Portugal	3,76	2,52	1,24

Os mercados acionistas mundiais registaram na generalidade uma performance positiva, salientando-se os casos do mercado dos EUA terminando o ano com ganhos significativos (*Dow Jones* com +13,4%), enquanto o *Eurostoxx 50* registou uma valorização de +0,7% em 2016. Em Portugal o *PSI20* registou uma performance negativa de -11,9% em 2016.

Índices Acionistas	2016	2015	VAR 16/15 (%)
DOW Jones	19 763	17 425	13,4%
Nasdaq	5 383	5 007	7,5%
S&P 500	2 239	2 044	9,5%
Eurostoxx 50	3 291	3 268	0,7%
PSI 20	4 679	5 313	-11,9%
FTSE MIB	7 143	6 242	14,4%
DAX 30	11 481	10 743	6,9%
CAC 40	4 862	4 637	4,9%
IBEX 35	9 352	9 544	-2,0%
BOVESPA	60 227	43 350	38,9%
NIKKEI 225	19 114	19 034	0,4%
Hang Seng 45	22 001	21 914	0,4%

2.1.2 Situação Económica Nacional

A estimativa das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2016 aponta para um crescimento homólogo real de 1,9% do PIB o que representa uma aceleração face ao trimestre precedente. No total do ano, o crescimento do PIB em termos reais, fixou-se em 1,4%.

Em 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1.556 milhões de euros, o que representa um aumento de 1.432 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz em grande medida, a melhoria dos saldos da balança de bens e de serviços.

No último trimestre de 2016 a taxa de desemprego fixou-se em 10,5%, valor idêntico ao registado no 3.º trimestre, mas inferior em 1,7 p.p. ao registado no ano anterior. Em termos anuais a taxa média de desemprego foi de 11,1%, menos 1,3 p.p. do que em 2015.

Em 2016, a variação homóloga do IPC fixou-se em 0,6%, 0,1 p.p. acima do valor registado em 2015. O IHPC registou um crescimento de 0,4 p.p. acima do registado na zona euro.

Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional recentemente divulgados apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 0,9% no ano de 2016. Neste mesmo período, as importações aumentaram 1,2%, o que levou a um agravamento de 2,7% do défice da balança comercial, no valor de 281 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 82,4%, menos 0,2 p.p. que em igual período de 2015.

2.1.3 Mercado Segurador

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2016 registou uma diminuição de 14,1% face a 2015, situando-se em 10 872 milhões de euros (-1 792 milhões de euros). A quebra nos prémios do ramo Vida esteve na origem deste decréscimo da produção, mantendo a tendência verificada no ano anterior.

O segmento Vida foi afetado por uma conjuntura que aliou a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e a adoção de um novo regime de solvência que penaliza os riscos inerentes às garantias financeiras, contribuindo para uma nova quebra nas contribuições para produtos de poupança.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 6.676 milhões de euros, -23,0% face ao ano anterior (-1 993 milhões de euros). Apenas os prémios dos Seguros Tradicionais cresceram relativamente a 2015 (+1,3%). Os Produtos de Capitalização diminuíram 31,1% (-1 792 milhões de euros) e as contribuições para PPR's que alcançaram 1 717 milhões de euros, tiveram uma quebra de 9,5% (-180 milhões de euros) face ao ano anterior.

Quanto ao segmento Não Vida, continuou a crescer a um ritmo assinalável (5,0%), a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. O volume de prémios Não Vida atingiu 4 196 milhões de euros (+201 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho que cresceu 12,2%, dando um novo impulso à recuperação iniciada em 2014. O aumento da massa salarial, expectável com o relançamento da atividade económica, assim como as correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio técnico do ramo, estão na origem deste aumento do volume de prémios.

Os ramos Saúde (+9,6%) e Automóvel (+3,9%) consolidaram a tendência de crescimento que já apresentavam, progredindo em 2016 a um ritmo mais elevado do que em anos anteriores. O ramo de Incêndio e outros Danos (+1,6%), com destaque para os ramos Multirriscos (+2,5%), também apresentou taxas de crescimento positivas embora mais

moderadas. Em sentido inverso, destaque para a quebra da produção nos ramos de Transportes (-4,2%).

O peso da atividade seguradora no PIB evoluiu desfavoravelmente, baixando de 7,0% em 2015 para 6,0% em 2016. O segmento Vida representa 3,7% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (4,8% e 2,2% em 2015, respetivamente).

De acordo com os últimos dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Resultado Líquido das empresas de seguros (sob supervisão da ASF) foi positivo em 2016, atingindo 89 milhões de euros, porém substancialmente inferior ao registado em 2015 (344 milhões de euros).

2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2016

A economia portuguesa em 2016 manteve a trajetória positiva que já vinha evidenciando desde final 2013, fixando-se o crescimento do PIB, em termos reais, em 1,4%.

Para esta variação contribuiu o aumento da procura interna, registando-se um crescimento mais significativo do consumo privado e a recuperação do investimento. As exportações registaram igualmente um crescimento face ao período homólogo, mantendo um contributo positivo para o crescimento. A taxa de desemprego foi de 11,1%, diminuindo 1,3 p.p. face a 2015.

Este enquadramento económico positivo permitiu consolidar a tendência de crescimento já verificada no ano anterior pelo setor segurador Não Vida, com uma variação de 5,0%. Em Vida, pelo contrário, a variação voltou a ser negativa (-23,0% face a 2015) devido à forte contração dos Produtos Financeiros (-25,7%), particularmente no canal bancário. Contudo, em Vida Risco o mercado apresentou um ligeiro crescimento de 0,9%.

No mercado Não Vida, os ramos de Acidentes de Trabalho (+12,2% face a 2015) e Saúde (+9,6% face a 2015) voltaram a ser os principais impulsionadores do crescimento do setor.

O ramo Acidentes de Trabalho (+12,2% em 2016) apresentou um acréscimo de produção pelo terceiro ano consecutivo, depois de quase uma década de contração do volume de prémios. Esta evolução reflete o processo de *repricing* na generalidade das seguradoras sob a égide da intervenção da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) com o objetivo de repor o equilíbrio técnico do ramo. Este processo de ajustamento dos preços ao custo do risco é não só imperioso como deverá ocorrer mais rapidamente, dado que o rácio combinado do ramo em 2016 ainda se situava em 135%.

O ramo Automóvel consolidou a tendência de crescimento já apresentada no ano anterior, ao apresentar um acréscimo de 3,9% no seu volume de prémios. No entanto, esta variação deverá estar suportada no aumento do número de veículos seguros, mantendo-se a pressão sobre o preço devido à maior competição entre os vários canais que o comercializam. Esta realidade limita, de alguma forma, uma correção mais rápida dos problemas de rentabilidade deste ramo (em 2016 o rácio combinado situava-se em 106,4%).

Em 30 de dezembro de 2016, foi efetuado o registo definitivo da operação de fusão por incorporação das sociedades Açoreana Seguros, S.A. (Açoreana), Seguros Logo, S.A. (LOGO), e T-Vida – Companhia de Seguros, S.A. (T-Vida), na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Tranquilidade), mediante a transferência global do património das sociedades a incorporar para a sociedade incorporante.

A Tranquilidade, previamente à operação de fusão, detinha a totalidade dos capitais sociais das sociedades que vieram a ser incorporadas e com o registo definitivo da fusão na Conservatória do Registo Comercial, as sociedades incorporadas foram extintas, transmitindo-se a universalidade dos respetivos ativos, passivos, direitos e obrigações para a Tranquilidade, incluindo, os contratos de seguro e resseguro em vigor, pelo que as carteiras de seguros detidas pela Açoreana (ramos Vida e Não Vida), pela T-Vida (ramo Vida) e pela Logo (ramo Não Vida) foram automática e integralmente transferidas para a Tranquilidade.

Na mesma data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., alterou a sua denominação social para Seguradoras Unidas, S.A., alterando o seu objeto social para o exercício da atividade de seguro e resseguro de todos os ramos e operações, salvo no que respeita ao seguro de crédito com garantia do estado.

Na vertente comercial, o ano foi marcado por uma dinâmica crescente e pela consolidação das parcerias comerciais entre a Tranquilidade e os seus canais de distribuição profissionais:

- Os Parceiros Multimarca e Exclusivos cresceram 11% e 6% respetivamente, o que representou uma performance superior à do mercado sobretudo nos Multimarca, reforçando o reconhecimento da proposta de valor global da marca Tranquilidade e do seu serviço por parte deste importante canal. Este crescimento foi transversal aos diferentes ramos de produção Não Vida, revelando resultados nomeadamente do investimento na produção de Multirriscos e Saúde;
- Os Corretores cresceram 9% em 2016, voltando a demonstrar uma dinâmica evolutiva positiva em Negócios e Empresas, e renovada confiança na marca;
- As Redes de Retalho Alternativas cresceram 24% face a 2015, continuando a reforçar o seu importante papel na área do retalho da Tranquilidade.

Em 2016, a base de Clientes Não Vida e Vida da Tranquilidade superou os 713 000 Clientes. Numa perspetiva agregada se considerarmos o universo das Companhias, em dezembro de 2016, a base de Clientes Não Vida e Vida superava os 1 400 000 Clientes.

Durante o ano foi feita uma aposta na promoção de produtos estratégicos, que resultou num incremento da dinâmica de venda de Multirriscos (+13%), Saúde (+39%) e Vida Risco (+57%).

No ramo Automóvel, num ano de forte crescimento (+9% face a 2015), a Tranquilidade inovou com a introdução de novas ferramentas comerciais, como a simplificação do simulador automóvel e recolha automática de experiência de sinistralidade na Segurnet que visam simplificar o trabalho dos seus agentes. Adicionalmente, continuou a investir em ações de marketing com vista a acionar o crescimento acelerado da carteira dos seus Parceiros Multimarca, consolidando assim a carteira destes na Tranquilidade.

A nível operacional, por forma a dar continuamente melhor resposta ao nível da oferta e da qualidade de serviço prestado a Clientes e Parceiros, a Companhia lançou um conjunto de novas iniciativas:

1. Lançamento de novos produtos em Particulares e também em Empresas:
 - Em Automóvel foi lançado o novo produto Bike, para utilizadores de bicicletas e foi introduzido o automatismo na recolha de dados de experiência de sinistralidade via Segurnet;

- Em Saúde, revisão da oferta tornando-a mais simplificada (de 5 para 3 opções) e melhoria nos processos de aceitação e alargamento do âmbito de várias coberturas tais como, fisioterapia e oncologia;
- Em MR Habitação, oferta ajustada para clientes com crédito habitação;
- Em Vida Risco, lançamento de uma solução virada para os jovens adultos, que os protege de forma eficaz contra o risco de Invalidez;
- Inovação absoluta com a criação do AP GO, que protege os jogadores do Pokemon;
- Parceria com a Caramigo, empresa de *Car sharing* entre particulares, para garantir os danos próprios dos veículos alugados.

2. Forte entrada numa estratégia marketing e comercial digital, colaborativa com os Parceiros.

3. Introdução de melhorias e novas funcionalidades nas ferramentas disponibilizados nos postos de trabalho dos Parceiros;

- Alargamento da capacidade de simulação e subscrição em Automóvel e Acidentes de Trabalho;
- Renovação de todos os *outputs* dos produtos Habitação e Saúde, tornando-os mais transparentes e simples para o Cliente.

O contínuo investimento e a aposta transversal a toda a organização na melhoria da qualidade de serviço a Clientes e Parceiros permitiu manter elevados níveis de serviço e satisfação:

- Os Clientes continuam a reconhecer a qualidade na gestão de sinistros: em Automóvel e Acidentes de Trabalho a satisfação média situa-se acima de 8 (numa escala de 10) e a intenção de recomendação entre 85% e 90%, enquanto em Habitação a satisfação média atinge 7 e a recomendação sobe para 76%.

A estratégia de melhoria contínua e consistente dos níveis de Serviço da Companhia a Parceiros e Clientes e uma postura de proximidade no mercado permitiu-nos ser, uma vez mais, distinguidos por instituições independentes, tendo recebido os prémios:

- Escolha dos Profissionais do setor segurador”, que renovámos pelo 3.º ano consecutivo;
- “Best Buy Award”, que reconhece a Tranquilidade como a companhia com melhor relação Preço/ Qualidade;
- SuperBrand 2016, eleita pelos consumidores;
- Melhor Grande Seguradora Não Vida, pela revista Exame.

A evolução dos mercados financeiros em 2016 foi semelhante à dos últimos anos sendo caracterizada por ambientes económico e político de grande volatilidade e por taxas de juro em níveis historicamente baixos.

A atividade financeira, considerando o processo de fusão da Tranquilidade, Açoreana, LOGO e T-Vida, registou uma performance favorável com uma rentabilidade média global de 3,7%, para a qual contribui a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa.

O saldo técnico global da Seguradoras Unidas passou de 60,5 milhões de euros em 2015 para 59,5 milhões de euros em 2016, o que representa um decréscimo de 1,6%. Para esta variação contribuiu a diminuição do saldo técnico do ramo Acidentes e Doença, principalmente de Acidentes de Trabalho que viu a taxa de sinistralidade líquida de resseguro aumentar para 103,4%. De salientar a contribuição positiva do ramo Automóvel, cuja sinistralidade, líquida de resseguro desceu para 63,5%.

2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Balço			
Investimentos	1 623 915	587 107	176,6
Ativo líquido	2 210 768	741 695	198,1
Capital próprio	158 898	135 532	17,2
Provisão p/prémios não adquiridos (SD+RA)	150 041	76 450	96,3
Provisão matemática e passivos de contratos de investimento	806 192	0	
Provisão para sinistros (SD+RA)	890 894	419 278	112,5
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	835 609	381 414	119,1
Provisões técnicas (SD+RA)	1 757 733	518 063	239,3
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	341 403	320 897	6,4
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	292 386	277 535	5,4
Custos com sinistros de seguro direto	232 051	213 032	8,9
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	216 722	195 153	11,1
Custos operacionais	70 684	70 102	0,8
Rendimentos	12 539	14 022	-10,6
Resultado líquido	29 851	29 364	1,7
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto	68,7%	66,6%	2,1 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	74,1%	70,3%	3,8 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	8,6%	9,0%	-0,4 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	103,1%	103,3%	-0,2 p.p.

Nas variáveis de balanço, as variações apresentadas refletem o efeito da integração das Sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Tranquilidade, ocorrida em 30 de dezembro de 2016. As variáveis de ganhos e perdas respeitam unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

2.4 A ATIVIDADE DA SEGURADORAS UNIDAS EM 2016

2.4.1 Prémios de Seguro Direto

A produção de seguro direto atingiu 341 403 milhares de euros em 2016, o que significa uma variação de +6,4% em relação ao ano anterior. O mercado segurador Não Vida apresentou uma variação positiva de 5,0% relativamente a 2015.

As maiores seguradoras Não Vida que operam no mercado Português, recuperaram as suas carteiras e apresentam uma taxa de variação de prémios positiva e, muitas delas, acima da média do mercado.

A Companhia apresentou um crescimento significativo no volume de prémios de seguro direto de 20 506 milhares de euros, para o qual contribuíram o crescimento obtido nos ramos Acidentes e Doença (+7,1%, ou seja, +7 158 milhares de euros) e o crescimento acima da média de mercado em Automóvel (+8,8%, ou seja, +11 092 milhares de euros, contra +3,9% do mercado).

Em Acidentes e Doença a variação positiva observada deveu-se ao comportamento positivo do ramo Acidentes de Trabalho que registou um acréscimo de +6 947 milhares de euros, correspondendo a uma variação

de +11,5%, apesar de ligeiramente inferior ao mercado (+12,2%). O ramo Saúde recuperou face ao ano anterior, embora ainda a níveis inferiores aos registados pelo mercado (+1,5% face a 9,6% do mercado).

O grupo Incêndio e Outros Danos registou um acréscimo de 3,0% face a 2015, acima do crescimento do mercado que se situou nos 1,6%. Para esta variação contribuiu o ramo de Multirriscos com uma variação de +2,9% em relação ao ano anterior e acima do crescimento do mercado (+2,5%).

(milhares de euros)

Prémios de Seguro Direto	2016	%	2015	%	VAR 16/15 (%)
Acidentes e doença	107 517	31,5	100 359	31,3	7,1
Incêndio e outros danos	65 569	19,2	63 678	19,8	3,0
Automóvel	136 435	40,0	125 343	39,1	8,8
Transportes	4 997	1,4	6 169	1,9	-19,0
Responsabilidade civil	10 116	3,0	9 909	3,1	2,1
Diversos	16 769	4,9	15 439	4,8	8,6
Total	341 403	100,0	320 897	100,0	6,4

2.4.2 Custos com Sinistros de Seguro Direto

O total de custos com sinistros de seguro direto em 2016 ascendeu a 232 051 milhares de euros o que representa uma variação de +8,9% em relação a 2015.

No ramo Acidentes e Doença verificou-se um aumento significativo nos custos com sinistros (+22,8%), com destaque para o aumento dos custos em Acidentes de Trabalho (+17 400 milhares de euros) por aumento das provisões matemáticas devido à alteração de pressupostos nomeadamente mortalidade e taxa de desconto. Em sentido contrário, o ramo Saúde apresentou um decréscimo dos custos com sinistros (-2 351 milhares de euros). Este facto deve-se a uma redução dos custos sustentada pela implementação de várias medidas ao nível da gestão dos sinistros e também à descontinuação de contratos menos rentáveis.

Os custos com sinistros em Automóvel aumentaram 576 milhares de euros a que corresponde uma variação de +0,6% face ao ano anterior.

O ramo Incêndio e outros Danos apresentou um aumento dos custos com sinistros de 16,7% em 2016 face ao ano anterior (+4 550 milhares de euros), com destaque para o acréscimo em Multirriscos (+ 3 415 milhares de euros).

No ramo Responsabilidade Civil, os custos com sinistros diminuíram significativamente em relação ao ano anterior (-7 553 milhares de euros), uma vez que em 2015 os custos com sinistros se encontravam influenciados pela ocorrência de sinistros graves, em particular no ramo Responsabilidade Civil Exploração.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Acidentes e doença	100 087	81 477	22,8
Incêndio e outros danos	31 803	27 253	16,7
Automóvel	94 014	93 438	0,6
Transportes	1 667	424	293,2
Responsabilidade civil	2 050	9 603	-78,7
Diversos	2 430	837	190,3
Total	232 051	213 032	8,9

A taxa de sinistralidade em 2016 (custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos) situou-se em 68,7% o que representa um aumento de 2,1 p.p. em relação ao ano anterior, destacando-se:

- A subida da taxa em Acidentes e Doença para 93,6% (80,9% em 2015) e em Incêndio e outros Danos para 48,7% (42,6% em 2015);
- A descida da taxa sinistralidade em Automóvel para 70,2% (75,6% em 2015) e em Responsabilidade Civil para 20,3% (95,5% em 2015).

	(%)	
Custos com Sinistros/ Prémios Brutos Adquiridos*	2016	2015
Acidentes e doença	93,6	80,9
Incêndio e outros danos	48,7	42,6
Automóvel	70,2	75,6
Transportes	32,4	6,5
Responsabilidade civil	20,3	95,5
Diversos	14,8	5,5
Total	68,7	66,6

*Custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

2.4.3 Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2016 ascenderam a 1 757 733 milhares de euros. A variação face ao ano anterior resulta sobretudo do efeito do processo de fusão por integração das seguradoras T-Vida, LOGO e Açoreana na Tranquilidade.

	(milhares de euros)		
Provisões Técnicas de Seguro Direto	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Provisão para prémios não adquiridos	150 041	76 450	96,3
Provisão matemática vida	654 581	-	n.a.
Provisão para sinistros	890 894	419 278	112,5
Vida	46 457	-	n.a.
Acidentes de trabalho	532 660	225 194	136,5
Outros ramos	311 777	194 084	60,6
Outras provisões técnicas	62 217	22 335	178,6
Total	1 757 733	518 063	239,3

2.4.4 Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido em 2016 ascendeu a 27 859 milhares de euros negativo sendo mais favorável para os resseguradores em 4 552 milhares de euros face a 2015 (+19,5%). Esta evolução deve-se ao maior volume de prémios cedidos aos resseguradores e a uma menor recuperabilidade dos sinistros.

	(milhares de euros)		
Resseguro Cedido	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Prémios	52 374	50 105	4,5
Comissões	-8 118	-7 375	10,1
Sinistros e variação das provisões técnicas	-16 397	-19 423	-15,6
Resultado	27 859	23 307	19,5

2.4.5 Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro em 2016 foi de 59 468 milhares de euros e representou um decréscimo de 1,6% em relação ao ano anterior (-983 milhares de euros), sobretudo devido ao aumento dos custos com sinistros de seguro direto (+ 17 394 milhares de euros, sem custos imputados) e ao agravamento do saldo de resseguro cedido (-4 552 milhares de euros).

Por ramos, a maior quebra foi registada em Acidentes e Doença com o saldo técnico a descer 15 236 milhares de euros (aumento dos custos com sinistros) com particular ênfase no ramo Acidentes de Trabalho que registou uma quebra de 14 804 milhares de euros, resultado do aumento dos custos com sinistros.

O ramo Incêndio e Outros Danos apresentou igualmente uma evolução desfavorável, com o saldo técnico a decrescer 5 718 milhares de euros, devido sobretudo ao comportamento do ramo Multiriscos cujo saldo técnico líquido de resseguro apresentou um decréscimo de 4 396 milhares de euros em relação a 2015.

Em sentido favorável, destaque para o saldo técnico de Automóvel que teve um acréscimo de 19 933 milhares de euros em 2016 em resultado da melhoria da taxa de sinistralidade do ramo.

	(milhares de euros)		
Saldo Técnico, Líquido de Resseguro	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Acidentes e doença	-2 046	13 190	-115,5
Incêndio e outros danos	16 127	21 845	-26,2
Automóvel	38 239	18 306	108,9
Transportes	1 302	3 107	-58,1
Responsabilidade civil	5 777	3 960	45,9
Diversos	69	43	59,5
Total	59 468	60 451	-1,6

2.4.6 Custos Operacionais

Os custos operacionais ascenderam a 70 684 milhares de euros em 2016, +0,8% em relação ao ano anterior. Em termos de custos recorrentes, verificou-se um ligeiro aumento nos custos operacionais em 165 milhares de euros (+0,3% face a 2015), conforme detalhe de fatores extraordinários referido de seguida, para cada tipo de custo.

Os Custos com Pessoal, no valor de 34 503 milhares de euros diminuíram 3,3% face a 2015, i.e. -1 183 milhares de euros. Esta diminuição está relacionada com a existência em 2016, de um proveito de 3 271 milhares de euros correspondente ao *cut-off* das responsabilidades com o Fundo de Pensões dos Administradores parcialmente compensado por um custo adicional de +1 906 milhares de euros referente a rescisões por mútuo acordo com colaboradores.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 53,9% face a 2015, +9 952 milhares de euros, devido sobretudo à contabilização em 2016 de um custo adicional e não recorrente de 8 903 milhares de euros relativo à operação de fusão por integração na Tranquilidade das sociedades Açoreana, LOGO e T- Vida e a vários projetos estratégicos. Se tivermos em consideração que em 2015 existiram 935 milhares de euros de custos não recorrentes relativos fundamentalmente a custos de consultadoria com projetos estratégicos, projetos relacionados com solvência II e *compliance*, o aumento em termos proforma, foi de +1 984 milhares de euros (+11,3%).

As Amortizações diminuíram em 2016 8 717 milhares de euros (-67,5%) devido sobretudo à contabilização, em 2015, de amortizações extraordinárias de ativos intangíveis no valor de 5 876 milhares de euros. Sem este efeito, em termos proforma, a diminuição teria sido apenas de 2 841 milhares de euros (-40,4%), no essencial devido à nova política de contabilização dos projetos informáticos iniciada em 2016.

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Custos com pessoal	34 503	35 686	-3,3
Fornecimentos e serviços externos	28 432	18 480	53,9
Impostos e taxas	2 589	2 412	7,3
Amortizações	4 194	12 911	-67,5
Outros*	966	613	57,6
Total	70 684	70 102	0,8

* Inclui provisões para riscos e encargos, juros suportados, comissões e outros custos com investimentos.

2.4.7 Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2016 foram admitidos no quadro efetivo 11 novos colaboradores e verificaram-se 43 saídas, das quais, 6 por situação de pré-reforma ou de reforma.

Por via da fusão da Tranquilidade, T-Vida, LOGO e Açoreana foram integrados nos quadros da Seguradoras Unidas 635 colaboradores, pelo que o quadro efetivo total a 31 de dezembro de 2016 era de 1 270 colaboradores.

	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Total quadro efetivo a 1/ 1	667	666	0,2
Admissões	11	19	-42,1
Saídas	43	18	138,9
das quais pré-reforma ou reforma	6	1	500,0
Integração de colaboradores por via da fusão	635	-	n.a.
Total Quadro Efetivo a 31/12	1 270	667	90,4

2.4.8 Investimentos

A evolução dos mercados financeiros em 2016 foi semelhante à dos últimos anos sendo caracterizada por grande volatilidade e por taxas de juro em níveis historicamente baixos.

O ambiente económico apresentou a volatilidade decorrente dos acontecimentos políticos que marcaram o ano, nomeadamente o *Brexit* no 2º trimestre e as eleições presidenciais nos EUA no 4º trimestre do ano. Após as eleições presidenciais, assistiu-se a um otimismo generalizado sobre as perspetivas de crescimento económico.

Neste contexto, e devido à incerteza sobre a evolução dos mercados financeiros, a Companhia manteve uma estratégia de investimentos conservadora e focalizada sobretudo em ativos de rendimento fixo.

A estratégia de investimentos adotada pela Companhia teve entre os seus principais vetores, a gestão da *duration* dos ativos e passivos e minimização do risco de taxa de juro da carteira de investimentos, seguindo indicações à regulamentação da atividade seguradora designada de Solvência II.

As decisões de investimento executadas em 2016, promoveram o investimento em obrigações de taxa fixa com níveis de senioridade

superior e *rating* médio de *investment grade*. A implementação destas decisões combinada com o movimento de descida das taxas de juro registadas na Europa permitiu obter ganhos generalizados na carteira de investimentos.

Com o objetivo de dispersão de risco a outros emissores fora da zona Euro, embora sempre com cobertura do risco cambial, e de forma a atribuir maior flexibilidade e rapidez na execução de transações, o investimento direto em ativos financeiros foi substituído por investimento em *Exchange Traded Funds*. Simultaneamente, promoveu-se uma redução gradual da exposição a emissores do Sul da Europa por contrapartida do aumento da exposição a emissores da zona “core” europeia.

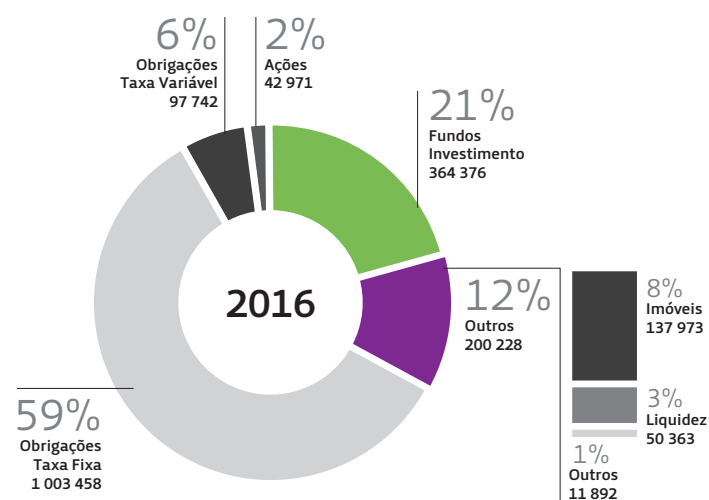
A exposição a obrigações de dívida subordinada, cujo valor apresenta uma forte correlação com o comportamento dos mercados acionistas e sendo uma classe com maiores cargas de capital em Solvência II, foi sendo reduzida ao longo do ano. Já na componente acionista, as entidades fusionadas na Seguradoras Unidas mantiveram aproximadamente a mesma exposição que transitou do ano anterior.

O investimento em dívida soberana, realizado essencialmente através de investimento direto, foi incrementado ao longo do ano representando esta classe mais de 50% da classe de obrigações no final do ano. A estratégia implementada privilegiou a exposição a obrigações de dívida soberana de países “core” da Europa.

A maturidade e a *duration* ponderada do portfólio de obrigações aumentou gradualmente ao longo do ano tendo-se situado em 8,9 anos e 7,5 anos, respetivamente no final do ano.

Carteira de Investimentos

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)

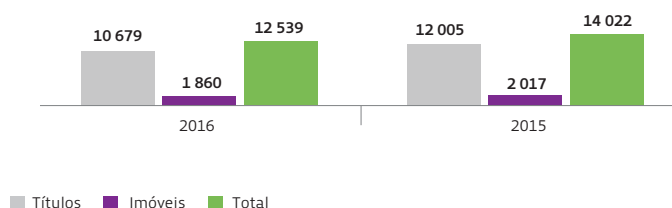


No final do ano, a carteira de investimentos da Seguradoras Unidas situou-se em 1 708 775 milhares de euros. O investimento em obrigações de taxa fixa representou a maior fatia do investimento, com 59% do total da carteira de investimentos. Destaca-se ainda, a exposição a fundos de investimento no valor de 364 376 milhares de euros, reportando-se essencialmente a títulos de rendimento fixo (281 678 milhares de euros), ativos imobiliários (62 994 milhares de euros) e ações (19 704 milhares de euros).

A carteira de obrigações (investimento direto) apresentou um *rating* médio de *investment grade* (A) e uma exposição a dívida soberana de 691 996 milhares de euros, dos quais 28% de exposição a dívida pública da Alemanha, 22% a dívida pública da França e 13% a dívida pública da Espanha.

Juros e Dividendos

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)

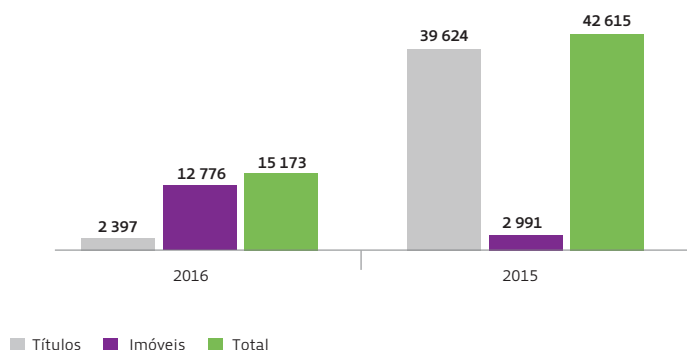


A rentabilidade dos ativos financeiros médios da Companhia foi de +4,1% (+9,0% em 2015). Se considerarmos os ganhos não realizados contabilizados na reserva de justo valor, a rentabilidade foi de +5,9% (+7,9% em 2015).

A atividade financeira, considerando o efeito do processo de fusão da Tranquilidade, Açoreana, LOGO e T-Vida, registou uma performance favorável com uma rentabilidade média global de 3,7%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e o processo de redução da exposição ao sector imobiliário.

Valias Registadas em Ganhos e Perdas

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



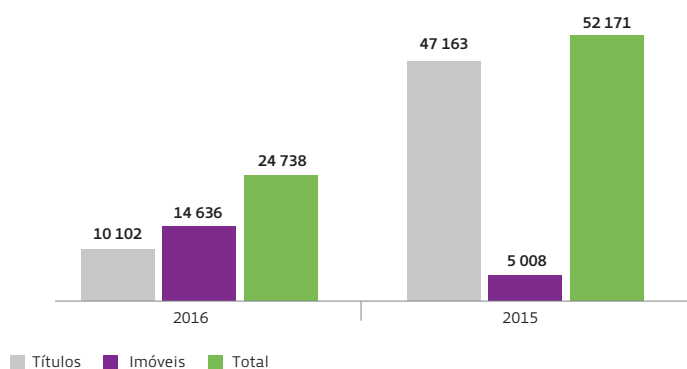
2.4.9. – Capital Próprio e Margem de Solvência

O resultado líquido da Companhia em 2016 ascende a 29,9 milhões de euros, o que representa uma variação de +1,7% face ao ano anterior. No entanto, importa destacar que para este resultado de 2016 contribuíram, positiva e negativamente, diversos efeitos extraordinários e de carácter não recorrente, nomeadamente:

- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais incorridos, no valor de 24,5 milhões de euros, em resultado da autorização da administração fiscal após alteração do controlo da Companhia;
- Reconhecimento de um proveito decorrente de perdão fiscal de juros ao abrigo do PERES (Plano Especial Redução de Endividamento ao Estado) no valor de 2,7 milhões de euros;
- Reconhecimento de uma mais-valia de 5,3 milhões de euros (liquida de imposto), resultante da venda do Edifício da Rua Garrett;
- Finalmente, do reconhecimento de um custo de 13,5 milhões de euros (líquido de imposto), decorrente da alteração de pressupostos, nomeadamente mortalidade e taxa de desconto das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho (diminuição de 4,00% para 2,75%).

Resultados Atividade Financeira

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



Desta forma, deve ser destacado que o resultado líquido de 2016 ajustado por estes efeitos não recorrentes mais relevantes, seria de 11 milhões de euros.

Conforme já referido neste relatório, o Capital Próprio resulta da integração das diferentes sociedades na Tranquilidade, sendo que o Resultado Líquido é o que resulta da atividade da Tranquilidade.

O Capital Próprio aumentou 17,2% para um valor final de 158,9 milhões de euros, devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Efeito da fusão por integração na Tranquilidade das sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida (-57,8 milhões de euros);
- Aumento de capital e prestações acessórias (38,5 milhões de euros);
- Ajustamentos positivos de justo valor dos ativos financeiros (8,6 milhões de euros, líquido de imposto);
- Resultado do exercício (29,9 milhões de euros).

No ano de 2016, o resultado da atividade financeira da Companhia (refletindo a performance antes da fusão que ocorreu em 30 de dezembro de 2016) foi positivo em 24 738 milhares de euros o que representa uma diminuição de 27 433 milhares de euros, face ao ano anterior.

No entanto, o resultado de 2015 foi influenciado por efeitos não recorrentes, nomeadamente com a venda da participada Advancicare (que gerou um ganho de 36 914 milhares de euros). Em 2016 apenas se registaram ganhos não recorrentes de 10 444 milhares de euros resultantes do processo de redução da exposição imobiliária.

A queda das taxas de juro e a redução dos dividendos recebidos penalizaram os rendimentos dos títulos em 11,0%.

(milhares de euros)

Capital Próprio	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Capital social	84 000	12 600	566,7
Outros instrumentos de capital	27 097	60 000	-54,8
Reservas de reavaliação	3 917	-873	-548,7
Outras reservas	39 427	34 441	14,5
Resultados transitados	-25 394	-	n.a.
Resultado líquido	29 851	29 364	1,7
Total	158 898	135 532	17,2

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o novo Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de maio através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

De referir que, durante o ano de 2016, no âmbito do regime transitório previsto na nova legislação, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) aprovou a utilização das medidas transitórias aplicáveis às provisões técnicas, ajustamento de volatilidade e fundos complementares.

2.4.10 Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Gestão de Risco e Sistema de Controlo Interno

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que regulamenta as condições de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, o novo regime de Solvência II entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016.

No decurso do ano de 2016 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual e Grupo;
- Continuação da implementação do projeto para substituição das ferramentas/ *Datawarehouse* que permitam responder aos requisitos de Pilar I e III. Este projeto, entretanto, foi revisto de modo a considerar o processo de fusão que inclui a Açoreana;
- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Revisão e respetiva formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;
- Sistematização de toda a legislação referente ao Solvência II na Intranet do Grupo;
- Projeções de capitais económicos e perfil de risco no âmbito da operação de aquisição da Açoreana e de integração das companhias Tranquilidade, Açoreana, T-Vida e LOGO;
- Aprovação das medidas transitórias das provisões técnicas, ajustamento de volatilidade e fundos complementares;
- Desenvolvimento de estudos para aplicação de cargas de capital ao *pricing* de Não-Vida e revisão de processos, informação e documentação para efeitos do respetivo reporte;
- Reporte do ORSA individual e Grupo;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash flows*;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;
- Atualização do Plano de Continuidade de Negócio, com a realização de exercícios operacionais, que se baseiam na deslocação de colaboradores para o *Business Continuity Site*, equipado com infraestruturas de suporte que permitem o desenvolvimento dos processos de negócio críticos da Companhia;
- Desenvolvimento de programas de formação específicos e de informação.

Ainda no âmbito do reporte de informação respeitante ao ano de 2016, em maio de 2017 será divulgado publicamente o primeiro Relatório sobre a solvência e situação financeira.

Programa de Compliance

Foi igualmente desenvolvido um programa de *compliance* que demonstra o compromisso da Companhia com os mais elevados padrões éticos.

Foi aprovado um novo Código de Conduta, baseado nos valores da honestidade, do respeito, da responsabilidade e da excelência. Nele encontram-se definidas as traves mestras sobre as quais assenta o relacionamento entre colaboradores e destes com os vários públicos com quem interagem - clientes, parceiros de negócio, fornecedores e sociedade em geral.

Foram igualmente definidas e aprovadas novas políticas e procedimentos que pretendem promover o respeito pelas Sanções comerciais e económicas, a prevenção e o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, bem como a prevenção de práticas de suborno e corrupção.

O programa de *compliance* é ainda sujeito a acompanhamento e monitorização regular de modo a assegurar que são mantidas e respeitadas as medidas apropriadas previstas nas políticas definidas pela empresa.

Alinhada a este compromisso ético, foi ainda criada uma Linha de Ética, um canal criado exclusivamente para a participação de questões relacionadas com a administração, o sistema de governação ou a organização contabilística da empresa.

2.5 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DA ATIVIDADE AGREGADA

Tal como referido anteriormente, a 30 de dezembro de 2016, foi efetuada a operação de fusão por incorporação das sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Tranquilidade, tendo esta última, na mesma data, alterado a sua denominação social para Seguradoras Unidas.

Deste modo, e para efeitos de evolução da atividade apresentamos os valores agregados das companhias que integraram na Seguradoras Unidas, referentes aos anos de 2016 e 2015.

	2016	2015	VAR 16/15 (%)
(milhares de euros)			
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	725 799	770 366	-5,8
Vida	79 737	155 692	-48,8
Não Vida	646 062	614 674	5,1
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	628 760	675 307	-6,9
Vida	74 700	150 717	-50,4
Não Vida	554 060	524 590	5,6
Custos com sinistros de seguro direto	690 320	602 093	14,7
Vida	193 053	166 277	16,1
Não Vida	497 267	435 816	14,1
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	659 668	571 013	15,5
Vida	188 660	164 467	14,7
Não Vida	471 008	406 546	15,9
Custos operacionais	140 818	137 502	2,4
Rendimentos	42 554	50 077	-15,0
Resultado líquido	-53 306	-118 825	55,1
Indicadores			
Prémios brutos emitidos/ N° de empregados	571,5	563,1	1,5
Taxa de sinistralidade de seguro direto			
Vida	242,9%	106,7%	134,7 p.p.
Não Vida	77,5%	71,0%	6,5 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro			
Vida	252,6%	109,1%	143,5 p.p.
Não Vida	85,0%	77,5%	7,5 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	-7,3%	-15,4%	8,1 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro - Não Vida	111,6%	107,9%	3,7 p.p.

Os prémios brutos emitidos de seguro direto agregados evoluíram de 770 366 milhares de euros em 2015 para 725 799 milhares de euros em 2016, o que representa um decréscimo de -5,8%.

No que se refere ao segmento vida os prémios brutos emitidos apresentam uma variação de -48,8%, assente sobretudo na quebra da produção dos produtos financeiros. No segmento Não Vida a produção agregada de 2016 foi de 646 062 milhares de euros o que representa uma variação de 5,1% face ao ano anterior, ligeiramente acima do mercado segurador (5,0%). A quota de mercado agregada de Não Vida em 2016 situa-se em 15,4%, ocupando a Companhia desta forma o 2.º lugar no ranking das seguradoras Não Vida.

Os custos com sinistros de seguro direto totalizam 690 320 milhares de euros em 2016, o que representa uma variação face ao ano anterior de 14,7%. Os custos com sinistros vida no valor de 193 053 milhares de euros apresentam uma variação de 16,1% face ao ano anterior, explicado essencialmente pelo aumento do valor de resgates e vencimentos de produtos financeiros. Relativamente aos ramos Não Vida, os custos com sinistros atingiram os 497 267 milhares de euros, traduzindo-se numa variação face ao período homólogo de 14,1%. De salientar que o maior impacto na variação dos custos com sinistros se verificou no ramo Acidentes de Trabalho por via do aumento das provisões matemáticas devido à alteração da taxa de desconto.

A taxa de sinistralidade não vida fixou-se nos 77,5% em 2016, o que representa uma variação de +6,5 p.p. face a 2015.

Os custos operacionais agregados alcançaram os 140 818 milhares de euros, representando uma variação face ao ano anterior de 2,4%.

O resultado líquido agregado de 2016 situou-se nos -53 306 milhares de euros, representando uma melhoria face ao resultado líquido agregado de 2015 que era de -118 825 milhares de euros.

2.6 IMPACTO FUSÃO - GOODWILL

Em 05 de agosto de 2016 a Tranquilidade adquiriu a Açoreana, que em 30 de dezembro de 2016, foi fusionada com a Tranquilidade, T-Vida e Logo na agora denominada Seguradoras Unidas, S.A.

Em conformidade com a “IFRS 3 Concentrações em atividades empresariais” e decorrente da diferença positiva entre o custo de aquisição da operação e a alocação do justo valor atribuível aos ativos e passivos na data de aquisição foi gerado um *goodwill* no montante de 65 981 milhares de euros. O valor do *goodwill* apurado deveu-se essencialmente ao registo pelo justo valor das provisões matemáticas de acidentes de trabalho e vida financeiros, através do desconto dos *cash-flows* estimados dessas responsabilidades à curva determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (“EIOPA”) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de solvência II.

2.7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Seguradoras Unidas, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido do exercício de 2016, no montante positivo de 29 851 336,55 euros tenha a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício no montante de 2 985 133,66 euros para Reserva Legal;
- b) O remanescente para Resultados Transitados.

2.8 OBJETIVOS PARA 2017

O cenário económico em 2017 deverá manter-se positivo, em consequência da contínua evolução favorável da procura interna, sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento empresarial. No que se refere à procura externa deverá assistir-se a uma aceleração das exportações superior à evolução das importações.

A evolução da atividade deverá ser acompanhada de uma evolução positiva do mercado de trabalho, perspetivando-se a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego. A inflação deverá aumentar, mantendo-se em níveis próximos dos projetados para a média da zona euro.

Neste contexto, o setor segurador deverá continuar a sua trajetória de recuperação de prémios, em particular no segmento Não Vida, quer pelo fator de correção de preços, quer pelo aumento da penetração em ramos não obrigatórios, nomeadamente no Saúde.

Adicionalmente, o contexto de baixas taxas de juro continuará a gerar pressão para a necessidade de reequilíbrio técnico em ramos como o Acidentes de Trabalho, Saúde Grupo e Automóvel, sendo de esperar um ambiente competitivo mais racional e não baseado meramente em redução de tarifas.

As regras regulatórias mais exigentes, nomeadamente o regime de Solvência II e a nova Diretiva de Distribuição, abrem espaço à consolidação do mercado e trazem acionistas mais exigentes, que tornam as Seguradoras cada vez mais profissionais e inovadoras, de forma a responderem aos atuais desafios.

Em 2016, tal como referido anteriormente, a Companhia concluiu a operação de fusão por incorporação das sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida. Esta nova realidade permitirá à Companhia reavaliar o seu posicionamento face à envolvente externa, afirmando-se como uma Seguradora de grande dimensão no mercado segurador português.

O ano 2017 será consequentemente um ano chave para a Companhia consolidar as suas bases e perseguir oportunidades de crescimento, potenciando o efeito de sinergias, das vantagens competitivas e dos pontos fortes de cada uma das sociedades que integraram a Seguradoras Unidas.

Destacam-se, neste contexto, os seguintes desafios estratégicos para 2017:

1. Prosseguir com o projeto de **Integração** das Companhias;
2. Continuar a transformação da Companhia, de acordo com o estabelecido no Plano Estratégico designado de “**Ambição 2020**”, nomeadamente através das seguintes iniciativas:
 - Desenvolvimento de uma Rede de Distribuição mais eficaz, designadamente pelo incremento do número de produtores regulares em todos os ramos;
 - Aposta no crescimento seletivo nos ramos e segmentos de maior rentabilidade, nomeadamente Saúde, Vida Risco e nas Pequenas e Médias Empresas;
 - Promoção da excelência técnica, mediante a aplicação de modelos de *pricing* robustos e a capacidade de resposta na gestão de sinistros;

- Simplificação da operativa da Companhia, nomeadamente através da crescente digitalização dos seus processos, tornando-os mais eficientes e mais ágeis;
- Aposta contínua no desenvolvimento dos colaboradores, fomentando uma cultura comum após o processo de integração das diversas Companhias.

Será na execução destes dois Projetos Estratégicos, **Integração e Ambição 2020**, que a Seguradoras Unidas continuará o seu trajeto de crescimento e de aumento de rentabilidade rumo aos objetivos definidos para 2020.

2.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 30 de dezembro de 2016 foi concretizada a operação de fusão por integração das sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Tranquilidade, e a alteração da sua denominação social para Seguradoras Unidas, S.A., alterando, igualmente, o seu objeto social para o exercício da atividade de seguro e resseguro de todos os ramos e operações, salvo no que respeita ao seguro de crédito com garantia do estado.

Neste ano extremamente desafiante o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para a mitigação dos impactos negativos na Companhia e desenvolvimento da mesma.

A Seguradoras Unidas reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que a Seguradoras Unidas conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 31 de março de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
(Presidente do Conselho de Administração)

Alexander Wallace Humphreys
(Vogal)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal)

Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
(Vogal)

Jan Adriaan de Pooter
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)

Pedro Luís Francisco de Carvalho
(Vogal)



03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço (Ativo) de 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2016			31 de Dezembro de 2015
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	37 629		37 629	14 077
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	19 561		19 561	103 747
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	24 088		24 088	44 759
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	1 474 297	4 653	1 469 644	364 022
Empréstimos e Contas a Receber		48 475	15 000	33 475	9 375
Depósitos junto de empresas cedentes	6	2		2	2
Outros depósitos	6	13 003		13 003	1
Empréstimos concedidos	6	26 890	15 000	11 890	8 981
Contas a receber					
Outros	6	8 580		8 580	391
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios		77 148		77 148	65 204
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	33 257		33 257	24 053
Terrenos e edifícios de rendimento	9	43 891		43 891	41 151
Outros ativos tangíveis	10	48 296	44 851	3 445	3 292
Inventários	4 e 10	49		49	66
Goodwill	12	65 981		65 981	
Outros ativos intangíveis	12	142 450	121 413	21 037	7 283
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		79 198		79 198	52 643
Provisão para prémios não adquiridos	4	22 905		22 905	14 779
Provisão matemática do ramo vida	4	1 004		1 004	
Provisão para sinistros	4	55 285		55 285	37 864
Provisão para participação nos resultados	4	4		4	
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		114 682	23 092	91 590	66 166
Contas a receber por operações de seguro direto	13	63 344	8 639	54 705	37 806
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	24 717	1 384	23 333	17 272
Contas a receber por outras operações	13	26 621	13 069	13 552	11 088
Ativos por Impostos		92 624		92 624	9 738
Ativos por impostos correntes	24	728		728	753
Ativos por impostos diferidos	24	91 896		91 896	8 985
Acréscimos e diferimentos	13	3 041		3 041	1 323
Outros elementos do ativo	13	131 433		131 433	
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	13	60 825		60 825	
Total Ativo		2 419 777	209 009	2 210 768	741 695

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedrosa
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Balço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Passivo			
Provisões Técnicas		1 757 733	518 063
Provisão para prémios não adquiridos	4	150 041	76 450
Provisão matemática do ramo vida	4	654 581	
Provisão para Sinistros		890 894	419 278
De vida	4	46 457	
De acidentes de trabalho	4	532 660	225 195
De outros ramos	4	311 777	194 083
Provisão para participação nos resultados	4	20 812	3
Provisão para compromissos de taxa	4	9 236	
Provisão para estabilização de carteira	4	127	
Provisão para desvios de sinistralidade	4	14 529	8 327
Provisão para riscos em curso	4	17 513	14 005
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	151 610	
Outros Passivos Financeiros		21 302	745
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados	5	8 540	
Depósitos recebidos de resseguradores	5	11 722	650
Outros	5 e 6	1 040	95
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	4 491	11 361
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		60 913	37 648
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	27 995	14 888
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	23 004	14 427
Contas a pagar por outras operações	13	9 914	8 333
Passivos por Impostos		16 935	15 839
Passivos por impostos correntes	24	16 935	15 839
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	37 271	20 303
Outras provisões	13	1 615	2 204
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		2 051 870	606 163
Capital Próprio			
Capital	25	84 000	12 600
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	27 097	60 000
Reservas de Reavaliação		6 054	-1 278
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	6 054	-1 278
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-2 137	405
Outras reservas	26	39 427	34 441
Resultados transitados	25	-25 394	
Resultado líquido do exercício		29 851	29 364
Total Capital Próprio		158 898	135 532
Total Passivo e Capital Próprio		2 210 768	741 695

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Paulo Jorge Pinheiro SantosO DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da SilvaO DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Miguel Varela Simões LopesO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Cernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2016			31 de Dezembro de 2015	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro			292 387		292 387	277 535
Prémios brutos emitidos	14		348 729		348 729	327 584
Prémios de resseguro cedido	14		-52 374		-52 374	-50 105
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14		-3 668		-3 668	971
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14		-300		-300	-915
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços						
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro			216 722		216 722	195 153
Montantes pagos			205 888		205 888	198 347
Montantes brutos	4		219 742		219 742	222 952
Parte dos resseguradores	4		-13 854		-13 854	-24 605
Provisão para sinistros (variação)			10 834		10 834	-3 194
Montante bruto	4		13 677		13 677	-7 461
Parte dos resseguradores	4		-2 843		-2 843	4 267
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4		-9 456		-9 456	-2 210
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro						
Montante bruto						
Parte dos resseguradores						
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4		-3		-3	-1 044
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21		94 399		94 399	93 693
Custos de aquisição			73 221		73 221	69 237
Custos de aquisição diferidos (variação)	4		-592		-592	-80
Gastos administrativos			29 888		29 888	31 911
Comissões e participação nos resultados de resseguro			-8 118		-8 118	-7 375
Rendimentos	16		12 512	26	12 538	14 022
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			2 361	26	2 387	4 035
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros			10 151		10 151	9 987
Gastos Financeiros	16		1 929	11	1 940	1 591
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros			1 929	11	1 940	1 591
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17 e 18		2 935	107	3 042	39 734
De ativos disponíveis para venda			2 935	956	3 891	3 820
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a deter até à maturidade						
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado						
De outros				-849	-849	35 914
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17 e 18		-522	-89	-611	-262
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação						
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-522	-89	-611	-262
Diferenças de câmbio	19		-36	720	684	415
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18		12 776		12 776	2 991
Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)			-2 973	1 227	-1 746	-10 814
De ativos disponíveis para venda	6		-2 973		-2 973	-4 498
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado						
De investimentos a deter até à maturidade						
De outros	13			1 227	1 227	-6 316
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20		-2 592		-2 592	-2 509
Outras provisões (variação)	13			-407	-407	
Outros rendimentos/ gastos	20			-2 710	-2 710	-4 654
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas						
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial						
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda						
Resultado Líquido Antes de Impostos			10 896	-1 137	9 759	29 275
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24			-618	-618	-1 802
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24			20 710	20 710	1 891
Resultado Líquido do Exercício			10 896	18 955	29 851	29 364
Resultado por ação (em euros)	27				0,16	0,70

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Paulo Jorge Pinheiro SantosO DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da SilvaO DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Miguel Varela Simões LopesO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombreiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco de Carvalho



04

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(milhares de euros)

	2016	2015
Resultado Líquido do Exercício	29 851	29 364
Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	8 623	-4 808
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	11 014	-6 452
Variação dos impostos correntes e diferidos	-2 391	1 644
Itens que Não Irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	4 168	-1 811
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	4 168	-1 811
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos	12 791	-6 619
Total do Rendimento Integral do Exercício	42 642	22 745



05

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS



MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Demonstração de Variação de Capitais Próprios nos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital		Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
		Prestações Suplementares	Outros			Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanzo a 1 de Janeiro 2015	160 000	-	-	5 174	-1 239	49 345	-17 586	32 758	-188 265	40 187
Aumento de capital	12 600	60 000								72 600
Redução capital/ cobertura de prejuízos	-160 000					-13 093	17 586	155 507		-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				-6 452						-6 452
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					1 644					1 644
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							-1 811			-1 811
Aplicação dos resultados do exercício anterior								-188 265	188 265	-
Total das Variações do Capital Próprio	-147 400	60 000	-	-6 452	1 644	-13 093	15 775	-32 758	188 265	65 981
Resultado líquido do exercício									29 364	29 364
Balanzo a 31 de Dezembro 2015	12 600	60 000	-	-1 278	405	36 252	-1 811	-	29 364	135 532
Aumento de capital	71 400	58 497								129 897
Redução Capital/ cobertura de prejuízos		-91 400								-91 400
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				11 014						11 014
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					-2 391					-2 391
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							4 168			4 168
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						2 936		-2 936		-
Efeito fusão				-3 682	-151		-2 118	-51 822		-57 773
Aplicação dos resultados do exercício anterior								29 364	-29 364	-
Total das Variações do Capital Próprio	71 400	-32 903	-	7 332	-2 542	2 936	2 050	-25 394	-29 364	-6 485
Resultado líquido do exercício									29 851	29 851
Balanzo a 31 de Dezembro 2016	84 000	27 097	-	6 054	-2 137	39 188	239	-25 394	29 851	158 898



06

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(milhares de euros)

	2016	2015
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	35 462	40 557
Resultado líquido do exercício	29 851	29 364
Depreciações e amortizações do exercício	4 194	12 911
Variação das provisões técnicas de seguro direto	6 439	-13 478
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-2 543	5 182
Variação de outras provisões	-1 797	209
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	8 153	23 438
Variação de outros ativos e passivos por impostos	-25 756	-3 013
Variação de outros ativos e passivos	-5 803	-3 795
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	22 724	-10 261
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	-70 280	-119 688
Variação de investimentos	-46 732	-132 494
Aquisição subsidiária Açoreana Seguros, S.A. (incluindo aumento de capital)	-41 424	-
Dividendos recebidos	6 986	7 877
Juros	7 988	218
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-2 947	-3 552
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	22	393
Aquisição de imóveis	-	-
Alienações de terrenos e edifícios	5 827	7 870
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	38 497	72 600
Distribuição de dividendos	-	-
Subscrição de capital	38 497	72 600
Variação Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	3 679	-6 531
Caixa e equivalentes no início do exercício	14 077	20 608
Efeito fusão	19 873	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício	37 629	14 077



07

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Seguradoras Unidas, S.A. (adiante designada por Companhia) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100%, a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (constituída em julho de 2006), a Seguros LOGO, S.A. (constituída em dezembro de 2007) e a Açoreana Seguros, S.A. (adquirida em 5 de agosto de 2016 - Nota 33).

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 30 de dezembro de 2016, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das quatro entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data (Nota 32). Nesta mesma data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. alterou a sua designação para Seguradoras Unidas, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão da Companhia decidiu manter ativas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

Após a fusão, a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em zonas comerciais e delegações, que são suportadas por um total de 615 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 71 lojas próprias e por 544 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana, dos quais 211 são Exclusivos de uma das marcas.

Através da sua marca LOGO tem como objetivo explorar o segmento de canais diretos (telefone e internet), atuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários.

Tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 30 de dezembro de 2016, toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas seguintes Notas corresponde ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo

que o ganhos e perdas corresponde apenas ao da entidade incorporante, ou seja, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., conforme normas contabilísticas.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Após a fusão, a Companhia explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pela ASF e as suas políticas e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/ benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio. A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e segmentada pelas linhas de negócio não vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2016	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	348 729	67 886	66 808	137 408	76 627
Prémios de resseguro cedido	-52 374	-1 456	-26 995	-877	-23 046
Prémios brutos adquiridos	345 061	67 513	67 061	134 902	75 585
Resultado dos investimentos	22 764	10 619	2 604	7 217	2 324
Custos com sinistros brutos	233 419	72 063	31 982	93 254	36 120
Custos de exploração brutos	102 517	17 007	22 439	41 874	21 197
Resultado técnico	10 896	-10 167	4 245	12 131	4 687

(milhares de euros)

2015	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	327 584	60 977	65 688	127 166	73 753
Prémios de resseguro cedido	-50 105	-496	-26 390	-1 383	-21 836
Prémios brutos adquiridos	328 555	61 017	65 960	127 425	74 153
Resultado dos investimentos	55 853	5 340	10 137	30 637	9 739
Custos com sinistros brutos	215 491	51 315	27 451	95 503	41 222
Custos de exploração brutos	101 068	15 857	23 677	40 418	21 116
Resultado técnico	45 287	-1 024	16 310	18 565	11 436

Ao longo de 2016 a Companhia encerrou a sua sucursal em Espanha, sendo de realçar que os respetivos valores são imateriais em termos de relato individualizado.

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2016, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 35.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, sendo que os montantes arredondados apresentados podem não somar à unidade em todos os casos.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Tal como referido na Nota 1, e tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 30 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras agora apresentadas correspondem ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que a conta de ganhos e perdas corresponde apenas ao da entidade incorporante, ou seja, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Nos termos das normas contabilísticas aplicáveis e da legislação em vigor, a Companhia prepara demonstrações financeiras consolidadas, e por sua vez consolida na AP VIII Calm Eagle Holdings SCA, com sede no Luxemburgo, na Avenue J.F. Kennedy L-1855, 44.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2017. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

Presume-se que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Companhia detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Companhia não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações são reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não

cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a Companhia não pôde ter ativos classificados nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de

ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas

e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	13 a 72
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	4 a 8
Instalações interiores	5 a 20
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pela Companhia.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force*-VIF) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

Goodwill

O *goodwill* resultante da aquisição de um negócio é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Companhia aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de benefício pós-reforma

A Companhia assume a responsabilidade de conceder aos seus empregados benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez emergentes do regime geral da segurança social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes sejam aplicáveis.

A convenção coletiva de trabalho que originariamente se aplicava às relações laborais vigentes na Companhia era o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 29 de agosto 2008, no qual se previa que os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

A Companhia, em sintonia com as demais empresas de seguros em idênticas circunstâncias, declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

As responsabilidades da Companhia relativas às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Este contrato coletivo de trabalho foi sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

O Acordo Coletivo de Trabalho foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, o que determinou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano de contribuição definido;
- (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano complementar de pensões, cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangidos pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, a Companhia, de acordo com o IAS 19, procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido, nos referidos casos limitados em que a mesma ainda perdura, é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de *rating* elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/ custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/ custo líquido com o plano de pensões é reconhecido em custos com pessoal. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do trabalhador atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, que abrangem a generalidade dos empregados, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2016, e ressalvados os empregados abrangidos por plano de benefício definido, a Companhia tem dois planos de contribuição definida, consoante a origem inicial da entidade patronal (Tranquilidade ou Açoreana, anterior a fusão) contributivo para os empregados no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os empregados que observem as condições definidas no novo Acordo Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador, além das demais condições previstas na Cláusula 42^a do referido Acordo Coletivo de Trabalho, complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Este benefício aplica-se a todos os empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos empregados no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de

reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, incluindo remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2015 corresponde a 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 euros e inferior a 35 000 000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e

este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Companhia avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se

verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade do goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço que se encontra reconhecido no ativo do respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e conseqüentemente nos resultados da Companhia.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros

reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (vi) provisão matemática de contratos vida e (vii) provisão para estabilização de carteira.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é considerado como um contrato de investimento mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit Linked*) emitidos pela Companhia, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit Linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit Linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit Linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos dos ramos não vida de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

A Companhia calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos do ramo não vida são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. Os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico estão limitados a 20% da respetiva provisão para prémios não adquiridos.

Provisão matemática vida

As provisões matemáticas vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

Produtos Carteira Tranquilidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica	Produtos Carteira Açoreana	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)			Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%	Até dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%	De janeiro 1999 a julho 2003	GKM 80	3%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%	De agosto 2003 a setembro 2011	GKM 80	3% e variável
Após março de 2003	GKM 80	2,75%	Após 3 de outubro de 2011 (**)	GKM 80	1% a 3%
Após 1 de janeiro de 2004 (**)	GKM 80	0,058% e 1,5%			
Seguros em Caso de Vida (*)			Seguros em Caso de Vida (*)		
Rendas – até junho de 2002	TV 73/77	4%	Rendas – até dezembro de 1997	PF 6064	6%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%	Após 1 de dezembro de 1997	GKF 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%	Após 1 de janeiro de 2007	GKF 95 e GKF 80	2% e 3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3%, 2,25% e 1,15%	Após 1 de outubro de 2016	GRF 95	1,5%
Outros seguros em caso de vida	TV 73/77	4%			
Seguros em Caso de Morte (*)			Seguros em Caso de Morte (*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%	Até abril de 2013	GKM 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%	Após 1 de abril de 2013	GKM 95	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%			
Após 1 de outubro de 2013	PASEM 2010	0%			
Seguros Mistos (*)			Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%	Até fevereiro de 2001	PM 6064	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%	Após 1 de março de 2001	GKM 80	3% e 4%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2016.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respectivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da ELOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão matemática não vida

As provisões matemáticas não vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se 95% da tábua de mortalidade TD 88/90 para homens (2015: 100% da TD 88/90) e 95% da tábua de mortalidade TV 88/90 para mulheres (2015: 100% da TV 88/90), com uma taxa de juro de 2,75% (2015: 4,0%) e encargos de gestão de 1,5% (2015: 2,0%, na marca Tranquilidade e 1,5% na marca Açoreana), e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 (2015: TD 88/90) com uma taxa de juro de 5,25% (2015: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2015: 0%).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respectivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da ELOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a conseqüente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Para o cálculo das responsabilidades associadas a sinistros ocorridos e não participados (IBNR), para os ramos de maior expressão, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo, quanto aos ramos que não registam dimensão suficiente aplica-se uma taxa genérica ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2016 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente. Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para

fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2016 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as do ramo de Acidentes de Trabalho que são calculadas com técnicas de vida ou similares, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados a taxas de juro que correspondem à rentabilidade esperada dos ativos afetos a estas responsabilidades. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados.

Esta provisão é calculada de acordo com as bases técnicas dos produtos e tendo em consideração, quando aplicável, os rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir de vida (*Shadow accounting*)

A provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo vida reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de vida com participação nos resultados.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de

seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balço	2016				2015			
	PPNA Bruta	CAD	Efeito Fusão PPNA Bruta	Efeito Fusão CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Vida	-	-	2 864	-	2 864	-	-	-
Acidentes e doença	14 048	2 559	8 675	1 667	18 497	12 750	2 456	10 294
Incêndio e outros danos	24 107	4 762	15 674	3 080	31 939	24 360	4 799	19 561
Automóvel	50 013	10 000	48 111	8 525	79 599	47 508	9 500	38 008
Marítimo, aéreo e transportes	1 329	262	651	94	1 624	1 514	298	1 216
Responsabilidade civil geral	3 186	635	1 379	260	3 670	3 186	632	2 554
Crédito e caução	18	4	58	4	68	22	4	18
Proteção jurídica	5	1	88	12	80	5	1	4
Assistência	5 450	1 090	8 001	1 427	10 934	5 258	1 052	4 206
Diversos	852	169	103	20	766	737	148	589
Total	99 008	19 482	85 604	15 089	150 041	95 340	18 890	76 450

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2016			2015		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	1 298	103	1 195	-173	204	-377
Incêndio e outros danos	-253	-37	-216	-175	-61	-114
Automóvel	2 505	500	2 005	844	-51	895
Marítimo, aéreo e transportes	-185	-36	-149	-308	-48	-260
Responsabilidade civil geral	-	3	-3	191	-31	222
Crédito e caução	-4	-	-4	-5	-1	-4
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	192	38	154	352	77	275
Diversos	115	21	94	-55	-9	-46
Aquisição carteira AMA	-	-	-	-1 642	-	-1 642
Total	3 668	592	3 076	-971	80	-1 051

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de resseguro cedido refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanco	2016		2015	
	PPNA Líquida	Efeito Fusão PPNA Líquida	PPNA Líquida	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos				
Vida	-	7	7	-
Acidentes e doença	167	18	185	177
Incêndio e outros danos	6 238	4 353	10 591	6 703
Automóvel	-	-	-	2
Marítimo, aéreo e transportes	710	253	963	737
Responsabilidade civil geral	410	44	454	403
Crédito e caução	4	21	25	5
Proteção jurídica	-	25	25	-
Assistência	6 332	3 563	9 895	6 112
Diversos	618	142	760	640
Total	14 479	8 426	22 905	14 779

A variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e refletida na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas		
	2016	2015
Ramos/ Grupos de Ramos		
Acidentes e doença	-10	-622
Incêndio e outros danos	-465	-310
Automóvel	-2	2
Marítimo, aéreo e transportes	-27	-346
Responsabilidade civil geral	7	-21
Crédito e caução	-1	-
Proteção jurídica	-	-
Assistência	220	442
Diversos	-22	-60
Total	-300	-915

A provisão matemática de vida refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço	
	2016	2015
Efeito fusão - Tradicionais	87 166	-
Efeito fusão - Capitalização com participação nos resultados	567 415	-
Total	654 581	-

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço	
	2016	2015
Efeito fusão - Tradicionais	1 004	-
Total	1 004	-

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2016	Efeito Fusão 2016	Total 2016	2015	2016	2015
Vida	-	46 457	46 457	-	-	-
Acidentes de trabalho	245 753	286 907	532 660	225 195	21 790	3 143
Acidentes pessoais e doença	7 973	6 452	14 425	8 753	-761	-665
Incêndio e outros danos	30 668	11 240	41 908	29 463	1 080	-9 278
Automóvel	120 246	97 960	218 206	127 102	-6 977	-1 461
Marítimo, aéreo e transportes	3 143	568	3 711	3 362	-420	-2 518
Responsabilidade civil geral	21 163	8 861	30 024	23 253	-2 038	4 379
Crédito e caução	13	223	236	22	-7	-
Proteção jurídica	13	-	13	18	-6	9
Assistência	-	-	-	1	-1	-3
Diversos	3 127	127	3 254	2 109	1 017	-1 067
Total	432 099	458 795	890 894	419 278	13 677	-7 461

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 408 636 milhares de euros (2015: 165 062 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2016 e 2015 foi nulo, e uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 22 009 milhares de euros (2015: 10 520 milhares de euros).

A Companhia procedeu à alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e do respetivo teste de adequação com referência a 31 de dezembro de 2016. Neste contexto, (i) a taxa de desconto utilizada no cálculo destas provisões foi alterada para 2,75% (4,0%: 2015), (ii) a tábua de mortalidade TD 88/90 foi substituída por 95% da tábua de mortalidade TD 88/90, para a população masculina, e a tábua de mortalidade TV

88/90 foi substituída por 95% da tábua de mortalidade TV 88/90, para a população feminina, e (iii) a taxa de despesas, na marca Tranquilidade, foi alterada de 2,0% para 1,5%.

O efeito da alteração dos pressupostos atuariais resultou num acréscimo das responsabilidades com acidentes de trabalho registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e numa diminuição dos resultados do exercício no montante de 17,3 milhões de euros (13,5 milhões de euros após considerado o respetivo efeito fiscal), referentes à carteira Tranquilidade. Relativamente ao efeito do mesmo tema na carteira Açoreana o impacto correspondente ascende ao montante de 25,9 milhões de euros (20 milhões de euros após considerado o respetivo efeito fiscal), encontrando-se este efeito incluído na mensuração das provisões técnicas ao justo valor de acordo com os requisitos da IFRS 3 – Concentrações em atividades empresariais.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 38 763 milhares de euros (2015: 22 574 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 16 618 milhares de euros (2015: 11 743 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2015 (1)	Sinistros* Pagos em 2016 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2016 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	233 948	37 573	212 335	15 960
Incêndio e outros danos	29 463	12 680	15 155	-1 628
Automóvel				
- Responsabilidade civil	105 199	30 552	71 148	-3 499
- Outras coberturas	21 903	9 149	9 703	-3 051
Marítimo, aéreo e transportes	3 362	1 134	1 603	-625
Responsabilidade civil geral	23 253	3 201	19 043	-1 009
Crédito e caução	22	-33	13	-42
Proteção jurídica	18	26	8	16
Assistência	1	-	-	-1
Diversos	2 109	1 248	427	-434
Total	419 278	95 530	329 435	5 687

* Sinistros ocorridos no ano de 2015 e anteriores.

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos no ramo Acidentes de Trabalho devem-se principalmente ao aumento das provisões matemáticas devido à redução da taxa de juro e alteração de pressupostos de tábua de mortalidade e de taxa de desconto utilizados no seu cálculo. De referir ainda o facto de o mapa não considerar os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas.

Nos grupos de ramos Incêndio e Outros Danos e Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a uma maior celeridade na regularização dos sinistros permitindo uma redução dos custos com sinistros e a reavaliação das provisões necessárias para os anos anteriores.

Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2016	Efeito Fusão 2016	Total 2016	2015	2016	2015
Vida	-	2 963	2 963	-	-	-
Acidentes de trabalho	5 470	169	5 639	5 401	69	-185
Acidentes pessoais e doença	181	157	338	103	78	18
Incêndio e outros danos	15 980	4 393	20 373	14 180	1 800	-5 823
Automóvel	7 795	5 473	13 268	7 457	338	-1 185
Marítimo, aéreo e transportes	986	71	1 057	1 165	-179	-832
Responsabilidade civil geral	7 377	886	8 263	7 909	-532	4 375
Crédito e caução	5	388	393	4	1	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2	-1	1	3	-1	-3
Diversos	2 911	79	2 990	1 642	1 269	-632
Total	40 707	14 578	55 285	37 864	2 843	-4 267

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1 310 milhares de euros (2015: 1 336 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2016 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	75 736	3 396	20 955	100 087
Incêndio e outros danos	29 312	1 542	949	31 803
Automóvel				
- Responsabilidade civil	58 485	5 090	-5 988	57 587
- Outras coberturas	33 688	2 063	676	36 427
Marítimo, aéreo e transportes	1 945	144	-422	1 667
Responsabilidade civil geral	3 645	448	-2 043	2 050
Crédito e caução	-34	1	-7	-40
Proteção jurídica	26	4	-5	25
Assistência	-	-	-1	-1
Diversos	1 422	7	1 017	2 446
Total	204 225	12 695	15 131	232 051
Resseguro aceite	2 822	-	-1 454	1 368
Total Geral	207 047	12 695	13 677	233 419

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	75 778	3 208	2 491	81 477
Incêndio e outros danos	35 024	1 449	-9 220	27 253
Automóvel				
- Responsabilidade civil	55 882	4 104	-1 548	58 438
- Outras coberturas	31 857	1 745	1 398	35 000
Marítimo, aéreo e transportes	2 893	143	-2 612	424
Responsabilidade civil geral	4 815	410	4 378	9 603
Crédito e caução	133	1	-	134
Proteção jurídica	14	4	9	27
Assistência	-	-	-3	-3
Diversos	1 738	7	-1 066	679
Total	208 134	11 071	-6 173	213 032
Resseguro aceite	3 747	-	-1 288	2 459
Total Geral	211 881	11 071	-7 461	215 491

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Efeito fusão - Vida	20 812	-	-	-
Acidentes e doença	-	3	-3	-1 044
Total	20 812	3	-3	-1 044

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Efeito fusão - Vida	4	-	-	-
Total	4	-	-	-

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço	
	2016	2015
Efeito fusão - Tradicionais	8 870	-
Efeito fusão - Capitalização com participação nos resultados	366	-
Total	9 236	-

A provisão para estabilização de carteira refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço	
	2016	2015
Efeito fusão - Tradicionais	127	-
Total	127	-

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2016	Efeito Fusão 2016	Total 2016	2015	2016	2015
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	8 345	3 943	12 288	7 672	673	648
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	1 305	1 305	-	-	-
Crédito e caução	582	260	842	568	14	-1
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	93	1	94	87	6	6
Total	9 020	5 509	14 529	8 327	693	653

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2016	Efeito Fusão 2016	Total 2016	2015	2016	2015
Acidentes e doença	1 768	12 104	13 872	3 840	-2 072	-1 742
Incêndio e outros danos	-	71	71	782	-782	-2 487
Automóvel	1 382	1 482	2 864	8 699	-7 317	1 425
Marítimo, aéreo e transportes	63	-	63	68	-5	-124
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-36
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	530	-	530	510	20	86
Diversos	113	-	113	106	7	15
Total	3 856	13 657	17 513	14 005	-10 149	-2 863

De acordo com a Norma Regulamentar 10/2016-R de 15 de setembro, os custos com carácter extraordinário incluindo os custos com pessoal relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

Ao abrigo desta Norma, o cálculo da provisão para riscos em curso foi alvo de um procedimento extraordinário, solicitado pela Companhia, e devidamente aprovado pela ASF, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de operações de concentração de empresas.

De referir que desde a sua aquisição pela Apollo Global Management, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. foi interveniente em diversos processos de concentração de empresas tendo durante o exercício de 2016 adquirido 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A. O acréscimo de custos daí resultante, iria provocar um aumento no valor da provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Assim, a Companhia considerou que o montante de 6 927 milhares de euros, relativo a custos com assessoria de projetos, custos incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo e o impacto do *curtailment* ao nível dos planos de benefícios, em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que a Companhia optou por não considerar os referidos montantes para efeitos de cálculo desta provisão.

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

Com a introdução do regime de Solvência II, a Companhia desenvolveu a sua estrutura e os seus procedimentos no sentido de se dotar das ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de Gestão de Risco.

A Companhia mantém o seu Comité de Gestão de Risco Global, que tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*.

Após a introdução do Comité de Gestão de Risco Global, foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pelo Departamento de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Paralelamente à definição e divulgação de políticas associadas às várias atividades de negócio (Investimentos, Subscrição, Resseguro, etc), a Companhia desenvolveu uma Política de Gestão de Risco que visa estabelecer limites e tolerâncias da Companhia e definir um conjunto de ações prioritárias e urgentes a implementar em caso de quebras de capital.

Relativamente ao risco específico de seguros, o mesmo corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Vida, o risco pode ser subdividido em riscos biométricos (Longevidade, Mortalidade, Invalidez), Risco de Despesas, Risco de Revisão, Risco de *Lapses* e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas, Risco de *Lapses* e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida classificados como “Health” em Solvência II – Acidentes Pessoais, Saúde e Acidentes de Trabalho – o risco é tratado da seguinte forma:

- Pensões de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia são considerados riscos de saúde avaliados com técnicas semelhantes às dos seguros de vida e, como tal, o seu risco subdivide-se de forma análoga ao dos produtos vida.
- Sinistros gerais de AT e sinistros de AP e Saúde são tratados como Não-Vida e os seus riscos subdivide-se de forma análoga.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da comparação entre i) os montantes pagos dos ramos não vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo as provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e ii) a estimativa final do custo, é como segue:

(milhares de euros)

Montantes Pagos Líquidos de Reembolso (Valores Acumulados)										
	Ano de Ocorrência									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Anos decorridos										
0	172 931	206 721	203 512	237 626	236 495	226 612	239 778	226 253	214 233	215 648
1	264 532	306 169	317 476	358 391	341 803	328 120	338 924	324 031	306 579	
2	284 455	329 944	347 970	383 391	363 125	351 666	361 143	347 438		
3	295 608	342 503	362 827	395 329	374 118	364 994	374 176			
4	299 935	348 998	369 912	403 580	379 458	370 561				
5	304 578	353 282	375 089	410 214	383 758					
6	307 798	359 158	377 835	414 548						
7	311 532	361 693	381 203							
8	313 476	363 619								
9	314 504									

(milhares de euros)

Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos										
	Ano de Ocorrência									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Anos decorridos										
0	364 978	407 898	398 229	434 023	397 409	393 492	395 285	378 890	354 953	358 620
1	345 572	391 712	397 715	431 281	402 056	386 724	390 466	387 346	355 408	
2	343 767	396 434	404 384	438 271	403 487	388 590	398 662	395 066		
3	337 658	385 509	396 449	428 598	401 755	390 139	403 239			
4	329 963	379 282	391 028	426 586	400 511	390 167				
5	326 125	375 951	389 925	425 883	401 815					
6	323 871	373 325	389 074	428 858						
7	323 832	372 912	389 968							
8	322 896	372 875								
9	323 035									

A Companhia pratica uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus tomadores, segurados, outros beneficiários de seguros, acionistas e trabalhadores.

Para a sua persecução, a companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadros seguintes:

Ramos Não-Vida	Tipo de Resseguro
Assistência	Proporcional
Cauções	Proporcional
Cauções (fidelidade)	Proporcional
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-agregada)	Não Proporcional
Saúde (doenças graves)	Proporcional
Saúde (despesas médicas)	Não Proporcional
Saúde (despesas médicas específicas)	Não Proporcional
Responsabilidade civil geral	Não Proporcional
Responsabilidade civil ambiental	Proporcional
Responsabilidade civil profissionais de saúde	Proporcional
Responsabilidade civil administradores (art.º 396)	Proporcional
Responsabilidade civil d&o	Proporcional
Marítimo (carga)	Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (proteção retenção)	Não Proporcional
Automóvel (responsabilidade civil)	Não Proporcional
Automóvel (danos próprios)	Não Proporcional
Acidentes pessoais	Não Proporcional
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Proporcional
Acidentes de trabalho	Não Proporcional

Ramos Vida	Tipo de Resseguro
Vida crédito habitação	Proporcional
Vida grupo	Proporcional
Vida individual	Proporcional
Vida VTCC2.0	Proporcional
Vida profissionais de saúde	Proporcional
Vida + cool	Proporcional
Vida catástrofes	Não Proporcional
Vida proteção de cúmulos	Não Proporcional
Assistência	Proporcional
Saúde	Proporcional
Vida proteção aos prémios	Proporcional
Vida grupo contributivo	Proporcional
Vida grupo não contributivo	Proporcional
Vida gestão de tesouraria Banif	Proporcional
Capitalização/ PPR	Proporcional

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Capital Próprio	
		2016	2015
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-14 530	-15 548
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-11 926	-13 612
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de acidentes de trabalho	-6 891	-2 548
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo vida	-2 883	-

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

De referir, que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade de vida, não são tidos em consideração os prémios futuros.

NATUREZA E EXTENSÃO DO RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO OPERACIONAL

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos, para o qual a Companhia dispõe de uma política de ALM implementada.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela Companhia, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro e a análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2016	2015
Cambial	Valorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-1 111	-2 062

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2016	2015
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-36 324	-16 456

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2016	2015
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-20 097	-13 461

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações.

Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho e das provisões matemáticas do ramo vida.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2016	2015
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos ativos	90 159	21 209
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos ativos	-78 101	-18 020

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Imposto	
		2016	2015
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-51 547	-
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	24 902	-

Esta análise não inclui o efeito da Açoreana Seguros, S.A. dado que as provisões técnicas foram reconhecidas ao justo valor no momento da aquisição (Nota 33).

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*.

(milhares de euros)

Rating	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
AAA	21%	232 351	2%	6 446
AA	21%	230 692	6%	19 270
A	9%	100 252	31%	91 683
BBB	34%	368 098	46%	135 893
BB	11%	121 996	10%	29 786
B	1%	10 220	2%	6 179
CCC	0%	527	0%	-
Unrated	3%	38 459	3%	8 211
Total	100%	1 102 595	100%	297 468

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2016			2015		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	1%	15 767	-	2%	7 714	-25
Comunicações	2%	34 845	-	1%	5 771	-470
Bens consumíveis (cíclico)	2%	29 628	-	3%	14 403	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	2%	36 511	-	5%	25 276	-202
Energia	3%	43 310	-	1%	7 381	-
Financeiro	13%	188 578	-	58%	298 346	-55 239
Fundos	22%	304 733	-	3%	13 560	-
Dívida pública	48%	692 299	-	18%	90 633	-
Industrial	3%	40 477	-	4%	18 632	-
Medicina	0%	2 918	-	0%	1 000	-
Tecnologia	0%	2 610	-	1%	2 776	-
Serviços públicos/ coletivos	5%	67 991	-	5%	26 378	-
Outros	0%	6 168	-	0%	1 686	-
Total	100%	1 465 836	-	100%	513 556	-55 936

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/ excedentes de capital.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados dos ativos e passivos alvo deste tipo de risco, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

2016	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	53 022	92 892	49 506	331 597	859 038	401 804	1 787 859
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	4 832	52 770	94 870	309 103	426 410	421	888 406
Líquido	48 190	40 122	-45 364	22 494	432 628	401 383	899 453

(milhares de euros)

2015	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	14 471	51 704	34 611	71 253	211 950	114 410	498 399
Passivos financeiros	-	27 913	8 448	2 032	-	-	38 393
Líquido	14 471	23 791	26 163	69 221	211 950	114 410	460 006

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

A distribuição dos saldos de depósitos é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	0%	-	0%	-
A	15%	7 390	0%	21
BBB	8%	4 095	0%	61
BB	32%	16 403	2%	256
B	8%	4 166	0%	66
CCC	34%	17 090	97%	13 589
Unrated	3%	1 390	0%	33
Total	100%	50 534	100%	14 026

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, sem dedução de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	40%	5 806	34%	3 613
A	53%	7 639	61%	6 592
BBB	0%	-	0%	-
BB	0%	-	0%	-
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	7%	950	5%	539
Total	100%	14 395	100%	10 744

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Atualização constante de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;

- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abrangem a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

SOLVÊNCIA

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o novo regime em vigor. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o mês de maio de 2017 através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

De referir que durante o ano de 2016, no âmbito do regime transitório previsto na nova legislação, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) aprovou a utilização da medida transitória aplicável às provisões técnicas. Adicionalmente, foram também aprovados pela ASF o ajustamento de volatilidade e fundos complementares.

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

RÁCIOS DE ATIVIDADE

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2016	2015
Rácio de sinistralidade ^{a)}	65,7%	65,4%
Rácio de aquisição ^{b)}	20,8%	21,1%
Rácio administrativo ^{c)}	8,6%	9,7%
Rácio Combinado	95,1%	96,2%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proventos técnicos)/ prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ prémios brutos emitidos.

MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Contas a receber	9 828	2 542
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-2 059	-1 644
Total Líquido	7 769	898

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Inventários	49	63

NOTA 5 – PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A decomposição da rubrica de Passivos financeiros por contratos de investimento pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Passivos financeiros		
Financeiros sem participação nos resultados	116 360	-
Unit Linked	7 078	-
PPR Unit Linked	27 872	-
OCA's Unit Linked	300	-
Valor de Balanço	151 610	-

O valor de 2016 dos passivos financeiros de contratos *Unit Linked*, no valor total de 35 250 milhares de euros corresponde ao nível 2 do método de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13, dado serem instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	11 722	650
Derivados	1 040	95
Passivos subordinados	8 540	-
Valor de Balanço	21 302	745

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. Os valores de Derivados encontram-se analisados na Nota 6.

Os passivos financeiros subordinados apresentam a seguinte composição e detalhe:

(milhares de euros)			
	2016		
	Montante	Taxa	Maturidade
Empréstimo obrigacionista	8 540	1,283%	17/12/17

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionais de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 469 644	364 022
Investimentos em filiais e associadas	19 561	103 747
Depósitos a prazo	13 003	1
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	24 088	44 759
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	1 526 296	512 529
Outros ativos financeiros	20 472	9 374
Total Ativos Financeiros	1 546 768	521 903

No Anexo 1 estão considerados em 2016, 1 040 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que no balanço são apresentados na rubrica Outros passivos financeiros do Passivo.

Os investimentos em filiais e associadas são analisados na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que a Companhia, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) contém instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2 393	-
De outros emissores	18 345	44 759
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3 350	-
Valor de Balanço	24 088	44 759
Valor de aquisição	23 576	44 978

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 13.132 milhares de euros.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda títulos de rendimento fixo híbridos ligados a financiamentos *tier1/2* de capital no montante de 7 252 milhares de euros. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pela Companhia para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica incluía apenas títulos de rendimento fixo híbridos ligados a financiamentos *tier1/2* de capital no montante de 44 759 milhares de euros.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	690 593	90 633
De outros emissores	391 264	162 076
Ações	23 410	39 569
Outros títulos de rendimento variável	364 377	71 744
Valor de Balanço	1 469 644	364 022

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	89 705	1 718	-790	-	90 633
De outros emissores	164 927	2 516	-5 367	-	162 076
Ações	44 093	-	504	-5 028	39 569
Outros títulos de rendimento variável	68 094	-	4 375	-725	71 744
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	366 819	4 234	-1 278	-5 753	364 022
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	682 503	8 809	-719	-	690 593
De outros emissores	382 660	7 724	880	-	391 264
Ações	22 405	-	2 534	-1 529	23 410
Outros títulos de rendimento variável	362 572	-	4 929	-3 124	364 377
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	1 450 140	16 533	7 624	-4 653	1 469 644

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Outros títulos de rendimento variável incluem 62 994 milhares de euros e 58 184 milhares de euros, respetivamente, relativos a participações detidas pela Companhia em fundos de investimento imobiliário.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	5 753	3 367
Dotações do exercício	2 973	4 498
Anulações do exercício por venda de ativos	-4 073	-2 112
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	4 653	5 753

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-2 973	-4 498
Total	-2 973	-4 498

ATIVOS/ PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O saldo desta tipologia de ativos e passivos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados				
Contratos <i>Forward</i>	-1 040	19 160	-95	10 580
Opções	-	-	-	-
Total	-1 040	19 160	-95	10 580

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. As variações do justo valor destes instrumentos derivados são registados diretamente na demonstração de ganhos e perdas, uma vez que a Companhia não utiliza contabilidade de cobertura por não se encontrarem cumpridos os requisitos definidos para o efeito pela Norma IAS 39.

Dado que estes contratos apresentam em 2016 e 2015 um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, na rubrica Outros passivos financeiros – Outros.

INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem ativos classificados nesta categoria. No entanto, importa realçar que durante 2014 a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a Companhia não pôde ter ativos classificados nesta categoria.

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos, conforme segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Empréstimos concedidos	11 890	8 981
Depósitos junto de empresas cedentes	2	2
Outros	8 580	391
Total de Outros Ativos Financeiros	20 472	9 374

Em 2016 e 2015, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

A decomposição dos Outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	24 060	-21 750	2 310
Suprimentos	966	-	966
Empréstimos	20 705	-15 000	5 705
Outros	393	-	393
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	46 124	-36 750	9 374
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	2 310	-	2 310
Suprimentos	-	-	-
Empréstimos	24 580	-15 000	9 580
Outros	8 582	-	8 582
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	35 472	-15 000	20 472

As perdas por imparidade da rubrica Prestações acessórias, em 2015, correspondiam à totalidade das prestações acessórias concedidas à Seguros LOGO, S.A., que no âmbito da fusão ocorrida foram eliminados. As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	36 750	36 750
Dotações do exercício	-	-
Anulações do exercício por desconhecimento	-	-
Reversões do exercício	-	-
Efeito fusão	-21 750	-
Saldo em 31 de Dezembro	15 000	36 750

O detalhe dos empréstimos concedidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Prestações acessórias - Europ Assistance	1 410	1 410
Prestações acessórias - Advancecare Health International	900	900
Empréstimos/ Suprimentos - Contact Center	-	966
Empréstimos/ Suprimentos - Esumédica	1 750	-
Empréstimos/ Suprimentos - Imocrescente	3 125	3 125
Empréstimos/ Suprimentos - Corpus Christi	2 222	1 279
Empréstimos a colaboradores	2 483	1 301
Total de Empréstimos Concedidos	11 890	8 981

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	37 629	37 629	14 077	14 077
Empréstimos e contas a receber	33 475	33 475	9 375	9 375
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	91 590	91 590	66 166	66 166
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	162 694	162 694	89 618	89 618
Passivos financeiros de contratos de investimento	145 981	151 610	-	-
Outros passivos financeiros	21 302	21 302	745	745
Outros credores por operações de seguros e outras operações	60 913	60 913	37 648	37 648
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	228 196	233 825	38 393	38 393

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1 310 675	90 043	68 926	1 469 644
Títulos e unidades de participação	207 892	90 043	66 442	364 377
Ações e outros títulos de rendimento variável	20 926	-	2 484	23 410
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	690 593	-	-	690 593
De outros emissores	391 264	-	-	391 264
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	23 815	-	273	24 088
Títulos e unidades de participação	3 077	-	273	3 350
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	2 393	-	-	2 393
De outros emissores	18 345	-	-	18 345
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	1 334 490	90 043	69 199	1 493 732
Derivados	-	-1 040	-	-1 040
Total Passivos Financeiros	-	-1 040	-	-1 040

(milhares de euros)

	2015			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	268 793	3 269	91 960	364 022
Títulos e unidades de participação	6 047	-	65 697	71 744
Ações e outros títulos de rendimento variável	13 306	-	26 263	39 569
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	90 633	-	-	90 633
De outros emissores	158 807	3 269	-	162 076
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	44 759	-	-	44 759
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	44 759	-	-	44 759
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	313 552	3 269	91 960	408 781
Derivados	-	-95	-	-95
Total Passivos Financeiros	-	-95	-	-95

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O valor em 2016, de cerca de 90 milhões de euros, classificado como Nível 2, diz respeito a um investimento em 2 sub-fundos pertencentes a um organismo de investimento coletivo, designado por ICAV (*Irish collective asset-management vehicle*), que é detido 100% pela Companhia.

A determinação do fair value destes ativos teve por base o seu valor patrimonial, que por sua vez é determinado com base em valores de mercado tal como definidos pela IFRS 13. Adicionalmente este fundo é alvo de análise *look-through* por parte da Companhia tal como definido pelos requisitos de Solvência II.

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	31 Dez 2015	Valias Potenciais	Compras	Vendas	Reembolsos	Imparidades	Valias Realizadas	Ajustamentos de Fusão	31 Dez 2016
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	91 960	129	4 268	-32 840	-	-2 399	858	6 950	68 926
Títulos e unidades de participação	65 697	214	4 268	-6 510	-	-2 399	-98	5 270	66 442
Ações e outros títulos de rendimento variável	26 263	-85	-	-26 330	-	-	956	1 680	2 484
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	-	-	-	-	-	-	-	273	273
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-	-	-	-	273	273
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem 60 155 milhares de euros relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados e 6 183 milhares de euros relativos a fundos de *private equity*, cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado, em 2016 e 2015, como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício	Impacto na Reserva de Justo Valor
		2016	2016
Fundo de Investimento	Subida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-	6 015
	Subida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	618
	Descida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	- 1 085	-4 930
	Descida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-424	-194

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício	Impacto na Reserva de Justo Valor
		2015	2015
Fundo de Investimento	Subida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-	5 818
	Subida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	751
	Descida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	- 2 743	-3 075
	Descida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	-751

NOTA 7 - INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os dados financeiros das subsidiárias e associadas da Companhia pode ser resumidos da seguinte forma:

(milhares de euros)

Nome da Empresa/ Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros							
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido	
						2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Advancecare Health International Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	3 304	1 741	822	545	2 482	1 195	1 506	392
CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes, S.A. Rua de Ceuta N° 39 4050-191 Porto	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	70,00	70,00	70,00	1 264	n.a.	421	n.a.	843	n.a.	266	n.a.
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3° e 4° 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	47,00	47,00	47,00	47 052	49 500	28 806	32 911	18 246	16 589	5 626	4 188
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, S.A. Avenida 5 de Outubro, 293 B e C 1600-035 Lisboa	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	60,00	60,00	60,00	1 810	n.a.	627	n.a.	1 183	n.a.	203	n.a.
GNB, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8° 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	25,00	25,00	25,00	114 705	108 185	80 262	78 228	34 443	29 956	9 461	5 885
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM Rua Marechal Brós Tito, n° 35 15°D Luanda (Angola)	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	49,00	49,00	49,00	34 632	36 093	29 180	31 898	5 452	4 195	2 134	-302
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,996	100,00	100,00	3 231	2 891	2 594	2 493	637	398	382	32
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,997	100,00	100,00	2 034	2 005	1 313	1 564	721	441	438	-156
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV 2 nd Floor, Block E Iveagh Court Harcourt Road Dublin D02 YT22 Ireland	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Durante o exercício de 2015, a Companhia alienou a participação de 51% do capital social da AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. que detinha pelo valor de 37 400 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas a mais-valia de 36 914 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda durante o exercício de 2015, a Companhia converteu em capital o suprimento concedido à Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. no montante de 1 000 milhares de euros, tendo posteriormente alienado a participação que detinha pelo valor de 445 milhares de euros. Como resultado desta operação, a Companhia registou na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas uma menos-valia de 1 000 milhares de euros (Nota 17).

Durante o exercício de 2016, a Companhia alienou a participação de 55,42% do capital social da Espírito Santo Contact Center, S.A. que detinha pelo valor de 1 846 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas a menos-valia de 849 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda durante o exercício de 2016, a Companhia adquiriu a participação de 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A., pelo valor de 7 124 milhares de euros, tendo igualmente procedido à realização de aumentos de capital no valor de 34 300 milhares de euros. Conforme referido na Nota 32 e decorrente da fusão, esta participação foi anulada nos ajustamentos de fusão.

No processo de fusão referido na Nota 1, em 30 de dezembro de 2016 procedeu-se aos ajustamentos na entidade incorporante (Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.) de eliminação das participações nas 3 entidades incorporadas detidas a 100% (Açoreana Seguros, S.A., T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Seguros Logo, S.A.).

Decorrente do mesmo processo de fusão surgiram através do ativo da Açoreana Seguros, S.A. duas novas participações em subsidiárias e associadas, a CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes e a GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, com participações de 70% e 60%, respetivamente.

No início do quarto trimestre de 2016, com o intuito de aceder a novas classes de ativos, a Companhia procedeu à constituição, pelo montante de 2 euros, de um organismo de investimento coletivo, designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), que é detido na sua totalidade pela Companhia. Este organismo não detém património, tratando-se apenas de uma entidade legal sob a forma de fundo que detém sub-fundamentos transacionáveis como sejam fundos individuais de investimento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos pode ser detalhada da seguinte forma:

(milhares de euros)

2016	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare Health International	100	-	100
CRIA - Centro Reab Integrada Acidentes	403	-	403
Europ Assistance	4 222	-	4 222
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes	588	-	588
GNB Seguros	3 759	-	3 759
Tranquilidade - Corp. Angolana Seguros	7 318	-	7 318
Tranquilidade - Moçambique Seguros	1 361	-	1 361
Tranquilidade - Moçambique Seguros Vida	1 810	-	1 810
Total	19 561	-	19 561

(milhares de euros)

2015	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare Health International	100	-	100
ES Contact Center	1 846	-	1 846
Europ Assistance	4 222	-	4 222
GNB Seguros	3 759	-	3 759
LOGO	20 000	-14 158	5 842
Tranquilidade - Corp. Angolana Seguros	7 318	-	7 318
Tranquilidade - Moçambique Seguros	1 361	-	1 361
Tranquilidade - Moçambique Seguros Vida	1 810	-	1 810
T-Vida	77 489	-	77 489
Total	117 905	-14 158	103 747

Nos exercícios de 2016 e 2015, a variação do saldo desta rubrica pode ser detalhado como segue:

(milhares de euros)

2016	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Ajustamentos de Fusão	Valor de Balanço Final
Açoreana Seguros	-	41 424	-	-41 424	-
Advancecare Health International	100	-	-	-	100
CRIA - Centro Reab Integrada Acidentes	-	-	-	403	403
ES Contact Center	1 846	-1 846	-	-	-
Europ Assistance	4 222	-	-	-	4 222
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes	-	-	-	588	588
GNB Seguros	3 759	-	-	-	3 759
LOGO	5 842	-	-	-5 842	-
Tranquilidade - Corp. Angolana Seguros	7 318	-	-	-	7 318
Tranquilidade - Moçambique Seguros	1 361	-	-	-	1 361
Tranquilidade - Moçambique Seguros Vida	1 810	-	-	-	1 810
T-Vida	77 489	-	-	-77 489	-
Total	103 747	39 578	-	-123 764	19 561

(milhares de euros)

2015	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Valor de Balanço Final
Advancecare	486	-486	-	-
Advancecare Health International	100	-	-	100
ES Contact Center	1 846	-	-	1 846
Esumédica	445	-445	-	-
Europ Assistance	4 222	-	-	4 222
GNB Seguros	3 759	-	-	3 759
LOGO	5 842	-	-	5 842
Tranquilidade - Corp. Angolana Seguros	7 318	-	-	7 318
Tranquilidade - Moçambique Seguros	1 361	-	-	1 361
Tranquilidade - Moçambique Seguros Vida	1 810	-	-	1 810
T-Vida	77 489	-	-	77 489
Total	104 678	-931	-	103 747

De acordo com o IAS 36 e a política contabilística, a Companhia procedeu à análise de imparidade das subsidiárias e associadas tendo por base o *value in use* determinado com base nos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração de cada entidade.

Adicionalmente, a Companhia detém em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes entidades de finalidade especial, classificadas na rubrica de Ativos financeiros detidos para venda (Nota 6):

	Sede	Atividade	% Interesse Económico	
			2016	2015
CORPUS CHRISTI	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	100,00%	100,00%
IMOPRIME	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	84,89%	84,89%
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	-
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	-

No início do quarto trimestre de 2016 a empresa procedeu, através do organismo de investimento coletivo designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), ao investimento de 90 milhões de euros nos dois sub-fundamentos de investimento mobiliário aberto referidos no quadro, no valor de 25 e 65 milhões de euros, respetivamente.

NOTA 8 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Caixa	98	52
Depósitos em instituições de crédito	37 531	14 025
Total	37 629	14 077

NOTA 9 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionamentos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo do IFRS 5, os mesmos são avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2016	2015
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	41 151	45 612
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	92	188
Transferências	-37 254	91
Abates/ vendas	-5 827	-7 870
Variações justo valor	5 951	3 130
Efeito fusão	39 778	-
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	43 891	41 151

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objetivo exclusivo de valorização.

O valor referido em 2016 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais, em dezembro desse ano, a Companhia celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	4 113	41 050
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	-	101
Efeito fusão	39 778	-
Total	43 891	41 151

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Rendimentos de Rendas	1 860	2 018
Custos Operacionais	250	232
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	123	114
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	127	118

Modelo do custo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Valor Bruto	33 257	29 566
Amortizações e imparidades acumuladas	-	-5 513
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	33 257	24 053

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
Ativos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2016	2015
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	24 053	24 400
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	21	68
Transferências	-23 571	83
Abates/ Vendas	-	-
Imparidades - [(Dotação)/ Utilização]	-	-
Amortizações do exercício	-503	-498
Reavaliações	-	-
Efeito fusão	33 257	-
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	33 257	24 053

O valor referido em 2016 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais, em dezembro desse ano, a Companhia celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

O valor final de balanço em 2016 corresponde também ao justo valor dos respetivos ativos tendo em atenção a metodologia de valorização utilizada no processo de aquisição da Açoreana Seguros, S.A.

NOTA 10 - OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Equipamento	48 296	46 714
Equipamento administrativo	5 111	4 892
Máquinas e ferramentas	2 012	1 809
Equipamento informático	34 533	33 955
Instalações interiores	2 678	2 315
Despesas edifícios arrendados	3 113	2 861
Material transporte	156	403
Outras imobilizações corpóreas	693	479
Imobilizado em Curso	-	-
Amortizações Acumuladas	-44 851	-43 422
Imparidades	-	-
	3 445	3 292

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)			
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2015	4 010	80	4 090
Adições	1 007	94	1 101
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-1 506	-	-1 506
Abates/ Vendas	-219	-174	-393
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	3 292	-	3 292
Adições	470	-	470
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-1 383	-	-1 383
Abates/ Vendas	-22	-	-22
Efeito fusão	1 088	-	1 088
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	3 445	-	3 445

De referir ainda a existência de outros ativos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2016, 49 milhares de euros (2015: 66 milhares de euros).

NOTA 11 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O saldo do ativo de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas		
Edifícios - Rendimento	37 254	-
Edifícios - Uso próprio	23 571	-
Total	60 825	-

Os valores de 2016 dizem respeito a ativos imobiliários que foram transferidos das rubricas de Imóveis de rendimentos e Imóveis de Uso Próprio, e sobre os quais, em dezembro desse ano, a Companhia celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016.

Os imóveis de rendimento que foram transferidos para esta rubrica, ao abrigo do IFRS 5, foram avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

O justo valor dos imóveis de uso próprio contidos nesta rubrica é de 35 314 milhões de euros.

NOTA 12 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionais de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. Com exceção do *Goodwill*, todas as vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas (amortização linear), 3 anos para o *software* (amortização linear) e com duração própria até à maturidade da respetiva carteira adquirida e amortização não linear, no caso do *Value in force* (VIF).

Em 31 de dezembro de 2016, o *Goodwill* registado corresponde apenas à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos, no valor de 65 981 milhares de euros, referente à aquisição em 5 de agosto de 2016 da Açoreana Seguros, S.A. (Nota 33).

De referir que relativamente ao *Goodwill* registado e originado pela aquisição em 2004 da Companhia de Seguros ESIA, no valor de 25 785 milhares de euros e sobre o qual já sido registada uma imparidade total no exercício de 2014, foi objeto de *write-off* em 2016, tendo em atenção que a imparidade já não pode ser revertida e que a realidade subjacente está totalmente integrada na Companhia sem possibilidade de desagregação.

Em 31 de dezembro de 2016, o VIF corresponde aos valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, no valor de:

- 50 000 milhares de euros, referente à aquisição em 2006 da carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A. (com amortização acumulada de 23 551 milhares de euros);
- 1 244 milhares de euros, referente à aquisição em 2014 da carteira de apólices vida da sucursal em Portugal da A.M.A. - Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros a Prima Fija (com amortização acumulada de 622 milhares de euros);
- 5 592 milhares de euros, referente à aquisição em 2016 da carteira de apólices vida da Açoreana Seguros, S.A. (com amortização acumulada de 2 574 milhares de euros);

Estes ativos são amortizados pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido e previsto nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF da carteira adquirida

em 2006 à GNB - Companhia de Seguros de Vida, tendo concluindo pela existência de uma perda por imparidade no valor de 20.627 milhares de euros, valor este integrado através do processo de fusão.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Goodwill	65 981	25 785
Outros Intangíveis	142 450	73 824
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	70 671	60 064
Software	12 180	11 327
Intangíveis em curso	2 763	1 189
Value in force	56 836	1 244
Amortizações Acumuladas	-100 786	-66 541
Outros intangíveis	-100 786	-66 541
Imparidades	-20 627	-25 785
	87 018	7 283

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como se segue:

(milhares de euros)

	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Value in Force	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2015	1 244	14 495	7 626	1 084	5 785	-	15 739
Adições	-	2 451	409	-	2 042	-	2 451
Amortizações do exercício	-	-10 907	-9 574	-1 022	-	-311	-10 907
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	6 637	-	-6 637	-	-
Reclassificações	-1 244	1 244	-	-	-	1 244	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	-	7 283	5 098	62	1 190	933	7 283
Adições	-	2 477	33	303	2 141	-	2 477
Amortizações do exercício	-	-2 308	-1 873	-124	-	-311	-2 308
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	1 214	-	-1 214	-	-
Efeito fusão	65 981	13 585	3 970	129	646	8 840	79 566
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	65 981	21 037	8 442	370	2 763	9 462	87 018

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado com segue:

(milhares de euros)

	2017	2018	2019	2020	Após	Total
Amortização estimada	1 179	1 401	1 239	1 453	4 190	9 462

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	2 308	10 907
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	494	2 487
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	1 128	5 491
Gastos administrativos	685	2 871
Gastos financeiros		
Outros	1	58

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativo Bruto	63 344	44 366
Tomadores de seguro		
- Recibos por cobrar	44 992	33 432
- Reembolsos de sinistros	12 513	5 768
Mediadores de seguro	424	295
Cosseguradoras	5 415	4 871
Ajustamentos	-8 639	-6 560
Recibos por cobrar	-3 439	-4 098
Créditos de cobrança duvidosa	-5 200	-2 462
Ativo Líquido	54 705	37 806

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 9 828 milhares de euros (2015: 2 542 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativo Bruto	24 717	17 509
Resseguradores	14 395	10 744
Ressegurados	10 322	6 765
Ajustamentos	-1 384	-237
Créditos de cobrança duvidosa	1 384	-237
Ativo Líquido	23 333	17 272

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Ressegurados” inclui 9 241 milhares de euros e 6 196 milhares de euros, respetivamente, relativos a valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no âmbito dos tratados de resseguro em vigor.

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativo Bruto	26 621	17 420
Entidades relacionadas	7 806	6 031
Adiantamentos a fornecedores de bens e serviços	235	351
IFAP	22	1 351
FAT	1 228	971
Gestão por conta IDS e representadas	3 209	2 579
Cauções	1 190	651
Rendas e outros valores à cobrança	5 880	779
Pessoal	396	663
Clientes	48	150
Outros valores a receber	6 607	3 894
Ajustamentos	-13 069	-6 332
Créditos de cobrança duvidosa	-13 069	-6 332
Ativo Líquido	13 552	11 088

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Entidades relacionadas” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 6,8 milhões de euros (2015: 4,8 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 5,4 milhões de euros (2015: 4,8 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber, Ativos por impostos explicitados na Nota 24 e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	4 098	3 956
Dotações do exercício	-	142
Reversões do exercício	-1 366	-
Efeito fusão	707	-
Saldo em 31 de Dezembro	3 439	4 098
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	9 031	2 857
Dotações do exercício	139	6 174
Reversões do exercício	-	-
Efeito fusão	10 483	-
Saldo em 31 de Dezembro	19 653	9 031

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Acréscimos de Rendimentos	903	120
- Prestações de serviços	903	120
Gastos Diferidos	2 138	1 203
- Seguros	37	8
- Rendas	17	4
- Gastos de aquisição	2 084	1 191
Total	3 041	1 323

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo em 2016 no valor de 131 433 milhares de euros, valor incluído por ajustamento de fusão, diz respeito a contratos de investimento comercializados pela Companhia, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida.

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	4 663	3 795
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	4 061	2 633
- Contas correntes	3 277	1 781
Cosseguradoras	11 963	6 679
Prémios recebidos antecipadamente	4 031	-
Total	27 995	14 888

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Resseguradores	22 988	13 776
Ressegurados	16	651
Total	23 004	14 427

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Entidades relacionadas	8	539
Fornecedores de bens em <i>leasing</i>	-	23
Outros fornecedores de bens e serviços	2 610	1 756
IFAP	2 569	2 009
Pensões AT	2 743	1 769
Outros valores a pagar	1 984	2 237
Total	9 914	8 333

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Rendimentos Diferidos	56	-
- Rendas	56	-
Acréscimo de Custos	37 215	20 303
- Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	9 628	8 748
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	7 601	3 243
- Fornecimentos e serviços externos	19 878	7 827
- Impostos	109	485
Total	37 271	20 303

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Contingências fiscais e de segurança social	359	2 204
Contingências judiciais	1 126	-
Outras provisões	130	-
Total	1 615	2 204

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	2 204	1 995
Dotações do exercício	407	209
Utilizações do exercício	-2 204	-
Efeito fusão	1 208	-
Saldo em 31 de Dezembro	1 615	2 204

Em 2016 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES) o que lhe permitiu ser perdoados os juros dos casos acima referidos, tendo portanto registado o proveito dos juros que estavam aqui prudentemente registados, no final de 2015, no valor de cerca 2,2 milhões de euros.

Para além deste proveito existiram outros valores de juros referentes ao próprio exercício de 2016 que em conjunto com algumas diferenças face ao apuramento final do valor perdoado, resultaram num efeito total bruto positivo de cerca de 2,7 milhões de euros.

NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Acidentes e doença	112 311	102 821	1 298	-184	111 013	103 005
Incêndio e outros danos	66 808	65 688	-253	-272	67 061	65 960
Automóvel	137 408	127 166	2 505	-259	134 903	127 425
Marítimo, aéreo e transportes	5 121	6 379	-185	-308	5 306	6 687
Responsabilidade civil geral	10 282	10 076	-	-164	10 282	10 240
Crédito e caução	27	29	-4	-6	31	35
Proteção jurídica	11	11	-	-1	11	12
Assistência	13 766	12 834	192	277	13 574	12 557
Diversos	2 995	2 580	115	-54	2 880	2 634
Total	348 729	327 584	3 668	-971	345 061	328 555

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Acidentes e doença	3 749	2 308	-10	-622	3 759	2 930
Incêndio e outros danos	26 995	26 390	-465	-309	27 460	26 699
Automóvel	877	1 383	-2	2	879	1 381
Marítimo, aéreo e transportes	2 994	3 456	-27	-346	3 021	3 802
Responsabilidade civil geral	1 454	1 419	7	-21	1 447	1 440
Crédito e caução	7	11	-1	-	8	11
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	13 660	12 770	220	441	13 440	12 329
Diversos	2 638	2 368	-22	-60	2 660	2 428
Total	52 374	50 105	-300	-915	52 674	51 020

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não Vida de 2016, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	107 517	106 901	100 087	28 032	-1 793
Incêndio e outros danos	65 569	65 330	31 803	22 119	-10 427
Automóvel					
- Responsabilidade civil	85 397	84 386	57 587	23 703	413
- Outras coberturas	51 038	49 538	36 427	17 272	-341
Marítimo, aéreo e transportes	4 997	5 155	1 667	1 486	-1 683
Responsabilidade civil geral	10 116	10 112	2 050	3 750	-1 468
Crédito e caução	27	31	-40	13	-5
Proteção jurídica	11	11	25	5	-
Assistência	13 766	13 574	-1	2 896	-12 076
Diversos	2 965	2 854	2 446	629	232
Total	341 403	337 892	232 051	99 905	-27 148
Resseguro aceite	7 326	7 169	1 368	2 612	-711
Total Geral	348 729	345 061	233 419	102 517	-27 859

NOTA 15 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 – RENDIMENTOS/ RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Juros	3 692	4 128
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 649	3 676
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 305	93
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Depósitos, empréstimos e outros ativos	-262	359
Rendas	1 860	2 018
Terrenos e edifícios	1 860	2 018
Dividendos	6 986	7 876
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 357	7 868
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 629	8
Total	12 538	14 022

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
de emissores públicos	961	860
de outros emissores	2 993	2 909
Ações	5 908	7 868
Outros títulos de rendimento variável	1 078	8
Imóveis	1 860	2 018
Depósitos	-515	21
Empréstimos e outros ativos	253	338
Total	12 538	14 022

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Custos imputados à função investimentos	1 690	1 359
Custos diretos de funcionamento	250	232
Total	1 940	1 591

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	2016			2015		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financieros - Não ao Justo Valor por Resultados	6 932	-3 890	3 042	43 613	-3 879	39 734
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 932	-3 041	3 891	6 699	-2 879	3 820
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-849	-849	36 914	-1 000	35 914
Financieros - ao Justo Valor por Resultados	-	-829	-829	3	-42	-39
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-829	-829	3	-42	-39
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Não Financeiros	7 177	-	7 177	33	-172	-139
Terrenos e edifícios - uso próprio	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios - rendimento	7 177	-	7 177	33	-172	-139
Total	14 109	-4 719	9 390	43 649	-4 093	39 556

No exercício de 2015, os ganhos em Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à mais-valia gerada com a alienação à Calm Eagle Portugal Sociedade Unipessoal Lda. da participação que a Companhia detinha na AdvanceCare - Gestão de Serviços de Saúde, S.A. (Nota 7).

Ainda em 2015, as perdas em Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à menos-valia realizada na venda à AdvanceCare da participação detida pela Companhia na Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, S.A. (Nota 7).

Durante o exercício de 2016, as perdas em Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à menos-valia realizada na venda na Espírito Santo Contact Center, S.A. (Nota 7).

NOTA 18 - GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	2016			2015		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financieros - ao Justo Valor	3 500	-3 282	218	3	-226	-223
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
- Títulos de dívida	3 500	-3 282	218	3	-226	-223
Não Financeiros	13 686	-8 087	5 599	4 469	-1 339	3 130
Terrenos e edifícios - Rendimento	13 686	-8 087	5 599	4 469	-1 339	3 130
Total	17 186	-11 369	5 817	4 472	-1 565	2 907

NOTA 19 - GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

	2016			2015		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 635	-1 671	-36	1 406	-1 046	360
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros	1 326	-606	720	607	-552	55
Total	2 961	-2 277	684	2 013	-1 598	415

NOTA 20 - OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Outros Rendimentos Técnicos	6 405	857
Comissões de gestão de cosseguro	109	231
Taxas de gestão de sinistros	9	6
Remuneração por serviços - IFAP	-	-
Gestão por conta de sinistros	6 287	620
Outros Gastos Técnicos	8 997	3 366
Comissões de gestão de cosseguro	507	785
Gestão por conta de sinistros	8 490	2 581
Valor do Ganhos e Perdas	-2 592	-2 509

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Outros Rendimentos Não Técnicos	6 078	1 668
Restituição de impostos	211	17
Correções e acertos	3 728	708
Outros ganhos	1 645	583
Juros e outros ganhos financeiros	367	38
Serviços prestados	80	258
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	47	64
Outros Gastos Não Técnicos	8 788	6 322
Donativos	113	8
Mecenato	7	11
Ofertas a clientes	171	251
Multas	3	18
Quotizações	14	8
Custos de reestruturação	-	1 000
Correções e acertos	656	746
Outros gastos	7 615	3 683
Serviços bancários e juros de mora	209	597
Valor dos Ganhos e Perdas	-2 710	-4 654

No exercício de 2015, os Outros gastos incluem cerca de 2,4 milhões de euros relativos ao desreconhecimento (“write-off”) de saldos que se encontravam pendentes de recebimento da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. (Nota 13).

No exercício de 2016, os Outros gastos incluem cerca de 5,5 milhões de euros de custos de impostos liquidados no âmbito do processo de fusão e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sobre os quais foi entregue um requerimento de isenção, que em caso de deferimento por parte da Autoridade Tributária resultará num proveito equivalente. Inclui igualmente o custo com contribuições para segurança social de anos transatos de cerca de 0,6 milhões de euros, cuja liquidação se encontra reclamada judicialmente.

Ainda em 2016, as Correções e acertos positivas incluem essencialmente cerca de 2,5 milhões de euros de proveito, em virtude da Companhia ter aderido ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES) o que lhe permitiu serem perdoados 2,2 milhões de euros de juros e 0,3 milhões de euros de outros custos associados. Os Outros ganhos incluem essencialmente cerca de 0,9 milhões de euros referentes

ao excesso de estimativas de imposto sobre o rendimento efetuadas em anos transatos.

NOTA 21 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2016	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	7 235	21%	16 411	48%	10 555	31%	302	1%	34 503	100%
Fornecimentos e serviços externos	4 726	17%	10 002	35%	13 321	47%	383	1%	28 432	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 589	100%	-	0%	2 589	100%
Amortizações	734	18%	1 713	41%	1 458	35%	289	7%	4 194	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	716	100%	716	100%
Total	12 695	18%	28 126	40%	27 923	40%	1 690	2%	70 434	100%

(milhares de euros) (%)

2015	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 163	17%	14 423	40%	14 835	42%	265	1%	35 686	100%
Fornecimentos e serviços externos	2 162	12%	6 758	37%	9 206	50%	354	2%	18 480	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 412	100%	-	0%	2 412	100%
Amortizações	2 746	21%	6 139	48%	3 665	28%	361	3%	12 911	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	1	0%	-	0%	379	100%	380	100%
Total	11 071	16%	27 321	39%	30 118	43%	1 359	2%	69 869	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Eletricidade e água	510	471
Combustíveis	202	212
Material de escritório, impressos e outros	95	125
Artigos para oferta	355	508
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	235	231
Manutenção de equipamento informático	2 070	1 723
Rendas	1 997	1 998
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	940	978
Despesas de deslocação e representação	694	878
Comunicações telefónicas e redes	228	344
Correios	1 772	1 623
Seguros	111	104
Avenças e honorários	204	204
Publicidade e marketing	906	1 048
Limpeza, higiene e conforto	346	393
Vigilância e segurança	216	222
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	14 055	4 088
Serviços e desenvolvimentos informáticos	2 248	2 048
Quotizações APS	240	218
Cobrança de prémios	479	480
Formação de mediadores	171	163
Trabalho temporário	42	122
Outros serviços e fornecimentos diversos	316	299
Total	28 432	18 480

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
IVA suportado	5	22
Taxa para o ASF	826	775
Taxa para o FAT	886	841
Imposto municipal sobre imóveis	31	31
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	709	644
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	55	54
Outros impostos, taxas e licenças	77	45
Total	2 589	2 412

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	1 873	9 574
Software	124	1 022
Outros ativos intangíveis	311	311
Equipamento informático	667	690
Imóveis de uso próprio	503	498
Equipamento administrativo e máquinas	207	221
Instalações interiores	53	53
Locação financeira	-	27
Outro equipamento	456	515
Total	4 194	12 911

A Companhia efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade.

Esta revisão resultou no apuramento de um montante de 5 876 milhares de euros de amortização extraordinária e não recorrente, o que justifica a subida significativa das amortizações de Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e de Software.

O montante de Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Juros de depósitos de resseguradores	-	2
Juros de locação financeira	-	2
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	716	376
Total	716	380

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	38 588	35 662
Custos imputados	28 126	27 321
Outros custos de aquisição	6 507	6 254
Custos de aquisição diferidos (variação)	-592	-80
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	1 965	1 793
Custos imputados	27 923	30 118
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-8 118	-7 375
Total	94 399	93 693

NOTA 22 - GASTOS COM PESSOAL

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia segregado por categoria profissional é analisado como segue:

	2016	2015
Diretores	25	20
Gestores	73	78
Coordenadores	109	130
Técnicos	168	170
Especialistas	255	263
Auxiliares	5	5
Total	635	666

Após a fusão de 30 de dezembro de 2016 o número acima referido passou para 1 270 trabalhadores.

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Remunerações - órgãos sociais	1 838	1 364
Remunerações - pessoal	25 332	25 054
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	346	186
Encargos sobre remunerações - pessoal	5 431	5 435
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	-2 937	1 270
Benefícios de cessação de emprego	1 906	-
Seguros obrigatórios	1 368	1 169
Gastos de ação social	924	837
Formação	173	225
Outros gastos com pessoal	122	146
Total	34 503	35 686

Os custos com pessoal incluem em 2016 um custo com planos individuais de reforma de 665 milhares de euros, dos quais 367 milhares de euros dizem respeito aos órgãos sociais.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas que cessou funções, no âmbito dos serviços de Revisão Legal de Contas do exercício de 2015, perfizeram o montante de 275 milhares de euros.

Os honorários faturados e a faturar pela KPMG e Associados, SROC, S.A., o Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2016 ascendem a 300 milhares de euros, dos quais 255 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 45 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade. De referir que estes valores incluem honorários relativos a todas as entidades fusionadas.

NOTA 23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Companhia assume a responsabilidade de atribuir aos seus empregados, benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes são aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, originariamente aplicável, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social.

Como referido na Nota 3, a Companhia declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Existem também planos que abrangem um conjunto de benefícios de saúde para os empregados no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Como também mencionado na Nota 3, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Este contrato coletivo de trabalho foi, entretanto, sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE n.º 4 de 29 de janeiro de 2016, o qual foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, e que ampliou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano individual de reforma de contribuição definida;
- (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano de pensões aplicável aos empregados cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangido pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Adicionalmente, a Companhia efetuou o “curtailment” ao plano de pensões de benefício definido dos Administradores que tinha até 31 de dezembro de 2015. No decurso de 2016 foi acordado entre o Associado (Tranquilidade) e os participantes e beneficiários com direitos adquiridos a renúncia ao plano em vigor. Estes participantes acordaram a transferência do valor de responsabilidades financiadas no fundo de pensões, à data da renúncia, para uma adesão a um fundo de pensões aberto de contribuição definida. Para os reformados com pensões em pagamento a responsabilidade é coberta através da compra de rendas vitalícias, assegurando os pagamentos futuros.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Companhia é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2016.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2016 e 2015, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os empregados são as seguintes:

	2016	2015
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,25%	0,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,50%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,25%	0,50%
Taxa de desconto	0,75%	1,5% e 2,5% (*)
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2016, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores, do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, são as seguintes:

	2016
Pressupostos Financeiros	
Taxas de evolução salarial	0,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%
Taxa de desconto	1,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação	
Tábua de mortalidade	
Homens	GKF 95
Mulheres	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefício definido era o seguinte:

	2016	2015
Ativos	92	2
Reformados	319	185
Total	411	187

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades por serviços passados da Companhia, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro	-54 003	-770	-54 773	-43 107	-706	-43 813
Saldo do fundo em 31 de dezembro	51 048	-	51 048	32 452	-	32 452
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	-2 955	-770	-3 725	-10 655	-706	-11 361

Em 2016, a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, para além do valor de 3 725 milhares de euros inclui também as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 766 milhares de euros, totalizando desta forma 4 491 milhares de euros.

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A, entidade fusionada em 30 de dezembro de 2016.

O número de empregados coberto por essas apólices ascende a 303 (2015: 327), e o valor total da responsabilidade ascende a 6 356 milhares de euros (2015: 9 606 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades com pensões em pagamento da Companhia encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano. O fundo de pensões da Companhia apresenta uma duração média de cerca de 5 anos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade) e 10 anos (Fundo de Pensões Açoreana Seguros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	43 106	706	43 812	41 135	767	41 902
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	-232	-	-232
Custo do serviço corrente	186	27	213	383	27	410
Custo dos juros	557	-	557	881	-	881
Custo com ativos admitidos em 2015	-	-	-	689	-	689
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-962	-77	-1 039	4 090	1	4 091
Pensões pagas pelo fundo	-3 162	-	-3 162	-3 839	-	-3 839
Benefícios pagos pela Companhia	-	-79	-79	-	-89	-89
<i>Curtailment</i>	-3 271	-	-3 271	-	-	-
Efeito fusão	17 549	193	17 742	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	54 003	770	54 773	43 107	706	43 813

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	32 452	-	32 452	33 533	-	33 533
Rendimento real do fundo						
- Rendimento de juros	436	-	436	710	-	710
- Ganhos e perdas atuariais	3 129	-	3 129	2 280	-	2 280
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	-	-	-	-	-	-
Pensões pagas pelo fundo	-3 162	-	-3 162	-3 839	-	-3 839
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	-232	-	-232
Efeito fusão	18 193	-	18 193	-	-	-
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	51 048	-	51 048	32 452	-	32 452

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	1 126	685	1 811	17 830	684	18 514
(Ganhos) e perdas atuariais						
- Nas responsabilidades	-962	-77	-1 039	4 090	1	4 091
- Nos ativos do plano	-3 129	-	-3 129	-2 280	-	-2 280
Utilização de reservas para redução de capital	-	-	-	-18 514	-	-18 514
Efeito fusão	2 119	-	2 119	-	-	-
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	-846	608	-238	1 126	685	1 811

O saldo acima indicado não considera o montante de 527 milhares de euros, relativo à contribuição para o Plano de Contribuição Definida, a qual foi efetuada por transferência parcial do excesso existente no Plano de Benefício Definido.

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	10 655	706	11 361	7 602	767	8 369
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-962	-77	-1 039	4 090	1	4 091
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-3 129	-	-3 129	-2 280	-	-2 280
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	186	27	213	383	27	410
- Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	121	-	121	171	-	171
- Custo com ativos admitidos em 2015	-	-	-	689	-	689
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-79	-79	-	-89	-89
Curtailement	-3 271	-	-3 271	-	-	-
Efeito fusão	-644	193	-451	-232	-	-232
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	2 955	770	3 725	10 423	706	11 129

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	186	27	213	383	27	410
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	121	-	121	171	-	171
Custo com ativos admitidos em 2015	-	-	-	689	-	689
Curtailement	-3 271	-	-3 271	-	-	-
Custos do Exercício	-2 964	27	-2 937	1 243	27	1 270

Tendo em atenção que coexistem dois fundos em 31 de dezembro de 2016, os ativos do fundo de pensões total são reportados em separado, conforme 2 quadros seguintes.

Os valores de ativos abaixo divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, do qual a Companhia detém cerca de 58,7% (2015: 64,7%) e podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Ações e outros títulos de rendimento variável	3 495	4 535
Títulos de rendimento fixo	35 674	31 451
Imobiliário	14 969	10 841
Liquidez	1 774	1 976
Outros ativos	676	1 392
	56 588	50 195

Com referência a 29 de dezembro de 2016 a Açoreana Seguros extinguiu a adesão coletiva nº2 ao Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP, procedendo à constituição do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, fundo fechado constituído em 29 de dezembro de 2016, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2012.

Este Fundo é um Património Autónomo, exclusivamente afeto à realização dos três Planos de Pensões previstos no seu contrato constitutivo (dois Planos de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida) e os valores dos seus ativos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016
Ações e outros títulos de rendimento variável	3 637
Títulos de rendimento fixo	13 776
Imobiliário	2 803
Liquidez	656
Outros ativos	2 393
	23 265

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	- 604	632	- 790	838
Variação na evolução das pensões	562	- 539	609	- 586

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionamentos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2016 e 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 22,5% e 25,5%, respetivamente, que correspondiam às taxas nominais aprovadas à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2013. Genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspeccionadas.

Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nas seguintes situações de benefícios fiscais não aceites por parte da Autoridade Tributária, não obstante a Companhia ter uma interpretação divergente e encontrarem-se em 31 de dezembro de 2016 reclamadas e em apreciação judicial, os respetivos cálculos de impostos a pagar foram entretanto regularizados pela Companhia:

- Reporte fiscal de fusão ocorrida em 2004, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda em 2006 de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

As entidades fusionadas na Companhia apresentaram resultados fiscais negativos nos exercícios descritos conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte não Reconhecido	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2012	3 009	-	3 009	-	2017
2013	2 404	-	2 404	-	2018
2014	116 568	272	-	116 296	2026
2015	2 668	360	-	2 308	2027
2016	85 855	-	-	85 855	2028
Total	210 504	632	5 413	204 459	

Para efeito do cálculo de impostos diferidos e apuramento do valor base de diferenças temporárias, a Companhia realizou um teste de recuperabilidade do total dos prejuízos fiscais das 4 entidades fusionadas face ao plano de negócio aprovado pelos órgãos de gestão, elaborado já em conjunto para a empresa fusionada e os lucros tributáveis expectáveis decorrentes.

Desta análise resultou o não reconhecimento dos prejuízos referidos de 2012 e 2013, gerados pela empresa fusionada Seguros LOGO, S.A., no valor total de cerca de 5,4 milhões de euros, que apesar de ainda não terem atingido o ano limite de utilização, não foram considerados para efeitos do cálculo de imposto diferido, tendo em atenção as expectativas de lucro tributável do referido plano de negócio.

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Em virtude da fusão ocorrida os prejuízos fiscais das entidades fusionadas, com exceção dos referentes à entidade incorporante, ficam sujeitos a uma limitação anual de dedução correspondente ao rácio entre o respetivo capital próprio de cada uma e do último período encerrado anterior à fusão e a totalidade dos capitais próprios de todas as entidades envolvidas na fusão nesse mesmo período.

Sobre os prejuízos fiscais de 2015 da entidade fusionada Açoreana Seguros, S.A., tendo em atenção a alteração da titularidade de mais de 50% do capital social no decurso de 2016 e a limitação à dedução dos prejuízos fiscais consagrada no n.º 8 do Código do IRC, a Companhia entendeu não reconhecer nas suas contas o ativo por impostos diferidos decorrentes dos prejuízos reportáveis no montante de 4 816 milhares de euros, os quais seriam passíveis de utilização nos 12 exercícios posteriores.

A entidade fusionada Açoreana Seguros, S.A. entregou em 2016, dentro dos prazos legais, os respetivos requerimentos de pedido de autorização para manutenção destes prejuízos fiscais, estando a aguardar o deferimento dos mesmos por parte da Autoridade Tributária.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2016 e 2015 explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	145	285	37	8 408
Retenção de imposto na fonte	4	2 032	2	803
Imposto sobre o valor acrescentado	60	527	60	38
Outros impostos e taxas	334	12 201	270	6 047
Contribuições para a segurança social	185	1 795	384	448
Tributos das autarquias locais	-	95	-	95
Total	728	16 935	753	15 839

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo por impostos correntes – Imposto sobre o rendimento incluía o montante de 7 134 milhares de euros relativo a um passivo para fazer face às responsabilidades resultantes das correções efetuadas pela Administração Fiscal às estimativas de imposto da Companhia referentes aos exercícios de 2006 e 2009, devido à utilização de prejuízos fiscais reportáveis da ESIA - Inter-Atlântico Companhia de Seguros.

Em 2016 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES), através do qual a Companhia liquidou os valores devidos tendo-lhe sido perdoados os juros calculados até ao momento da liquidação.

Tendo em atenção as restrições das normas contabilísticas no registo de ativos, em 2016 a Companhia registou em Outros gastos não técnicos (Nota 20) os montantes liquidados i) à Autoridade Tributária no valor de 5 453 milhares de euros referente a impostos liquidados no âmbito do processo de fusão e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sobre os quais foi entregue um requerimento de isenção e ii) à Segurança Social no valor de 631 milhares de euros referente a diferenças em contribuições detetadas e relativas a anos transatos, cuja liquidação se encontra reclamada judicialmente.

Em ambas as situações, se os despachos das entidades em causa forem positivos para a Companhia o reembolso das quantias referidas resultará num proveito equivalente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço, pelo seu líquido, em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Investimentos	22 578	5 561	-	-	22 578
Benefícios pós-emprego	315	62	-	-	315	62
Provisão cobranças duvidosas	2 180	52	-	-	2 180	52
Prejuízos fiscais	42 936	-	-	-	42 936	-
Imóveis	-	1 412	-969	-	-969	1 412
Value in force	4 351	-	-	-	4 351	-
Provisões técnicas	17 672	-	-	-	17 672	-
Outras diferenças temporárias	2 833	1 898	-	-	2 833	1 898
Total	92 865	8 985	-969	-	91 896	8 985

Em 2016, e originado pela fusão da Açoreana Seguros, S.A., encontra-se reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 14 462 milhares de euros decorrente das imparidades (ativos disponíveis para venda) ou perdas potenciais (ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através dos ganhos e perdas) associadas à participação detida no BANIF, S.A.

O reconhecimento do aludido ativo decorre do facto de ser expectável que as referidas perdas concorram para efeitos da determinação do lucro tributável quando forem efetivamente realizadas, nomeadamente por via da liquidação do BANIF, S.A. nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2016, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 736 milhares de euros (2015: 1 326 milhares de euros) relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2016, e em função de i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2017 e ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a Companhia alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 25,5% para 24,7% e 21%, consoante as situações específicas associadas a diferenças temporárias (redução de cerca de 930 milhares de euros).

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2016 e 2015 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2016	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Efeito fusão	Total
Imposto Corrente	-	-618	-	-618
Estimativa de IRC	-	-30	-	-30
Imposto autónomo	-	-588	-	-588
Imposto Diferido	-2 391	20 710	64 592	82 911
Investimentos	-2 391	-1 159	20 567	17 017
Benefícios pós-emprego	-	24	229	253
Provisão cobranças duvidosas	-	1 328	800	2 128
Prejuízos fiscais	-	24 422	18 514	42 936
Imóveis com intenção de venda	-	-2 843	462	-2 381
Value in force	-	-	4 351	4 351
Provisões técnicas	-	-	17 672	17 672
Outras diferenças temporárias	-	-1 062	1 997	935
Total	-2 391	20 092	64 592	82 293

(milhares de euros)

2015	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-1 802	-1 802
Estimativa de IRC	-	-950	-950
Imposto autónomo	-	-852	-852
Imposto Diferido	1 644	1 891	3 535
Investimentos	1 644	566	2 210
Provisão cobranças duvidosas	-	11	11
Imóveis com intenção de venda	-	-145	-145
Outros custos não dedutíveis	-	1 459	1 459
Total	1 644	89	1 733

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Resultado antes de impostos	9 759	29 275
Taxa de imposto nominal	22,5%	25,5%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-2 196	-7 465
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	-290	-1 227
Reporte de prejuízos fiscais não considerados	24 422	-
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-2 410	-1 271
Imposto autónomo	-588	-852
Dividendos excluídos da tributação	1 312	2 006
Benefícios fiscais	113	135
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	-271	8 763
Imposto Reconhecido nos Resultados	20 092	89
Taxa de Imposto Efetiva	-205,9%	-0,3%

No exercício de 2015, as Diferenças nas valias aceites fiscalmente incluem cerca de 9 158 milhares de euros relativos ao efeito fiscal das valias realizadas com a alienação das participações detidas pela Companhia na AdvanceCare e na Esumédica.

NOTA 25 - CAPITAL

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, encontrando-se todos visíveis no Mapa de Variação de Capitais Próprios.

O capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, no valor de 160 milhões de euros, foi objeto de redução integral, em 2015, pela cobertura da totalidade de resultados transitados negativos e reservas livres e por parte das reservas legais.

Na sequência do referido acima, efetuou-se em 2015 um aumento de capital no valor de 42 milhões de euros, representado por 42 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontrava em 31 de dezembro de 2015, realizado em 12,6 milhões de euros, pelo seu acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l..

Em 2015, o acionista reforçou ainda os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 60 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Em 2016, o acionista procedeu a diversas operações de reforço e devolução de prestações acessórias, tendo o valor líquido destes movimentos refletido um reembolso de 32,9 milhões de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, o valor de prestações acessórias ascende a 27,1 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Efetuiu-se ainda em 2016 um aumento de capital no valor de 140 milhões de euros e realizado em 71,4 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social ascende a 182 milhões de euros, representado por 182 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontra realizado em 84 milhões de euros, pelo seu

acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l.. O capital não realizado deverá ser realizado até ao termo do prazo de 5 anos a contar do dia 30 de dezembro de 2016, podendo ser realizado antecipadamente mediante pedido fundamentado do Conselho de Administração nesse sentido.

Os resultados dos exercícios de 2015 e de 2014 foram aplicados em 2016 e 2015, respetivamente, tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, conforme indicado:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Resultados transitados	26 428	-188 265
Pagamento de dividendos	-	-
Reserva legal	2 936	-
	29 364	-188 265

NOTA 26 - RESERVAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Reserva desvios atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, a Companhia reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Reservas de justo valor de ativos financeiros	6 054	-1 278
Reserva por impostos diferidos	-2 137	405
Outras reservas	39 427	34 441
- Reserva legal	39 188	36 252
- Reserva desvios atuariais	239	-1 811
- Reservas livres	-	-
Reservas	43 344	33 568

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Títulos de rendimento fixo	161	-6 157
Títulos de rendimento variável	7 463	4 879
Shadow accounting	-1 570	-
Reservas de Justo Valor	6 054	-1 278

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	1 450 140	366 819
Imparidade	-4 653	-5 753
Custo amortizado/ Aquisição líquido de imparidade	1 445 487	361 066
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	1 453 111	359 788
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	7 624	-1 278
Impostos diferidos e correntes	-2 137	405
Shadow accounting	-1 570	-
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	3 917	-873

O movimento da reserva de justo valor líquida, nos exercícios de 2016 e 2015, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Saldo a 01 de Janeiro	-873	3 935
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	9 914	-4 066
Imparidade reconhecida no ano	1 100	-2 386
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-2 391	1 644
Efeito fusão	-3 833	-
Saldo a 31 de Dezembro	3 917	-873

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O resultado por ação nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016	2015
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	29 851	29 364
Número de ações (final do exercício)	182 000 000	42 000 000
Resultados por Ação (em euros)	0,16	0,70

NOTA 28 – DIVIDENDOS POR AÇÃO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha como acionista único a sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l., pertencente ao Grupo Apollo, ao qual não foram pagos dividendos nos exercícios de 2016 e 2015, resultando, nos seguintes dividendos por ação:

	2016	2015
Dividendos (em milhares de euros)	-	-
Número de ações (início do exercício)	42 000 000	32 000 000
Dividendos por Ação (em euros)	-	-

NOTA 29 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Em 15 de janeiro de 2015, o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista da Companhia, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF. Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, são consideradas entidades relacionadas da Companhia todas as suas participadas e as restantes entidades que integram o Grupo Apollo.

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes, estratificadas por tipo de entidade:

- a) Subsidiárias (resseguro, gestão de sinistros e consultadoria)
- b) Associadas (resseguro e consultadoria)
- c) Outras entidades relacionadas (gestão de seguros do ramo saúde, seguros Vida e Não Vida, consultadoria e serviços médicos)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o montante global dos ativos e passivos da Companhia que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2016				2015			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	2 019	538	3 231	193	402	595	3 848	52
ADV HEALTH INTERNATIONAL	900	-	-	-	900	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT HOLDINGS LLP	-	-	317	-	-	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	568	-	-	-	131	-
APOLLO MANAGEMENT VIII, LP	-	-	500	-	-	-	159	-
CALM EAGLE HOLDINGS SARL	6 326	-	-	-	-	-	-	-
CORPUS CHRISTI	2 222	-	-	-	1 250	-	-	-
E.S. CONTACT CENTER (*)	-	-	-	-	969	1	56	66
ESUMÉDICA	32	8	750	-	32	3	840	30
EUROP ASSISTANCE	1 410	158	-	1 833	1 436	-	-	2 021
GNB SEGUROS	7	-	-	1 375	13	-	-	2 122
CRIA	-	112	-	-	-	-	-	-
GIGA	-	1	-	-	-	-	-	-
IMOCRESCENTE	3 125	-	-	-	3 050	-	-	-
LOGO (**)	-	-	-	-	28	804	2 119	-703
T-VIDA (**)	-	-	-	-	223	37	-	3 800
TRQ ANGOLA	10 807	-	3 304	6 185	6 196	-	1 049	4 793
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	1 587	-	302	613	1 234	-	300	730
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	343	-	-	-	311	-	-	-
	28 778	817	8 972	10 199	16 044	1 440	8 503	12 911

(*) Entidade alienada em 2016.

(**) Entidades fusionadas.

Em 2015 foi ainda registada uma imparidade e desconhecimento (“write-off”) de débitos sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. (7,2 milhões de euros). Em 2016 a imparidade sobre estes débitos foi reforçada em 0,6 milhões de euros.

Relativamente aos outros benefícios a empregados, ver informação divulgada na nota 22.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 foi registado um custo com um seguro de responsabilidade civil para as funções do Conselho de Administração no valor de 200 milhares de euros, em ambos os anos.

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 - COMPROMISSOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Tal como mencionado anteriormente nas Notas 9 e 13, em dezembro de 2016 foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda da maioria dos imóveis detidos pela Companhia e pelo Fundo de Pensões da Companhia bem como de fundos imobiliários participados pela Companhia, nomeadamente Imopprime e Imocrescente.

No âmbito do contrato celebrado a Companhia assumiu o compromisso e garantia de pagamento de uma indemnização máxima de 15% do preço do portfólio dos imóveis alienados, caso se verifique desconformidade quanto às declarações e garantias prestadas pela Companhia das quais se destacam: (i) inexistência de defeitos estruturais ou de construção, (ii) licenciamento dos imóveis, (iii) inexistência de litígios, dívidas ou compromissos com terceiros, e (iv) propriedade dos imóveis alienados. Em 31 de dezembro de 2016 esta possível contingência poderá assumir o valor máximo de 18 743 milhares de euros.

A Companhia detém também uma opção de compra de 2% do capital da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., que a efetivar-se alterará a participação para 51% do capital e direitos de votos desta entidade, estando todo o processo condicionado à autorização prévia pelas autoridades angolanas competentes.

A Companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte e detinha até 31 de dezembro de 2015 contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Ativos tangíveis (valor bruto)	11 171	11 332
Amortizações acumuladas	-11 171	-11 314
Ativos Tangíveis (Valor Líquido)	-	18
Credores - Fornecedores de Bens	-	23

A maturidade das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	394	960	1 148

NOTA 32 – FUSÃO

Tal como referido na Nota 1 e tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 30 de dezembro de 2016, toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas Notas corresponde ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas corresponde apenas ao da entidade incorporante, ou seja, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., tal como existia à data da fusão.

O balanço fusionado decomposto pelos balanços das entidades alvo da operação efetuada, bem como a indicação dos ajustamentos efetuados na fusão, com data efeito de 30 de dezembro de 2016, e segmentados pelas mais significativas rubricas do balanço, podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Tranquilidade	Efeito Fusão (Integração Saldos LOGO)	Efeito Fusão (Integração Saldos T-Vida)	Efeito Fusão (Integração Saldos Açoreana)	Efeito Fusão (Ajustamentos)	Efeito Fusão (Total)	Seguradoras Unidas
Caixa, depósitos, ativos financeiros e investimentos	621 463	17 589	376 290	763 639	-194 584	962 934	1 584 397
Terrenos e edifícios, outros ativos tangíveis e intangíveis	13 977	1 167	6 815	76 702	68 999	153 683	167 660
Provisões técnicas de resseguro cedido	55 187	2 088	2 540	21 472	-2 089	24 011	79 198
Outros devedores e ativos por benefícios pós-emprego	58 013	2 260	2 076	36 213	-6 972	33 577	91 590
Ativos por impostos	28 254	682	5 558	41 645	16 485	64 370	92 624
Acréscimos e diferimentos e outros ativos	1 753	149	132 248	324		132 721	134 474
Ativos não correntes detidos para venda	60 825						60 825
Total Ativo	839 472	23 935	525 527	939 995	-118 161	1 371 296	2 210 768
Provisões técnicas	524 502	18 901	316 671	831 749	65 910	1 233 231	1 757 733
Passivos financeiros	1 186		151 626	20 100		171 726	172 912
Outros credores e passivos por benefícios pós-emprego	65 074	651	1 871	20 033	-22 225	330	65 404
Passivos por impostos	8 597	408	252	8 101	-423	8 338	16 935
Acréscimos e diferimentos, outras provisões e outros passivos	23 442	534	3 447	11 463		15 444	38 886
Total Passivo	622 801	20 494	473 867	891 446	43 262	1 429 069	2 051 870
Capital	84 000	20 000	65 000	62 937	-147 937		84 000
Outros instrumentos de capital	27 097	21 750		51 000	-72 750		27 097
Reservas de reavaliação	9 736	17	3 796	29 469	-36 964	-3 682	6 054
Reserva por impostos diferidos	-1 986	-4	-969	-7 073	7 895	-151	-2 137
Outras reservas	41 545	4	3 396	4 767	-10 285	-2 118	39 427
Resultados transitados	26 428	-36 691	242	-30 833	15 460	-51 822	-25 394
Resultado do exercício	29 851	-1 635	-19 805	-61 718	83 158		29 851
Total Capital Próprio	216 671	3 441	51 660	48 549	-161 423	-57 773	158 898
Total Passivo e Capital Próprio	839 472	23 935	525 527	939 995	-118 161	1 371 296	2 210 768

(milhares de euros)

Os procedimentos de integração contabilística da operação de fusão consistiram num conjunto alargado de movimentos que se consubstanciaram essencialmente em anulação de participações financeiras, eliminação de saldos intra-grupo, reclassificação de saldos tendo em vista a harmonização de enquadramentos, transferência de resultados das empresas incorporadas para resultados transitados e apuramento de *goodwill* da entidade adquirida que não era anteriormente controlada.

Os aumentos de capital realizados na Açoreana Seguros, S.A., no montante de 61 300 milhares de euros, (incluindo 27 000 milhares de euros de capital não realizado), bem como as prestações acessórias no montante de 51 000 milhares de euros concedidas em 2016, foram eliminados no âmbito da fusão.

NOTA 33 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Com o objetivo de aumento de quota de mercado e captação de sinergias, em 5 de agosto de 2016 a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. adquiriu 100% da Açoreana Seguros, S.A., que com data efeito de 30 de dezembro de 2016 foi fusionada com a própria Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e a Seguros LOGO, S.A., na agora denominada Seguradoras Unidas, S.A.

Em conformidade com a “IFRS 3 - Concentrações em atividades empresariais” e decorrente da diferença positiva entre o custo da aquisição da Açoreana Seguros, S.A. e a alocação do justo valor atribuível aos ativos e passivos na data de aquisição foi gerado um *goodwill* no montante de 65 981 milhares de euros suportado, como segue:

	Valor Balanço	Justo Valor	Ajustamento
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12 392	12 392	-
Ativos disponíveis para venda	689 118	689 168	50
Terrenos e edifícios de uso próprio	33 691	33 691	-
Terrenos e edifícios de rendimento	40 327	40 327	-
Ativos por benefícios pós-emprego	2 478	2 478	-
Ativos tangíveis	1 360	1 360	-
Ativos intangíveis	3 304	8 896	5 592
Impostos diferidos ativos	34 907	52 284	17 377
Outros ativos	77 025	77 025	-
Ativo	894 603	917 622	23 019
Provisões técnicas	808 935	908 688	99 753
Passivos subordinados	8 540	8 540	-
Outros passivos	58 641	58 569	-72
Passivo	876 116	975 797	99 681
Capitais Próprios	18 487	-58 175	-76 662
Interesses minoritários*	682	682	-
Capitais Próprios Atribuíveis	17 805	-58 857	-76 662
Custo de aquisição		7 124	
Goodwill		65 981	

* Minoritários das participações GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, S.A. e CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes, S.A. detidas pela Açoreana.

O *goodwill* apurado deveu-se essencialmente à contabilização pelo justo valor das provisões matemáticas de acidentes de trabalho e vida financeiros, através do desconto dos *cash-flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (“EIOPA”) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de solvência II.

A contabilização deste ativo (*Goodwill*) é consubstanciada pela captação de sinergias decorrentes do aumento da dimensão da Companhia, bem como pela fusão operacional da Açoreana Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A.

A variação de 17 377 milhares de euros na rubrica de impostos diferidos corresponde à componente de imposto resultante dos ajustamentos efetuados para o justo valor. A rubrica de outros ativos inclui essencialmente ativos ao custo amortizado líquidos de imparidade. Para estes itens considerou-se que o seu valor líquido contabilístico a melhor estimativa para o justo valor tendo em consideração a sua maturidade e recuperabilidade, como segue:

(milhares de euros)

	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Caixa e bancos	8 895	-	8 895
Contas a receber por operações de seguro directo	39 729	-6 134	33 595
Contas a receber por outras operações de resseguro	4 943	-1 059	3 884
Contas a receber por outras operações	18 180	-15 679	2 501
Empréstimos e contas a receber	1 306	-	1 306
Provisões técnicas de resseguro cedido	23 877	-	23 877
Ativos por impostos correntes	992	-	992
Outros	1 974	-	1 974
Total de Outros Ativos	99 897	-22 872	77 025

Importa referir que no âmbito desta transação, foram incorporados por via de aumento de capital 28 637 milhares de euros, respeitantes a dívida subordinada detida pelos anteriores acionistas da Açoreana Seguros, S.A.

O custo de aquisição apresentado desagrega-se maioritariamente em: (i) 3,6 milhões de euros liquidado em dinheiro; (ii) 3,3 milhões de euros através da emissão de uma nota com maturidade em julho de 2018 e uma taxa de remuneração de 5%.

NOTA 34 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Em 24 de fevereiro de 2017, já após o encerramento contabilístico do exercício de 2016, foram celebradas as escrituras de venda da maior parte dos imóveis relativos aos dois contratos de promessa de compra e venda mencionados nas notas 9 e 11, tendo gerado uma valia contabilística positiva de 11 878 milhares de euros, que diz essencialmente respeito ao impacto da alienação do imóvel de uso próprio (edifício sede).

No caso dos imóveis de rendimento, os mesmos foram avaliados em 2016 de acordo com os valores descritos nos contratos de promessa de compra e venda, deduzidos dos eventuais custos de alienação, pelo que o impacto da venda já se encontrava reconhecido nas demonstrações financeiras de 2016.

NOTA 35 – OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

- **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (*vesting*)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- **IAS 16 e IAS 38 – Modelo de revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- **IAS 19 Benefícios dos empregados: taxa de desconto: emissão mercado regional**

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- **IAS 34 Relato financeiro intercalar: divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"**

As alterações esclarecem que "outras divulgações" exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

- **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas: alterações no método de disposição**

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de "detido para venda" para "detido para distribuição aos proprietários" (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- **IFRS 7 Instrumentos financeiros: divulgações: contratos de serviços prestados**

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- **IFRS 7 Instrumentos financeiros: divulgações: aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas**

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros - não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

A Companhia não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Companhia.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não

ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 14 Contas diferidas regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADV HEALTH INTERNATIONAL	100 000			1,00	100 000,00	1,00	100 000,00
GNB SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	5,01	3 758 668,00
EUROPE ASSISTANCE	705 000			5,99	4 221 800,00	5,99	4 221 800,00
CRIA CENTRO REAB INTEGRADA ACIDENTES	44 800			9,01	403 522,56	9,01	403 522,56
GRUPO INTEGRADO DE GESTÃO DE ACIDENTES S.A.	84 000			7,00	587 647,20	7,00	587 647,20
Subtotal	1 683 800	0,00			9 071 637,76		9 071 637,76
Subtotal	1 683 800	0,00			9 071 637,76		9 071 637,76
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV	2			1,00	2,00	1,00	2,00
TRQ ANGOLA	2 450			2 986,90	7 317 897,10	2 986,90	7 317 897,10
TRQ MOÇAMBIQUE CS	49 998			27,23	1 361 259,95	27,23	1 361 259,95
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	66 998			27,02	1 810 331,96	27,02	1 810 331,96
Subtotal	119 448	0,00			10 489 491,01		10 489 491,01
Subtotal	119 448	0,00			10 489 491,01		10 489 491,01
Total	1 803 248	0,00			19 561 128,77		19 561 128,77
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,10	30 696,00
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	4,15	583 543,66
BANIF SGPS old	6 454 651 167			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	247,87	49 077,37
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	1 924,60	76 983,97
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	1,72	95 632,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	12,65	94 845,30
B.P.G. S.A.	10 472			2,09	21 905,33	2,09	21 905,33
IMOVALORSGII	90 000			0,00	0,00	0,00	0,00
LUSITANIA GASCOMP GAS DO CENTRO	595			2,80	1 666,54	2,80	1 666,54
NORMA ACORES	4 000			35,77	143 082,80	35,77	143 082,80
NOS ACORES	13 936			24,65	343 497,32	24,65	343 497,32
NOS MADEIRA	17 314			62,39	1 080 220,46	56,16	972 354,24
Portugal Capital Ventures S.C.R. S.A.	2 525			6,06	15 300,49	6,06	15 300,49
S.N.I.SOC NAC IMOBILIARIA S.A.	7 500			0,00	0,00	0,00	0,00
SOCIEDADE PORTUGUESA EMPREENDIMENTOS	4 441			0,13	576,89	0,13	576,89
Subtotal	6 455 323 794	0,00			2 991 651,53		2 429 162,91
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES LOGISTICA	80 000			5,00	400 000,00	3,10	247 888,00
ES TRADING FUND	20 000			104,80	2 096 000,00	123,40	2 468 000,00
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	3 500			567,04	1 984 641,61	706,32	2 472 135,36
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	200 000 000			0,01	1 800 000,00	0,01	1 740 000,00
EXPLORER II	113			8 758,03	987 704,65	12 749,55	1 437 856,00
FUNDO DE INVEST. IMOB. CORPUS CHRISTI	12 000			997,36	11 968 313,77	789,22	9 470 586,00
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	10 075			997,11	10 045 409,87	1 571,73	15 834 416,60
IMOPRIME FUNDO DE INV IMOB FECHADO	30 559			976,27	29 833 605,42	980,71	29 969 232,48
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	2 400			0,00	0,00	0,00	0,00
BANIF IMOGEST	257 879			21,91	5 650 696,22	17,96	4 632 615,72
Dublin Real Estate Fund Class ID	2 000 000			1,44	2 872 220,00	1,42	2 838 860,00
LUSO CARBON FUND	10			10 657,95	106 579,53	10 454,30	104 542,98
SC1 Classe A Fundo Capital Risco	1 000 000			0,77	772 572,72	0,71	713 190,00
Subtotal	203 416 535	0,00			68 517 743,79		71 929 323,14
Subtotal	6 658 740 329	0,00			71 509 395,32		74 358 486,05

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
Designação						Unitário	Total
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PORT OT 4.75% 06/14/19		1 000 000,00	110,02%	110,5%	1 105 320,00	112,6%	1 126 187,40
PT OT 2.875% 10/25/25		680 000,00	94,95%	101,0%	686 949,60	95,6%	649 750,24
PT OT 4.45% 06/15/18		1 100 000,00	106,34%	107,4%	1 181 477,00	108,8%	1 196 438,81
PT OT 4.8% 06/15/20		5 000 000,00	111,55%	112,6%	5 631 300,00	114,2%	5 708 299,31
PT OT 4.95% 10/25/23		5 250 000,00	111,53%	116,0%	6 090 472,50	112,4%	5 902 870,58
PT OT 5.65% 02/15/24		1 750 000,00	114,53%	120,1%	2 101 627,50	119,5%	2 090 775,59
O.T. Fev 3.875% /15-02-2030		1 300 000,00	95,89%	106,3%	1 382 316,00	99,3%	1 290 561,71
BT 0% 09/22/17		50 000,00	100,01%	100,0%	50 007,08	100,0%	50 005,00
Subtotal	0	16 130 000,00			18 229 469,68		18 014 888,64
2.1.2.3 - De outros emissores							
Dep Prazo EUR BBVA					4 000 000,00		4 000 000,00
Dep Prazo EUR POPULAR					4 000 000,00		4 000 033,33
Dep Prazo EUR Santander					4 002 487,07		4 002 488,98
Dep Prazo EUR BBI					1 000 000,00		1 000 000,00
BCP FINANCE VAR 49-14		1 500 000,00	43,40%	52,7%	790 500,00	43,4%	651 000,00
BRISA 1.875% 04/25		3 200 000,00	97,80%	102,7%	3 287 096,00	99,1%	3 169 841,98
BRISA 3.875% 04/21		1 200 000,00	113,10%	116,0%	1 391 532,00	116,0%	1 392 082,86
BRISA 6.875% 04/18		3 100 000,00	108,21%	111,0%	3 440 380,00	113,4%	3 513 915,82
EDP FINANCE 2.625% 01/22		2 000 000,00	105,60%	108,7%	2 174 800,00	108,1%	2 161 918,03
EDP FINANCE 4.125% 01/21		500 000,00	112,00%	114,5%	572 500,00	115,9%	579 497,95
EDP FINANCE 4.875% 09/20		2 500 000,00	114,20%	116,5%	2 912 500,00	115,6%	2 891 061,65
EDP FINANCE 5.75% 09/17		600 000,00	104,20%	106,3%	637 626,00	105,8%	634 746,58
GALP ENERGIA 3% 01/14/21		5 000 000,00	104,79%	104,4%	5 220 650,00	107,7%	5 383 712,30
GALP ENERGIA 4.125% 01/19		1 100 000,00	106,62%	107,2%	1 178 802,00	110,5%	1 215 139,62
MOTA ENGL 5.5% 04/19		1 800 000,00	96,25%	92,0%	1 656 000,00	97,3%	1 751 750,00
REN FINANCE 4.75%		2 400 000,00	115,00%	117,9%	2 829 000,00	116,0%	2 783 784,98
REN FINANCE BV 2.5% 02/25		2 450 000,00	104,20%	109,6%	2 684 570,00	106,4%	2 606 929,46
VERSE 1 SNR 4.172% 16/02/17		195 374,87	100,33%	100,0%	195 374,87	100,5%	196 336,59
BANIF 09/19 TV 30/06/2019		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.G.D. TV CMS Cap-Floor/05-08-2021		1 000 000,00	80,00%	80,0%	800 000,00	82,0%	820 273,98
E.D.P. 5.375%/16-09-2075		1 500 000,00	104,31%	101,6%	1 524 150,00	108,6%	1 628 708,22
EDP FINANCE 2% 04/22/25		2 150 000,00	98,35%	104,4%	2 245 524,50	99,7%	2 144 330,48
Rentiglobo SGPS 6.00%/20-06-2016		3 511 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Saudaçor TV /15-07-2020		900 000,00	99,91%	99,5%	895 770,00	101,2%	911 013,03
Semapa SGPS TV /17-04-2019		5 000,00	102,25%	101,5%	5 075,00	102,9%	5 144,23
Semapa TV /30-11-2020		1 000 000,00	101,50%	101,5%	1 015 000,00	101,7%	1 017 437,81
A. GAUDENCIO TF 25/05/1995		49 900,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BCP FINANCE 05/49 TF/TV 4,239% 13/10/2049 CALL 2015		3 000 000,00	42,00%	43,0%	1 290 000,00	42,0%	1 260 000,00
FNAC INVEST 22/05/1995		24 950,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
GEOFINANÇA 1E 21/05/1995		34 530,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Subtotal	0	45 720 754,87			49 749 337,44		49 721 147,88
Subtotal	0	61 850 754,87			67 978 807,12		67 736 036,52
Total	6 658 740 329	61 850 754,87			139 488 202,44		142 094 522,57
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
AXA	50 400			24,87	1 253 404,42	23,98	1 208 592,00
ALLIANZ AG	7 796			160,01	1 247 470,60	156,55	1 220 463,80
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	279 000			4,54	1 265 591,91	4,95	1 381 608,01
BASF SE	18 250			69,12	1 261 528,66	87,96	1 605 270,00
BAYERISCHE MOTOREN WERKE	13 000			96,59	1 255 635,81	88,73	1 153 490,00
BNP PARIBAS	23 755			53,00	1 258 905,12	60,38	1 434 326,90
CINTRA CONCESIONES INFRA TRANSP	25 760			18,11	466 578,00	17,00	437 791,20
DAIMLER CHRYSLER AG	16 500			76,13	1 256 121,70	70,59	1 164 735,00
MUENCHENER RUECKVER AG	6 940			183,13	1 270 948,39	178,95	1 241 913,00
PUBLICIS GROUP	20 500			60,37	1 237 653,50	65,55	1 343 775,00
RENAULT SA	13 590			92,13	1 252 077,75	84,51	1 148 490,90
ROYAL DUTCH PETROLEUM COMPANY	61 500			20,28	1 247 370,02	25,99	1 598 077,51
SCHNEIDER ELECTRIC SA	23 960			52,32	1 253 486,34	65,98	1 580 880,80
SIEMENS AG	14 400			87,81	1 264 442,22	116,33	1 675 080,00
SOCIETE GENERALE	29 300			42,83	1 254 975,75	46,62	1 365 966,00
UNILEVER NV-CVA	31 700			38,79	1 229 519,58	39,11	1 239 787,00
AUDATEX PORTUGAL	150			301,47	45 220,35	301,47	45 220,35
NCG BANCO NC	185 838			0,50	92 919,00	0,73	135 661,74
Subtotal	822 339	0,00			19 413 849,12		20 981 129,21

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND	250 000			100,00	25 000 000,00	100,53	25 132 825,00
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	650 000			100,00	65 000 000,00	99,86	64 909 910,00
DBX S&P 500 EUR UCITS ETF	139 490			31,80	4 435 394,80	34,97	4 877 965,30
FIDELITY TARGET 2020 AÇÕES	89 153			11,97	1 066 990,08	14,38	1 282 015,11
FIDELITY TARGET 2025 AÇÕES	56 580			9,88	559 092,25	14,40	814 753,30
FIDELITY TARGET 2030 AÇÕES	25 345			10,42	264 039,06	14,99	379 922,30
FIDELITY TARGET 2035 AÇÕES	7 471			21,23	158 585,30	31,96	238 783,71
FIDELITY TARGET 2040 AÇÕES	11 243			20,31	228 326,90	32,03	360 111,69
FIDELITY TARGET 2045 AÇÕES	39			12,77	499,95	13,43	525,78
FIDELITY TARGET 2050 AÇÕES	83			12,12	1 009,91	13,44	1 119,55
INCOMETRIC FUND	871 447			5,74	5 000 025,00	6,15	5 359 400,80
ISHARES EURO CORP EX-FIN 1-5	676 088			110,42	74 654 552,85	110,19	74 498 136,72
ISHARES EURO ULTRASHORT BOND	201 109			100,44	20 198 455,45	100,48	20 207 432,32
ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	372 159			106,44	39 614 420,86	104,42	38 860 842,78
Aberdeen GlobalIMManager World Equity Fund A-2	47 275			15,80	747 002,04	16,83	795 791,73
Aris EuroDefensive HF Fund	44			174,24	7 744,45	214,13	9 517,57
ISHARES CORE EURO CORP BOND	26 390			131,68	3 474 993,99	130,03	3 431 491,70
ISHARES EURO CORP EX-FINCL	58 150			119,38	6 941 751,71	117,56	6 836 114,00
ISHARES EURO GOVT 15-30 YR	64 521			252,95	16 320 290,32	232,12	14 976 614,52
ISHARES EURO HY CORP	255 424			105,13	26 853 910,69	106,40	27 177 113,60
ISHARES JPM USD EM BND EURH	57 156			106,05	6 061 228,93	98,80	5 647 012,80
	Subtotal	3 859 168	0,00		296 588 314,54		295 797 400,28
	Subtotal	4 681 507	0,00		316 002 163,66		316 778 529,49
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
B.T.P.S. ITALIA 04/24 TF 5,125% 31-07-2024		3 500 000,00	125,04%	130,3%	4 559 450,00	127,2%	4 451 590,07
B.T.P.S. ITALIA 08/19 TF 4,5% 01/03/2019		4 000 000,00	109,88%	111,7%	4 467 160,00	111,4%	4 454 540,00
B.T.P.S. ITALIA 09/20 TF 4,25% 01/03/2020		10 500 000,00	112,92%	114,9%	12 066 180,00	114,3%	12 004 005,42
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2018		400 000,00	105,08%	106,9%	427 472,00	106,9%	427 786,00
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2020		630 000,00	113,38%	115,5%	727 448,40	115,2%	726 046,65
B.T.P.S. Italia 2.00% /01-12-2025		2 000 000,00	102,75%	107,8%	2 155 741,50	102,9%	2 058 262,24
B.T.P.S. Italia 3.50%/01-03-2030		680 000,00	115,87%	125,1%	850 659,60	117,0%	795 796,82
B.T.P.S. Italia 4.50% /01-08-2018		6 400 000,00	107,40%	109,1%	6 980 224,00	109,3%	6 992 480,00
B.T.P.S. Italia 4.75% /01-09-2021		2 500 000,00	119,28%	122,4%	3 059 000,00	120,8%	3 021 203,48
B.T.P.S. Italia 5,50%/01-09-2022		1 050 000,00	125,56%	129,5%	1 359 999,90	127,4%	1 337 448,58
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 5.85% 01/22		8 300 000,00	127,44%	130,5%	10 835 152,00	132,8%	11 022 193,17
BTPS 3.75% 09/24		6 970 000,00	116,86%	121,8%	8 488 344,80	118,1%	8 231 750,03
BTPS 4.5% 03/01/26		600 000,00	123,48%	130,6%	783 612,00	125,0%	749 799,00
BTPS 4.5% 03/24		1 800 000,00	121,87%	126,8%	2 281 986,00	123,4%	2 220 435,00
BTPS 4.5% 05/23		3 900 000,00	120,99%	125,4%	4 888 845,00	121,7%	4 747 216,50
BTPS 5.5% 11/22		3 620 000,00	125,85%	130,2%	4 712 154,00	126,8%	4 588 545,07
Belgium Kingdom 4.00%/28-03-2022		3 200 000,00	122,97%	125,5%	4 014 400,00	126,0%	4 032 530,42
Bonos Spanish 4,6% 30/07/2019		3 700 000,00	112,10%	113,9%	4 214 152,00	114,0%	4 219 621,41
Bonos Spanish 4,85% 31/10/2020		11 650 000,00	118,01%	120,4%	14 024 852,50	118,8%	13 842 943,33
Bonos Spanish 5.15% /31-10-2028		4 231 000,00	138,92%	144,2%	6 100 128,88	139,8%	5 914 036,15
Bonos Spanish 5.50% /30-04-2021		4 350 000,00	122,76%	125,5%	5 461 207,50	126,5%	5 500 608,95
Bund Deutschland 4.75% /04-07-2028		2 900 000,00	149,82%	158,9%	4 609 231,00	152,2%	4 412 769,51
Bund Deutschland 4.75% /04-07-2034		500 000,00	168,85%	182,9%	914 630,00	171,2%	855 977,33
Finnish Gov. 3.875% /15-09-2017		500 000,00	103,26%	105,0%	525 075,00	104,4%	521 999,80
IRISH GOVT 0.8% 03/22		2 000 000,00	104,78%	103,5%	2 069 700,00	105,4%	2 108 356,16
IRISH GOVT 5% 10/18/20		1 250 000,00	120,98%	122,4%	1 530 525,00	122,0%	1 524 933,73
IRISH GOVT 5.92% 05/42		5 687 348,24	167,43%	158,6%	9 018 842,28	171,1%	9 729 990,16
Irish Treasury Gov. 4.40%/18-06-2019		1 150 000,00	112,31%	114,0%	1 311 172,50	114,7%	1 318 679,01
Irish Treasury Gov. 4.50% /18-04-2020		670 000,00	116,39%	118,1%	791 276,70	119,6%	801 068,70
Netherlands Gov. 3.75%/15-01-2023		5 000 000,00	124,61%	127,3%	6 365 100,00	128,2%	6 410 515,57
O.A.T. 3.75%/25-04-2021		4 500 000,00	117,87%	120,0%	5 398 830,00	120,4%	5 419 597,19
O.A.T. 4.00% /25-04-2055		1 000 000,00	165,78%	195,4%	1 953 510,00	168,5%	1 685 217,26
O.A.T. 5.75% /25-10-2032		2 000 000,00	168,01%	183,8%	3 675 320,00	169,1%	3 381 249,60
REPUBLIC OF ICELAND 2.5% 07/20		1 300 000,00	106,21%	99,7%	1 295 996,00	107,4%	1 395 712,95
REPUBLIKA OF SLOVENIJA 1.50% 03/35		5 550 000,00	95,85%	86,8%	4 814 745,00	97,0%	5 383 488,59
REPUBLIKA SLOVENIJA 4.625% 09/24		1 000 000,00	130,91%	131,5%	1 315 260,00	132,3%	1 323 428,49
Republic Austria 3.90% /15-07-2020		7 250 000,00	115,73%	117,6%	8 526 072,50	117,5%	8 521 559,63
Republic Austria 4.65% /15-01-2018		700 000,00	105,53%	107,6%	753 158,00	110,0%	769 932,98

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Republic Austria 6.25% /15-07-2027		1 350 000,00	160,64%	168,4%	2 273 656,50	163,5%	2 207 706,78
Republica Slovakia 4%/27-04-2020		200 000,00	114,38%	116,2%	232 480,00	117,1%	234 199,62
Republica Slovenia 4.125%/26-01-2020		3 000 000,00	112,99%	114,9%	3 446 100,00	116,8%	3 504 569,02
Republica Slovenia 4.375%/18-01-2021		1 000 000,00	117,30%	119,5%	1 195 000,00	121,5%	1 214 548,36
SPANISH GOV 4% 04/30/20		3 150 000,00	113,12%	114,9%	3 619 854,00	115,8%	3 647 949,85
SPANISH GOVT 1.95% 07/30		6 900 000,00	101,76%	104,7%	7 227 705,00	102,6%	7 078 209,06
SPANISH GOVT 2.1% 04/30/17		2 000 000,00	100,82%	102,3%	2 046 400,00	102,2%	2 044 591,78
SPANISH GOVT 2.15% 10/25		2 980 000,00	107,58%	110,3%	3 288 088,15	107,9%	3 216 680,98
SPANISH GOVT 2.75% 10/24		2 720 000,00	112,69%	115,3%	3 136 568,00	113,1%	3 077 532,84
SPANISH GOVT 5.4% 01/31/23		1 550 000,00	128,42%	131,7%	2 041 505,00	133,4%	2 067 105,16
SPGB 4.2% 01/31/37		2 200 000,00	132,20%	124,9%	2 748 680,00	136,0%	2 992 973,77
SPGB 4.4% 10/31/23		3 920 000,00	123,81%	126,9%	4 976 400,80	124,5%	4 882 216,62
SPGB 4.9% 07/30/40		4 400 000,00	144,81%	151,9%	6 681 450,00	146,9%	6 462 385,47
SPGB 5.15% 10/31/44		1 700 000,00	150,78%	144,5%	2 456 500,00	151,6%	2 577 806,64
SPGB 5.9% 07/30/26		550 000,00	140,47%	139,1%	765 215,00	143,0%	786 248,74
SPGB 6% 01/31/29		4 000 000,00	148,00%	144,5%	5 778 800,00	153,5%	6 139 472,12
SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/18		7 000 000,00	101,37%	102,3%	7 160 500,00	102,2%	7 151 822,16
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24		1 300 000,00	97,63%	99,5%	1 293 318,00	99,0%	1 286 488,01
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/26		15 122 700,00	104,29%	103,8%	15 695 619,13	104,8%	15 850 710,93
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/31		7 701 400,00	100,08%	100,3%	7 724 352,40	100,6%	7 748 149,60
BELGIUM KINGDOM 4.25% 09/28/21		600 000,00	122,27%	122,1%	732 823,00	123,4%	740 187,12
BELGIUM KINGDOM 5% 03/28/35		7 610 000,00	165,16%	165,2%	12 570 394,42	169,0%	12 858 481,48
BOTS 0% 05/12/17		50 000,00	100,10%	100,1%	50 067,50	100,1%	50 052,00
BTPS 0.65% 11/01/20		50 000,00	101,59%	101,5%	50 770,00	101,7%	50 848,42
BTPS 5% 03/01/25		9 282 000,00	126,88%	132,9%	12 332 343,66	128,5%	11 930 319,60
BUNDES 0% 08/10/21		3 680 000,00	102,62%	102,1%	3 755 690,00	102,6%	3 776 416,00
BUNDES 0% 15/08/26		77 540 900,00	98,15%	97,5%	75 611 112,05	98,1%	76 103 291,71
BUNDES 4% 01/04/37		37 350 000,00	161,38%	160,5%	59 933 490,05	165,3%	61 751 608,14
BUNDES 5.5% 01/04/31		21 337 400,00	168,37%	168,4%	35 939 350,86	173,8%	37 086 724,99
FRANCE GOVT 0% 05/25/22		2 940 000,00	100,67%	100,4%	2 950 866,20	100,7%	2 959 756,80
FRANCE GOVT 0.25% 25/11/26		60 714 300,00	95,91%	95,6%	58 016 970,30	95,9%	58 243 627,21
FRANCE GOVT 1.25% 05/25/36		47 400 000,00	98,63%	98,6%	46 744 999,21	99,4%	47 106 795,30
FRANCE GOVT 1.5% 05/25/31		26 565 100,00	105,87%	106,3%	28 229 917,54	106,8%	28 363 586,39
FRENCH T BILL 0% 03/08/17		2 800 000,00	100,15%	100,2%	2 805 318,42	100,1%	2 804 144,00
GERMAN T BILL 0% 05/24/17		7 500 000,00	100,30%	100,4%	7 531 125,00	100,3%	7 522 725,00
I.C.O. 4.375%/10-05-2019		750 000,00	110,56%	112,2%	841 290,00	113,3%	849 426,88
NETHERLANDS GOVT 0% 01/15/22		820 000,00	101,88%	101,5%	831 937,80	101,9%	835 448,80
NETHERLANDS GOVT 0% 04/15/18		50 000,00	100,93%	101,0%	50 485,00	100,9%	50 464,00
NETHERLANDS GOVT 0.5% 15/07/2026		17 309 700,00	101,48%	100,9%	17 473 159,64	101,7%	17 606 649,10
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/15/33		6 617 900,00	127,57%	127,9%	8 466 963,60	130,0%	8 601 320,44
NETHERLANDS GOVT 4% 01/15/37		8 780 000,00	159,72%	159,0%	13 956 385,01	163,6%	14 360 222,56
REPUBLIC OF AUSTRI 2.4% 05/23/34		3 430 000,00	124,11%	124,4%	4 266 617,00	125,6%	4 307 110,20
REPUBLIC OF AUSTRI 4.15% 03/15/37		4 460 000,00	157,57%	157,0%	7 003 085,36	160,9%	7 175 008,50
REPUBLIC OF AUSTRIA 0.75% 10/20/2026		8 538 000,00	103,19%	102,5%	8 754 635,21	103,3%	8 823 079,14
REPUBLIC OF AUSTRIA 3.5% 09/15/21		350 000,00	118,37%	118,3%	413 953,50	119,4%	417 879,09
REPUBLIC OF PERU 2.75% 01/30/26		1 500 000,00	108,00%	110,6%	1 659 000,00	110,5%	1 657 868,85
REPUBLIC OF POLAND 4% 03/23/21		2 000 000,00	115,71%	118,2%	2 364 000,00	118,8%	2 376 207,40
REPUBLIC OF TURKEY 5.125% 05/18/20		750 000,00	107,75%	109,2%	818 625,00	110,9%	832 029,97
REPUBLIKA SLOVENIJA 1.75% 11/03/40		5 000 000,00	97,68%	97,7%	4 884 692,58	98,0%	4 897 754,11
Republic Austria TV CMS Floor/28-07-2025		1 000 000,00	105,13%	106,5%	1 064 600,00	105,6%	1 055 573,97
Republic Poland 4.2% /15-04-2020		1 000 000,00	113,25%	115,5%	1 155 000,00	116,2%	1 162 417,81
SPGB 0.75% 07/30/21		50 000,00	102,19%	102,6%	51 275,00	102,5%	51 250,72
Subtotal	0	567 507 748,24			662 425 748,95		667 482 958,16
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
COMMUNITY OF MADRID 4.125% 05/24		3 000 000,00	119,65%	123,3%	3 699 990,00	122,2%	3 665 445,20
GENERALITAT DE CATALUNYA 4.75% 06/18		800 000,00	104,38%	102,2%	817 760,00	107,1%	856 863,01
K.F.W. TV Ei Cap/Floor /24-07-2018		1 000 000,00	102,61%	103,3%	1 032 550,00	103,5%	1 034 796,66
Reseau Ferre France 6.00% /12-10-2020		500 000,00	123,76%	126,4%	632 100,00	125,1%	625 375,35
Ontario Province 4.75% /23-04-2019		1 000 000,00	111,54%	113,6%	1 135 750,00	114,8%	1 148 194,52
Subtotal	0	6 300 000,00			7 318 150,00		7 330 674,74

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.2.3 - De outros emissores							
Dexia Municipal Ag. TV 10 CMS/22-08-2022		1 000 000,00	97,28%	97,9%	978 600,00	97,3%	973 061,08
3M FLOAT 05/20		400 000,00	100,14%	100,0%	400 000,00	100,1%	400 576,00
ADIDAS AG 1.25% 10/21		750 000,00	103,80%	99,1%	743 587,50	104,1%	780 680,03
AIR FRANCE - KLM 3.875% 06/21		500 000,00	103,43%	99,3%	496 250,00	105,5%	527 554,11
AIR PRODUCTS & CHEMICALS 1% 02/12/25-14		750 000,00	100,95%	99,4%	745 755,00	101,8%	763 713,85
ANHEUSER-BUSCH FLOAT 10/18		250 000,00	100,15%	100,0%	250 000,00	100,1%	250 362,50
ARCELORMITTAL 3.125% 01/22		1 000 000,00	104,69%	99,7%	997 340,00	107,7%	1 076 974,64
AT&T INC 1.3% 09/05/23		700 000,00	101,63%	101,3%	709 045,00	102,1%	714 354,98
AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1.75% 10/24		500 000,00	105,47%	99,0%	494 935,00	105,8%	529 210,89
Abertis Infra. 4.375%/25-10-2019		1 200 000,00	111,52%	115,1%	1 381 644,00	112,4%	1 348 715,01
BARCLAYS 6.5% 12/29/49		2 000 000,00	97,25%	94,8%	1 895 000,00	97,5%	1 950 416,66
BARCLAYS BANK 6% 01/14/21		2 100 000,00	115,92%	120,3%	2 525 250,00	121,7%	2 555 437,33
BERKSHIRE HATHAWAY 1.125% 03/16/27		1 000 000,00	98,24%	98,7%	987 250,00	99,1%	991 308,36
BHARTI AIRTEL INTERNAT 3,375% 05/2021		750 000,00	108,00%	99,2%	744 360,00	110,1%	825 611,10
BHP BILLITON FINANCE FLOAT 04/20		100 000,00	99,98%	100,0%	100 000,00	100,0%	99 988,58
BK TOKYOMITSUBISHI UFJ 0.875% 03/22		1 000 000,00	101,99%	99,5%	995 480,00	102,7%	1 026 931,92
BLACKROCK 1.25% 05/06/25		1 100 000,00	100,74%	99,5%	1 094 440,00	101,6%	1 117 187,42
BMW US CAPITAL FLOAT 04/18		500 000,00	100,04%	100,0%	500 000,00	100,0%	500 215,00
BNP PARIBAS 05/49 TF 4,875% 17/10/2049 CALL 2011		3 000 000,00	102,00%	100,7%	3 020 580,00	103,0%	3 090 051,37
BNP PARIBAS 1.375% 11/21/18		50 000,00	102,53%	102,9%	51 425,00	102,7%	51 338,34
BPE FINANCIACIONES 2.5% 02/17		12 700 000,00	100,10%	101,6%	12 902 535,00	102,4%	13 002 440,44
BPE FINANCIACIONES SA 2% 02/30/20		1 000 000,00	99,83%	99,5%	994 790,00	101,6%	1 016 462,08
C.D.C. IXIS 5.375% /29-11-2027		2 000 000,00	114,45%	114,5%	2 290 200,00	114,9%	2 298 424,66
CAP GEMINI FLOAT 07/18		500 000,00	100,62%	101,0%	505 050,00	100,8%	503 796,25
CARREFOUR 1.25% 06/25		500 000,00	101,58%	99,5%	497 340,00	102,3%	511 513,01
CARREFOUR 1.75% 07/22		500 000,00	106,26%	99,3%	496 460,00	107,1%	535 326,37
CASINO GUICHARD PERRACHO 2.33% 25-24		1 500 000,00	99,62%	100,0%	1 500 000,00	101,7%	1 525 561,31
CASINO GUICHARD PERRACHO 3.311% 01/23		300 000,00	109,50%	111,6%	334 875,00	112,6%	337 757,52
CLOVERIE PLC SWISS REINS 6.625% 09/01/42		3 400 000,00	124,66%	126,1%	4 285 700,00	126,9%	4 313 043,92
COCA-COLA 1.125% 03/09/27		1 000 000,00	101,03%	99,0%	990 230,00	101,9%	1 019 474,11
Caisse Natl Autoroutes 5.25% /30-01-2017		150 000,00	100,43%	102,8%	154 236,00	105,3%	157 877,52
Casino Guichard Call 4.87%/31-01-2048		1 100 000,00	95,50%	95,5%	1 050 500,00	100,0%	1 099 532,65
Cie Financement Foncier 5.75% /04-10-2021		500 000,00	126,90%	131,1%	655 365,00	128,3%	641 441,51
Commerzbank AG 7.75%/16-03-2021		2 000 000,00	119,67%	122,0%	2 439 160,00	125,8%	2 516 550,68
Commerzbank TV Floor /30-08-2019		500 000,00	111,00%	112,5%	562 250,00	112,8%	563 865,89
Credit Suisse Fin. TV Floor /29-07-2019		500 000,00	109,75%	112,0%	560 000,00	111,9%	559 305,56
DAIMLER AG 1.875% 07/24		1 000 000,00	109,10%	107,7%	1 077 000,00	110,0%	1 100 011,10
DELPHI AUTOMOTIVE 1.5% 03/25		700 000,00	100,08%	99,5%	696 780,00	101,3%	709 047,07
DEUTSCHE ANN FIN 2.125% 07/22		500 000,00	107,00%	99,4%	497 060,00	108,0%	540 079,18
Dresdner Bank CZ /01-03-2029		500 000,00	132,63%	146,0%	730 000,00	136,9%	684 744,44
EASTER CREATION II INV 1% 03/19/18		1 950 000,00	100,61%	99,8%	1 945 476,00	101,4%	1 977 286,37
EDENRED 1.375% 03/25		1 200 000,00	99,40%	98,9%	1 187 268,00	100,5%	1 206 168,82
ENAGAS FIN 1% 03/25/23		1 000 000,00	102,30%	99,7%	996 720,00	103,1%	1 030 648,63
ENAGAS FINANCIACIONES 1.25% 02/25		700 000,00	102,33%	99,1%	693 560,00	103,5%	724 189,44
ENBW 6.125% 07/39		1 000 000,00	160,68%	148,1%	1 481 000,00	163,6%	1 636 472,05
ERSTE GROUP BANK 7.125% 10/10/22		3 000 000,00	124,53%	119,0%	3 570 000,00	126,1%	3 783 860,55
EVONIK INDUSTRIES 1% 01/23/23		500 000,00	102,30%	99,3%	496 685,00	103,2%	516 205,79
Electricite France Call 4.125% TV/22-01-2048		2 000 000,00	98,65%	95,3%	1 905 000,00	102,5%	2 050 540,98
Electricite France Call 5.0% TV/22-01-2049		2 000 000,00	95,55%	94,6%	1 892 500,00	100,2%	2 004 989,07
Enel Societa 5.25%/20-05-2024		3 000 000,00	131,17%	138,3%	4 147 500,00	134,4%	4 032 069,04
FCE BANK PLC 1.134% 02/10/22		500 000,00	100,93%	100,0%	500 000,00	101,9%	509 674,84
FERROVIAL SA 2.5% 07/24		3 000 000,00	108,47%	111,3%	3 339 840,00	109,6%	3 288 766,02
FIAT CHRYSLER 4.75% 07/15/22		2 000 000,00	110,20%	109,6%	2 192 500,00	112,4%	2 247 986,30
FIAT FINANCE 4.75% 03/21		1 000 000,00	109,90%	109,5%	1 095 000,00	113,6%	1 135 958,91
FIAT FINANCE 6.75% 10/19		700 000,00	115,00%	114,4%	800 557,38	116,4%	815 097,26
FINMEC FINANCE 4.5% 01/21		730 000,00	112,80%	113,8%	830 375,00	117,1%	854 584,67
FINMECCANICA FIN. 03/18 TF 5,75% 12/12/2018		570 000,00	110,55%	112,6%	641 962,50	110,9%	631 852,50
FLOWERVE CORPORATION 1.25% 03/17/22		2 500 000,00	99,81%	99,3%	2 483 400,00	100,8%	2 519 968,15
Fortis TV CMS Floor /05-12-2017		900 000,00	103,58%	106,5%	958 500,00	103,9%	935 309,00
GAS NATURAL 5.625% 02/17		100 000,00	100,58%	103,0%	102 959,00	105,6%	105 594,25
GAS NATURAL FENOSA 2.875% 03/24		1 000 000,00	113,56%	99,7%	997 340,00	115,9%	1 158 786,30
GAZPROM 3.6% 02/26/21		1 000 000,00	105,50%	103,3%	1 032 500,00	108,5%	1 085 393,44
GDF SUEZ 1% 03/13/26		2 400 000,00	100,25%	99,2%	2 381 664,00	101,1%	2 425 337,76

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
GENERAL ELECTRIC FLOAT 05/28/20		300 000,00	100,17%	100,0%	300 000,00	100,2%	300 507,00
GENERAL MOTORS FINANCIAL 1.875% 10/15/19		500 000,00	103,86%	99,9%	499 410,00	104,3%	521 282,74
GIE PSA TRESORERIE 03/33 TF 6% 19/09/2033		1 500 000,00	118,62%	122,5%	1 837 500,00	120,3%	1 804 742,26
GOLDMAN SACHS GROUP 1.375% 07/26/22		1 050 000,00	103,22%	99,2%	1 041 967,50	103,8%	1 090 017,65
GROUPAMA SA 7.875% 10/27/39		3 500 000,00	106,86%	107,8%	3 771 250,00	108,3%	3 789 008,90
HEIDELBERGCEMENT FIN 9.5% 12/15/18		1 500 000,00	118,36%	121,6%	1 824 375,00	118,8%	1 781 292,50
HSBC 5.25% 12/29/49		1 000 000,00	98,50%	95,8%	957 500,00	100,0%	1 000 246,58
HUTCHISON 1.375% 10/21		500 000,00	103,36%	99,7%	498 740,00	103,6%	517 948,97
I.N.G. Bank 5.25% /07-06-2019		500 000,00	111,27%	114,0%	570 155,00	114,3%	571 256,99
IBERDROLA 2.5% 10/22		1 000 000,00	110,74%	99,7%	997 200,00	111,2%	1 112 077,53
IBERDROLA FIN 4.125% 03/20		2 000 000,00	112,65%	115,2%	2 303 040,00	115,9%	2 317 005,76
IBM CORP 1.25% 05/26/23		2 000 000,00	104,58%	99,8%	1 995 560,00	105,3%	2 106 540,00
INTESA SANPAOLO 1.125% 01/20		1 000 000,00	101,29%	99,4%	994 460,00	102,4%	1 023 729,67
INTESA SANPAOLO 1.125% 03/22		500 000,00	100,23%	99,6%	498 195,00	101,2%	505 784,11
INTESA SANPAOLO 2.25% 11/22/17		4 200 000,00	101,56%	103,5%	4 344 900,00	101,6%	4 265 688,00
ITALCEMENTI FINANCE 6.625% 03/20		2 500 000,00	115,58%	119,3%	2 982 225,00	120,8%	3 019 606,17
JP MORGAN CHASE 1.5% 01/27/25		1 000 000,00	103,06%	99,9%	999 450,00	104,4%	1 044 483,44
KELLOGG CO 1.25% 03/10/25		1 500 000,00	100,18%	100,0%	1 499 295,00	101,2%	1 517 965,48
LA POSTE 03/23 TF 4,375% 26/06/2023		1 500 000,00	124,68%	128,3%	1 924 305,00	126,9%	1 904 001,37
Landbk Baden-Wuerttemberg 6.00% Put /15-06-2020		1 000 000,00	116,77%	118,7%	1 187 090,00	120,0%	1 200 190,00
Landbk Sachsen Giro 6.195% /21-05-2031		1 000 000,00	140,31%	146,4%	1 464 160,00	144,1%	1 440 796,25
MACQUARIE BANK 1% 09/16/19		200 000,00	102,56%	100,0%	200 000,00	102,8%	205 694,82
MAPFRE SA 5.921% 07/24/37		2 200 000,00	101,67%	104,9%	2 307 250,00	104,3%	2 293 775,15
METRO AG 1.5% 03/25		500 000,00	98,46%	99,8%	499 170,00	99,6%	498 202,26
MOODYS CORP 1.75% 03/27-26		1 000 000,00	101,68%	99,0%	990 430,00	103,1%	1 031 019,72
MORGAN STANLEY 1.75% 01/30/25		1 000 000,00	103,37%	99,8%	998 090,00	105,0%	1 049 805,57
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		400 000,00	121,68%	122,0%	488 000,00	125,4%	501 728,00
Merrill Lynch & Co TV Floor /28-05-2019		500 000,00	106,38%	107,3%	536 250,00	108,9%	544 508,56
NATIONAL GRID NA INC 0.75% 02/22		1 000 000,00	101,41%	99,3%	993 230,00	102,1%	1 020 709,34
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.25% 03/25		1 000 000,00	101,52%	99,9%	999 160,00	102,6%	1 025 616,71
OBRASCON HUARTE LAIN 4.75% 03/15/22		200 000,00	72,75%	70,0%	140 020,00	74,1%	148 284,93
PETROBRAS 5.875% 03/22		1 500 000,00	105,85%	97,5%	1 462 500,00	110,7%	1 659 940,07
PETROLEOS MEXICANOS 5.5% 01/17		1 000 000,00	99,93%	108,5%	1 085 000,00	105,3%	1 052 937,54
PEUGEOT 6.5% 01/19		3 180 000,00	113,15%	114,8%	3 649 050,00	119,3%	3 794 704,44
PGE SWEDEN 1.625%		1 100 000,00	102,85%	99,5%	1 093 994,00	103,8%	1 141 378,38
POHJOLA BANK PLC 0.75% 03/22		500 000,00	102,17%	99,7%	498 270,00	102,8%	513 938,01
PPG INDUSTRIES 1.4% 03/13/27		1 000 000,00	100,66%	98,6%	986 280,00	101,8%	1 017 798,36
PROLOGIS LP 1.375% 10/07/20		1 000 000,00	103,52%	99,8%	998 340,00	103,8%	1 038 382,05
R.B.S. TV CMS FLOOR /10-06-2019		500 000,00	105,75%	102,5%	512 500,00	108,4%	541 884,24
RABOBANK 2.5% 05/26/26		1 000 000,00	103,74%	103,8%	1 037 980,00	105,2%	1 052 430,00
RABOBANK 6.875% 03/19/20		6 300 000,00	117,88%	119,8%	7 544 570,00	123,3%	7 767 132,78
RABOBANK FLOAT 20		400 000,00	100,37%	100,0%	400 000,00	100,4%	401 496,00
RCI BANQUE 0.625% 03/20		2 000 000,00	100,82%	99,8%	1 996 660,00	101,3%	2 026 802,46
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		2 000 000,00	109,10%	99,4%	1 987 460,00	111,1%	2 222 212,88
REPSOL INTL FINANCE 4.875% 02/19		1 300 000,00	110,19%	112,0%	1 456 624,00	114,4%	1 487 226,21
ROYAL BANK OF SCOTLAND 3.625% 03/25/24		2 500 000,00	99,91%	99,1%	2 477 150,00	102,7%	2 567 418,84
SANTANDER CONSUMER BANK 0.625% 04/18		1 000 000,00	100,76%	99,9%	998 940,00	101,2%	1 011 946,44
SFR GROUP SA 5.375% 05/15/22		1 400 000,00	104,75%	103,5%	1 449 000,00	106,8%	1 494 718,76
SINOPEC GRP OVERSEA 2015 0.5% 04/18		1 500 000,00	100,54%	99,7%	1 495 740,00	100,9%	1 513 195,89
SMURFIT KAPPA ACQUISITIO 3.25% 06/01/21		2 000 000,00	107,40%	108,3%	2 165 440,00	107,7%	2 153 136,11
SOCIETE GENERALE 9.375% 09/29/49		2 000 000,00	118,82%	123,3%	2 465 000,00	121,9%	2 437 056,44
SODEXO 1.75% 01/24/2022		700 000,00	106,76%	99,9%	699 629,00	108,4%	758 773,72
STATE GRID EUROPE DEV 1.5% 01/22		1 000 000,00	102,81%	99,7%	997 360,00	104,2%	1 041 984,43
STORA ENSO OYJ 5.5% 03/19		4 200 000,00	110,75%	111,9%	4 699 506,00	115,3%	4 840 730,14
SVENSKA CELLULOSA 1.125% 03/25		1 000 000,00	99,57%	99,8%	997 650,00	100,5%	1 004 927,40
TDC 1.75% 02/27		500 000,00	96,96%	99,0%	495 195,00	98,4%	492 163,39
TELECOM ITALIA 3.25% 01/23		3 150 000,00	105,53%	108,9%	3 430 854,00	108,6%	3 422 094,59
TELECOM ITALIA 5.25% 02/22		3 800 000,00	116,15%	118,3%	4 493 500,00	120,8%	4 590 851,65
TELECOM ITALIA FIN SA 03/33 TF 7,75% 24/01/2033		500 000,00	128,06%	136,6%	682 925,00	135,3%	676 524,01
TELEFONICA 3.987% 23		600 000,00	117,59%	123,1%	738 378,00	121,3%	727 934,70
TELEKOM FINANZ 4% 04/04/22		1 400 000,00	118,06%	121,2%	1 697 388,00	121,0%	1 694 390,08
TEOLLISUUDEN 2.125% 02/04/25		1 500 000,00	94,68%	99,3%	1 489 605,00	96,6%	1 448 951,85
TESCO CORP 1.375% 07/19		1 700 000,00	101,27%	99,7%	1 694 628,00	102,0%	1 733 309,52
TEVA PHARM FNC NL II 1.25% 23-22		2 000 000,00	99,52%	99,1%	1 981 180,00	100,5%	2 009 135,62

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
THYSSENKRUPP AG 4% 08/27/18		2 000 000,00	105,49%	106,5%	2 130 380,00	106,9%	2 137 436,44
TS ENERGY ITALY 4.2% 30/06/2032		14 628 900,00	100,00%	100,0%	14 628 900,00	100,0%	14 628 900,00
TYCO INT FINANCE 1.375% 02/25/25		500 000,00	100,12%	99,8%	499 165,00	101,3%	506 428,09
UBS AG TF\TV 4.75%/12-02-2026		3 000 000,00	107,40%	107,8%	3 232 500,00	111,6%	3 347 875,00
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		1 100 000,00	100,13%	99,7%	1 096 392,00	100,9%	1 110 186,00
Univ Politec Valencia 6.6%/15-12-2022		498 840,00	116,00%	116,0%	578 654,40	116,3%	580 097,62
VEOLIA Env. Call 18 4,45% 16/04/2048		3 000 000,00	104,30%	105,8%	3 172 500,00	107,5%	3 223 730,14
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		500 000,00	106,10%	99,9%	499 585,00	106,6%	532 879,11
WELLS FARGO FLOAT 06/20		400 000,00	100,21%	100,0%	400 000,00	100,2%	400 882,16
WENDEL 2.75% 10/24		100 000,00	106,42%	99,5%	99 466,00	107,1%	107 093,08
WESFARMERS 1.25% 10/21		1 500 000,00	104,71%	100,5%	1 506 880,00	105,0%	1 575 061,44
WHIRLPOOL CORP 0.625% 03/12/20		500 000,00	100,82%	99,6%	497 870,00	101,3%	506 637,12
A2A SPA 4.375% 01/10/21		500 000,00	116,01%	118,7%	593 720,00	120,3%	601 302,32
AMERICA MOVIL 6.375% 09/06/73		2 500 000,00	108,10%	116,9%	2 921 875,00	110,1%	2 753 150,69
AURIZON NETWORK PTY 3.125% 06/01/26		8 500 000,00	108,31%	110,3%	9 374 268,52	110,1%	9 361 018,60
AVIS BUDGET FINANCE 6% 03/01/21		408 333,33	103,89%	103,6%	423 176,25	105,9%	432 363,75
BANIF FINANCE 3% 31/12/2019 CALL 2014		200 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BARCLAYS 6.625% 03/30/22		1 950 000,00	122,23%	122,2%	2 382 607,50	127,2%	2 481 191,49
BG ENERGY CAPITAL 3.625% 07/19/19		1 000 000,00	109,16%	110,9%	1 108 960,00	110,8%	1 108 234,93
BOMBARDIER 6.125% 05/15/21		1 100 000,00	105,88%	100,1%	1 101 485,00	106,6%	1 173 046,88
Barclays Bank CMS Floor/25-06-2018		1 000 000,00	105,95%	108,3%	1 083 250,00	108,4%	1 084 423,63
C10 CAPITAL SPV LTD 07/49 TF/TV 6,277% 30/06/2049 CALL 2017		1 000 000,00	79,50%	82,0%	820 000,00	82,7%	826 642,96
CARREFOUR 3.875% 04/25/21		3 000 000,00	115,37%	118,4%	3 551 280,00	118,0%	3 540 753,30
CEZ AS 5%/19-10-2021		400 000,00	121,85%	123,4%	493 560,00	122,9%	491 408,00
CIE DE SAINT-GOBAIN 3.625% 06/15/21		300 000,00	114,90%	116,7%	350 013,00	116,9%	350 629,11
CITIGROUP INC 05/30 TF/TV 4,25% 25/02/2030 CALL 2025		3 500 000,00	116,63%	116,0%	4 060 000,00	120,2%	4 207 865,44
CREDIT SUISSE 5.75% 09/18/25		3 500 000,00	109,50%	108,3%	3 788 750,00	111,1%	3 889 842,46
CREDIT SUISSE LONDON 09/19 TF 4,75% 05/08/2019		1 550 000,00	111,93%	113,7%	1 762 815,00	113,9%	1 764 706,41
ELECTRICITÉ DE FRANCE 09/21 TF 6.25% 25/01/2021		1 500 000,00	124,49%	128,0%	1 919 295,00	130,3%	1 954 636,31
ENEL 5% 01/15/75		3 000 000,00	106,00%	107,6%	3 228 750,00	110,8%	3 323 852,46
ENEL FINANCE 4.875% 04/17/23		1 000 000,00	125,01%	130,7%	1 306 820,00	128,5%	1 284 558,90
ENERGIE AG OBEROSTERREICH 05/25 TF 4,5% 04/03/2025		2 920 000,00	126,17%	128,4%	3 748 258,00	129,9%	3 792 796,40
Eni Spa 4.125%/16-09-2019		700 000,00	110,83%	112,9%	790 174,00	112,0%	784 188,62
FIAT CHRYSLER FINANCE		2 200 000,00	106,80%	108,4%	2 383 700,00	112,1%	2 465 800,68
FRESENIUS SE & CO 4% 02/01/24		2 500 000,00	116,75%	119,8%	2 994 875,00	118,4%	2 960 188,88
Finmeccanica Fin. 5.25% /21-01-2022		3 100 000,00	116,50%	119,8%	3 712 250,00	121,4%	3 764 911,88
GAS NATURAL FENOSA 4.125% 11/29/49		2 500 000,00	101,20%	102,0%	2 550 000,00	101,7%	2 542 148,98
GAZPROM 3.389% 03/20/20		1 500 000,00	104,51%	103,1%	1 546 500,00	107,2%	1 607 482,35
GENERAL ELECTRIC 05/35 TF 4,125% 19/09/2035		500 000,00	137,86%	150,2%	751 200,00	139,0%	695 130,21
GOLDMAN SACHS GROUP 06/21 TF 4,75% 12/10/2021		1 000 000,00	117,38%	117,4%	1 174 109,50	118,4%	1 184 230,96
GOLDMAN SACHS GROUP 3.25% 02/01/23		1 585 000,00	112,93%	115,2%	1 825 603,00	115,9%	1 836 885,78
GRAND CITY PROPERTIES 3.75% 12/29/49		2 000 000,00	100,30%	101,0%	2 019 568,20	103,5%	2 070 959,00
Gas Natural Capital 5.125%/02-11-2021		2 000 000,00	122,75%	125,9%	2 518 840,00	123,6%	2 471 508,49
Goldman Sachs CMS Floor / 28-06-2020		2 000 000,00	103,38%	102,8%	2 055 000,00	104,4%	2 087 722,23
HALIFAX BK SCOTLAND 05/30 TF/TV 4,5% 18/03/2030 CALL 2025		4 300 000,00	109,63%	110,4%	4 746 125,00	113,2%	4 866 554,45
Heidelberg Cement 7.5%/03-04-2020		800 000,00	122,88%	124,0%	992 384,00	124,7%	997 500,00
IBERDROLA 5.75% 02/27/49		800 000,00	105,65%	107,8%	862 000,00	110,5%	883 910,38
INTESA SANPAOLO 6.625% 09/13/23		1 285 000,00	118,36%	120,0%	1 542 257,00	120,3%	1 546 297,36
KENNEDY WILSON EUR 3.25% 11/12/25		8 600 000,00	101,65%	104,1%	8 955 778,44	102,1%	8 779 765,95
KONINKLIJKE 6.125% 03/29/49		2 000 000,00	107,05%	107,4%	2 147 500,00	108,9%	2 177 246,58
KPN NV 5.625%/30-09-2024		1 125 000,00	135,37%	138,7%	1 560 858,75	136,8%	1 538 806,60
Merrill Lynch TV CMS Floor/04-10-2019		800 000,00	109,38%	110,5%	884 000,00	110,6%	884 643,84
Morgan Stanley TV CMS10/27-02-2017		500 000,00	99,94%	99,8%	498 815,00	100,4%	501 927,95
ORANGE 5.25% 12/29/49		2 200 000,00	109,30%	111,5%	2 453 000,00	114,0%	2 508 108,20
P TELECOM 05/25 TF 4,5% 16/06/2025		1 700 000,00	31,00%	20,7%	351 050,00	31,0%	527 000,00
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 4.25% 10/02/23		1 080 000,00	97,75%	88,3%	953 100,00	98,8%	1 067 017,81
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 4.875% 03/07/18		385 000,00	103,20%	102,3%	393 662,50	107,2%	412 694,95
Pemex TR 5.50%/24-02-2025		2 000 000,00	109,55%	111,5%	2 230 000,00	114,2%	2 284 469,94
RABOBANK 5.5% 01/22/49		500 000,00	101,00%	98,6%	493 000,00	101,0%	505 150,68
RABOBANK NEDERLAND 08/18 TF 4,75% 15/01/2018		850 000,00	105,13%	107,1%	910 035,50	109,7%	932 299,78
REPSOL 3.875% 12/29/49		1 800 000,00	99,25%	92,0%	1 656 000,00	102,2%	1 840 197,95
SES SA 4.625% 12/29/49		2 000 000,00	101,03%	103,4%	2 067 072,15	103,6%	2 072 378,62
SHELL INT. FIN. 09/18 TF 4,375% 14/05/2018		2 000 000,00	106,08%	108,1%	2 161 160,00	108,8%	2 176 976,71
SOCIETE GENERALE 4% 06/07/2023		3 000 000,00	113,62%	114,1%	3 423 510,01	115,9%	3 476 714,80

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
STANDARD CHARTERED 3.625% 11/23/22		500 000,00	106,76%	106,1%	530 460,00	107,1%	535 696,99
Sanofi-Aventis 4.125%/10-10-2019		250 000,00	111,52%	113,7%	284 212,50	112,4%	281 076,03
TELEFONICA 4.693%/11-11-2019		3 150 000,00	112,58%	115,3%	3 630 658,50	113,2%	3 566 583,61
TELENET FINANCE VI 4.875% 15/07/27		2 000 000,00	104,50%	105,8%	2 115 300,00	106,7%	2 134 687,45
TOTAL 2.625% 12/29/49		2 500 000,00	93,95%	95,3%	2 381 370,90	96,2%	2 404 154,71
TRASM. ELET. RETE NAZIONALE 04/24 TF 4,9% 28/10/2024		3 550 000,00	130,68%	137,6%	4 885 936,00	131,5%	4 669 534,32
UNICREDIT 5.75% 10/28/25		2 200 000,00	105,70%	104,5%	2 298 450,00	106,7%	2 347 580,84
UNICREDIT SPA 6.95% 10/31/22		5 500 000,00	114,88%	113,0%	6 215 910,04	116,0%	6 382 062,87
UNICREDITO ITALIANO 04/20 TF 4,375% 29/01/2020		2 500 000,00	112,02%	112,9%	2 821 876,01	116,0%	2 901 208,68
VATTENFALL 3% 03/19/77		2 000 000,00	89,95%	87,8%	1 755 000,00	92,3%	1 846 178,08
VNESHECONOMBANK 4.032% 02/21/23		750 000,00	102,17%	97,6%	732 187,50	105,6%	792 196,11
VOLKSWAGEN 5.125% 09/29/49		3 000 000,00	106,63%	106,0%	3 178 807,72	108,3%	3 248 455,47
VOLVO 4.85% 03/10/78		2 500 000,00	104,38%	103,3%	2 581 250,00	108,3%	2 707 703,76
WASHINGTON MUTUAL BANK 06/17 TF 4,5% 17/01/2017		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
WP CAREY 2% 01/20/23		9 000 000,00	101,69%	102,6%	9 238 265,39	103,6%	9 322 083,94
	Subtotal	0	345 296 073,33			367 117 441,16	373 047 361,72
	Subtotal	0	919 103 821,57			1 036 861 340,11	1 047 860 994,62
	Total	4 681 507	919 103 821,57			1 352 863 503,77	1 364 639 524,11
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Cambiais EUR/USD							-1 039 907,52
	Total	0	0,00			0,00	-1 039 907,52
	Total	6 663 421 836	980 954 576,44			1 492 351 706,21	1 505 694 139,16
3 - TOTAL GERAL		6 665 225 084	980 954 576,44			1 511 912 834,98	1 525 255 267,93



08

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS



DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2016;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, da ASF.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. Introdução

De acordo com o definido na Lei nº. 28/2009, de 19 de junho, as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/235 da Comissão de 10 de outubro, bem como pelas disposições constantes da Norma Regulamentar nº 5/2010-R e da Circular nº 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.

É pois, com base neste enquadramento legal e regulamentar, que se procede à elaboração da presente Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração, Fiscalização, bem como da Mesa da Assembleia Geral, da Seguradoras Unidas, S.A. (a “Companhia”) para o ano de 2017, que se submete à aprovação da Assembleia Geral.

2. Processo de Aprovação e Revisão da Política de Remuneração

A política de remuneração dos órgãos sociais da Companhia é, nos termos previstos no Artigo 13º do Contrato de Sociedade, aprovada em sede de Assembleia Geral, sob proposta do Comité de Remuneração, composto por dois administradores não executivos, eleitos em Assembleia Geral para o período de 2016 a 2018.

Na definição da referida política de remuneração não são utilizados serviços de Consultores Externos.

A Política é submetida a uma avaliação interna independente executada pelo Departamento de Risco, com uma periodicidade mínima anual, com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário, bem como pela Unidade de *Compliance*, a quem compete analisar a política à luz das recomendações da ASF.

A Política é revista no mínimo anualmente, nos termos previstos no n.º 5 artigo 64º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RIAS).

3. Divulgação da Política

A Política de Remunerações será divulgada internamente através de publicação no Portal da Empresa, constando ainda nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no sítio institucional durante um período mínimo de 5 anos.

4. Princípios Aplicáveis

A Política de Remuneração e as suas respetivas práticas são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com a atividade da Companhia bem como a estratégia de gestão de risco em vigor na companhia nomeadamente no que diz respeito ao perfil de risco, objetivos e desempenho da Empresa a longo prazo.

A Política de remuneração obedece ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

A Política de remuneração obedece aos limites previstos nos Estatutos da Companhia.

5. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

5.1 Membros do Conselho de Administração com Funções Executivas

As remunerações de cada membro do Conselho de Administração serão fixadas pela Comissão de Vencimentos em conformidade com a presente política de remuneração.

a) Componente Fixa

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa paga catorze vezes ao ano.

A parte fixa terá os limites que forem fixados em sede de Assembleia Geral sendo que, por regra, não deverá ser inferior a 60% da Remuneração Total Anual.

b) Componente Variável

À componente fixa poderá acrescer uma remuneração variável, nos termos que vierem a ser definidos pelo acionista em Assembleia Geral.

A parte variável, quando existente, representará em média cerca de 40% da remuneração, oscilando contudo o seu valor exato, em

cada ano, em função da avaliação do desempenho individual e global dos membros do Conselho Administração com funções executivas, bem como do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Sociedade, designadamente, do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, tendo sempre em consideração no processo de avaliação, a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

Para todos os efeitos, a parte variável não poderá exceder 5% dos lucros do exercício conforme determinado no artigo 13º dos Estatutos da Companhia.

A remuneração variável, quando existente, é referente ao desempenho de curto prazo e depende de decisão a tomar pela acionista única em Assembleia Geral de acordo com a avaliação e com base nos critérios acima referidos.

A remuneração variável pode assumir a forma de bónus de performance, prémio de desempenho ou mesmo distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em sede de Assembleia Geral pela acionista única.

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário, em mês posterior à aprovação das contas do exercício do ano a que diz respeito.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

c) Fundo de Pensões

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas poderão ainda ter direito a uma contribuição para um Fundo de Pensões nos termos e condições constantes na Decisão de Acionista Única, datada de 10 de julho de 2016, correspondente à Ata número 53 do Livro de Atas da Assembleia Geral.

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não são consideradas outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

5.2. Membros do Conselho de Administração Sem Funções Executivas

Os vogais do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a serem definidos pela Comissão de Vencimentos. Não haverá lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

6. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 25º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal, definido em Assembleia Geral, pago 12 vezes ao ano.

7. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

8. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 15º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário.

Os respetivos membros poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização, sendo o mesmo definido pela Comissão de Vencimentos, caso haja lugar ao seu pagamento.

Quadro de Remunerações Pagas Durante o Ano de 2016 aos Membros dos Órgãos Sociais da Seguradoras Unidas, S.A.

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
Conselho de Administração			1 806,7
Gustavo Alexandre P.T. Mesquita Guimarães (Presidente)	100,0	-	100,0
Alexandre Wallace Humphreys (Vogal)	-	-	-
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)	240,9	289,8	530,7
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal)	-	-	-
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)	400,0	100,0	500,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal)	201,5	-	201,5
Pedro Luís Francisco Carvalho (Vogal)	240,9	233,6	474,5
Conselho Fiscal			110,0
Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	50,0	-	50,0
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal Efetivo)	30,0	-	30,0
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal Efetivo)	30,0	-	30,0
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	-	-	-
Total Remunerações	1 293,4	623,3	1 916,7

O custo em 2016 com pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais foi negativo em -3 271 milhares de euros, em virtude do curtailment ocorrido no plano de fundo de pensões respetivo.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS “COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE”

1. Âmbito de aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos no Regulamento Delegado (UE) 2015/235 da Comissão de 10 de outubro, bem como na Norma nº. 5/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Adiante também abreviadamente designada por “ASF”), a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno e compliance, mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais – o desempenho destes colaboradores tem um impacto material sobre o perfil de risco da Seguradoras Unidas (“Companhia”).

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam diversos quadros dos principais Departamentos da Companhia, em particular do Departamento de Recursos Humanos, sendo a mesma também avaliada pelo Departamento de Risco Global com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de Recursos Humanos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Dinis Clemente
Pedro Luís Francisco Carvalho

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Divulgação da Política

A Política de Remunerações será divulgada aos colaboradores da empresa através de publicação no seu Portal interno, constando ainda nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no site institucional durante um período mínimo de 5 anos.

4. Remuneração

a) Composição da Remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível corporativo, como também a nível departamental e individual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por outras prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia.

A remuneração variável poderá ser composta por prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

b) Limites e Equilíbrios da Remuneração

A parte fixa será definida dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará em média, na Companhia, aproximadamente, entre 80% e 85% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, caso haja lugar à atribuição da mesma, não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual por regra não deverá exceder os 40% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

c) Critérios de Definição da Componente Variável e Momento do seu Pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) situar-se-á dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração. A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios definidos na alínea a), ficando em qualquer caso sempre consignado para todos os efeitos que a RVA não constitui

um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo Conselho de Administração, estando sujeita a aprovação anual pelo Conselho de Administração em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores.

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor na Companhia nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Competências;
- Avaliação de Objetivos Corporativos;
- Avaliação de Objetivos Departamentais;
- Avaliação de Objetivos Individuais.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é, em regra, feito de uma só vez, em numerário, salvo decisão em contrário do Conselho de Administração.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

5. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” poderão auferir, se aplicável, ainda os seguintes benefícios, conforme definido no IRCT aplicável ao sector segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- a) Seguro de Saúde;
- b) Seguro de Vida;
- c) Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

6. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.

Salvo mediante decisão contrária aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será, em regra, igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (Nº. 1 DO ARTIGO 4º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular nº 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1 Adoção de uma Política de Remuneração (PR) consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos clientes.	Cumpre	
I.2 Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumpre	
I.3 Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral.	Cumpre	
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores.	Cumpre	
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente.	Cumpre	
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumpre	
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	Cumpre	
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1 A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre	
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções.	Cumpre Parcialmente	O CR é composto por dois membros do Conselho de Administração não executivos e não remunerados de forma a garantir a independência
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço.	Não Aplicável	
III.4 A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos.	Cumpre	
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas		
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade.	Cumpre	Os critérios de avaliação assentam em indicadores de gestão, sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)		
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2017.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2017.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do Órgão de Administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos		
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição		
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do Órgão de Administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável		
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador. A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2017.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável		
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre	
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre Parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumpre	
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável		
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação em 2017.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável (continuação)		
V.7	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave		
V.8	Cumpre	
V.9	Cumpre Parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma
VI. Avaliação da Política de Remuneração		
VI.1	Cumpre	
VI.2	Cumpre	
VI.3	Cumpre	
VII. Grupos Financeiros		
VII.1	Cumpre	
VII.2	Cumpre	
VII.3	Cumpre Parcialmente	
VII.4	Cumpre Parcialmente	Os valores e remunerações pagos pelas filiais, tendo em consideração as respetivas estruturas, não foram até à data considerados materialmente relevantes



09

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Seguradoras Unidas, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 2.210.768 milhares de euros e um total de capital próprio de 158.898 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 29.851 milhares de euros, a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Seguradoras Unidas, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,
 a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas
 independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG
 International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
 Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 -
 Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489
 Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT
 502.161.078



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2016, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 1.469.644 milhares de euros e 24.088 milhares de euros, respectivamente, conforme nota 6 às demonstrações financeiras, representando cerca de 66% e 1% do activo, respectivamente.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na nota 3 – Activos financeiros às demonstrações financeiras. No que respeita aos activos disponíveis para venda, a Entidade determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para a maioria dos activos acima referidos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de activos; ▪ Teste à valorização da carteira de activos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade; ▪ Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade; e, ▪ Avaliação das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

d



Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2016, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 663.817 milhares de euros e 151.610 milhares de euros, respectivamente, e representam, cerca de 32% e 7% respectivamente, do passivo à mesma data.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A Entidade procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro e contratos de investimento, que estão reflectidas nas provisões matemáticas e nos passivos financeiros, tendo por base métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.</p> <p>Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes os quais compreenderam, entre outros: (i) avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades associadas aos contratos de seguro do ramo vida e aos contratos de investimento e, (ii) análise da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto incluindo garantias.</p>

dv



Provisões para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2016, a provisão para sinistros, no valor de 890.894 milhares de euros, representa 43% do passivo à mesma data dos quais 408.636 milhares de euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4 anexa às demonstrações financeiras da Entidade.

- (i) **Provisão para sinistros (excepto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho - Pensões) no montante de 482.258 milhares de euros**

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, excepto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>).</p> <p>Avaliámos a metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros.</p> <p>Ainda nesta área, avaliamos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários responsáveis da Entidade e avaliamos as divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</p>

dr



(ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho no montante de 408.636 milhares de euros

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento, é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pela Entidade na projecção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho e, avaliámos as divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</p>

Concentração de actividades empresariais

Em 5 de Agosto de 2016, a Entidade adquiriu a totalidade do capital social da Açoreana Seguros, S.A. tendo esta Entidade sido entretanto fusionada na Seguradoras Unidas, S.A. com referência a 30 de Dezembro de 2016. Decorrente desta operação a Entidade reconheceu nas demonstrações financeiras agora apresentadas, o montante de 65.981 milhares de euros de *goodwill*.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>De acordo com as políticas contabilísticas definidas na nota 3, as concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O <i>goodwill</i> é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida.</p> <p>A determinação do justo valor é efectuada tendo por base a utilização de metodologias de avaliação, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade, entre outros. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar alteração no montante de <i>goodwill</i> determinado.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisamos (i) a documentação suporte à transação e, (ii) das autorizações dos Reguladores; ▪ Analisamos os pressupostos chave utilizados na determinação do <i>goodwill</i>; ▪ Analisamos se o justo valor dos activos e passivos reconhecidos pela Entidade é consistente com a informação obtida no que respeita ao racional da concentração referida; ▪ Verificamos o custo da concentração bem como o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.



Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu uma Certificação Legal das Contas datada de 8 de Abril de 2016 sem reservas e com ênfases. A nossa nomeação como revisores ocorreu a 9 de Dezembro de 2016 para efectuarmos a revisão legal das contas do ano findo em 31 de Dezembro de 2016.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

6 *dv*



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 9 de Dezembro de 2016 para completar o ano civil em curso.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 24 de Abril de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

24 de Abril de 2017

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS INDIVIDUAIS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**Aos Accionistas da
Seguradoras Unidas, SA**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **Seguradoras Unidas, SA** (“**Seguradoras Unidas**”) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2016, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da **Unidas**, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, tendo tido durante o exercício 12 reuniões conforme as atas exaradas ao livro respetivo, bem como a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, tivemos reuniões periódicas quer com o Conselho de Administração quer com os diversos serviços da **Seguradoras Unidas**, incluindo das participadas que se fundiram em 30 de Dezembro de 2016, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Gestão de Risco Global, *Compliance* e Controlo Interno, de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados. Adicionalmente e no cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados, SROC que, no exercício das suas funções, examinou as presentes demonstrações financeiras de 2016, emitindo a correspondente Certificação Legal das Contas em 24 de Abril de 2017, sem reservas nem ênfases, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, a Conta de Ganhos e Perdas, as demonstrações do rendimento integral, de variação de capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo anexo às demonstrações financeiras. Nesta análise, observámos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e dos critérios valorimétricos em vigor. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Pela relevância do documento, este Conselho fiscal recebeu da KPMG um documento designado Relatório de Auditoria ao Órgão de Fiscalização que incluiu de forma muito detalhada a análise das áreas considerada como de maior relevância para a auditoria bem como as conclusões obtidas sobre a auditoria efetuada. Em particular, julga este Conselho Fiscal ser importante referir que sobre Solvência II em vigor desde janeiro de 2016, existe um reporte mensal dos rácios de solvência, devendo ser os dados definitivos apenas divulgados em Maio de 2016, devidamente certificados, conforme permitido pela legislação.

Durante o corrente exercício, que apresenta um resultado líquido positivo de 29,851 milhões de euros, e da análise efetuada às presentes demonstrações financeiras, merece particular relevância o seguinte:

- Em 5 de Agosto de 2016 a Companhia de Seguros Tranquilidade adquiriu a totalidade do capital da Açoreana Seguros; nesta aquisição e, conforme expresso na Nota 33 do Anexo, foi reconhecido um *goodwill* de 66 milhões de euros
- Em 30 de Dezembro de 2016 realizou-se a fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, SA das sociedades Açoreana Seguros, SA, Seguros Logo, SA e T-Vida – Companhia de Seguros, SA, todas integralmente detidas pela Companhia de Seguros Tranquilidade que, em simultâneo à fusão, mudou a sua denominação social para **Seguradoras Unidas, SA**. Este Conselho Fiscal acompanhou esta matéria não tendo sido solicitados a emitir qualquer parecer sobre a mesma, conforme opiniões legais e entendimento validado com a ASF, que nos foram transmitidos pelo Conselho de Administração; pela sua pertinência, este Conselho Fiscal refere que a contabilização da fusão se encontra detalhada na Nota 32 do Anexo;
- Operacionalmente foi feito um reforço significativo da atividade do mercado não-vida, nomeadamente nos ramos de Acidentes de Trabalho e Saúde, que foram os principais dinamizadores do crescimento do setor; merece ainda destaque pela positiva o crescimento do Automóvel e no ramo Vida cresceu o

setor de Vida-Risco, tendo havido significativa contração dos produtos financeiros, em resultado de opção estratégica e de diminuição do canal financeiro;

- A atividade financeira foi caracterizada por uma estratégia de natureza conservadora e focalizada em ativos de rendimento fixo e *rating* médio, privilegiando obrigações de dívida subordinada de países *core* da Europa;
- Pela sua relevância nos resultados merecem ser mencionados os proveitos decorrentes do reconhecimento de impostos diferidos ativos de 24,5 milhões de euros e uma mais-valia imobiliária de 5,3 milhões de euros, valores contrabalançados pelo ajustamento de pressupostos quer na mortalidade quer nas taxas de desconto das provisões matemáticas de Acidentes de trabalho (custo de 13,5 milhões de euros).

Além destes temas, mereceu particular atenção a este Conselho Fiscal o seguinte:

- A suficiência das provisões para sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho bem como da provisão para despesas de regularização de sinistros;
- Análise dos riscos de recuperabilidade dos investimentos e das contas a receber das participadas com sedes noutros países estrangeiros;
- O cumprimento do programa de *Compliance*, sustentado num Código de Conduta devidamente aprovado, contemplando ainda o tema do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e prevenção de práticas de suborno e corrupção; neste âmbito foi implementada uma linha de Ética em conformidade com as melhores práticas internacionais; de salientar que nesta análise temos presente o relatório anual das atividades de *Compliance* que nos foi recentemente enviado;
- Sempre que entendeu relevante, este Conselho Fiscal reuniu com o Departamento de Auditoria Interna e acompanhou as suas funções;
- Tal como referido na Nota 34 do Anexo, em 24 de Fevereiro de 2017, foram celebradas diversas escrituras de compra e venda de imóveis que geraram uma mais-valia contabilística de cerca de 11,9 milhões de euros, essencialmente resultante do impacto da alienação do edifício-sede, dado que os restantes edifícios já estavam contabilizados ao justo valor em 31 de Dezembro de 2016.

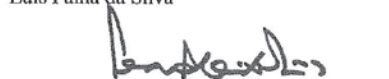
Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas emitida pela KPMG e acima mencionada, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral da **Seguradoras Unidas SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da **Seguradoras Unidas** o nosso apreço pela colaboração prestada.

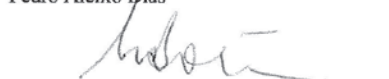
Lisboa, 26 de Abril de 2017



Luis Palha da Silva



Pedro Aleixo Dias



Manuel Maria Reis Boto



RELATÓRIO E CONTAS

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

2016

